

n.º 0 / novembro 82

preço 100\$00

al·maSaM

centro de arqueologia de almada



**VALCAMÓNICA — 10.000 anos de História reencontrados • DEFESA DO
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE SINES • CASA DOS BICOS
— seu historial • C.A.A. — 10 anos de actividade**

al·mada

CAPA: desenho interpretativo de um fecho de abóbada da Capela gótico-manuelina de S. Tomás d'Aquino (séc. XVI), Torre de Caparica — Almada.

CONTRA-CAPA: Capela de N.ª Sr.ª da Conceição situada na Quinta da Ladeira (séc. XVIII), Trafaria — Almada.

ÍNDICE

- 1 — EDITORIAL
- 2 — VALCAMÓNICA — 10.000 anos de história reencontrados
- 8 — ESCAVAR?... SIM OBRIGADO! — a resposta de Harris
- 10 — CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA — 10 anos de actividade
- 11 — DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE SINES
- 15 — CASA DOS BICOS — seu historial
- 16 — LISTAS BIBLIOGRÁFICAS — geologia e/ou Paleontologia
- 18 — UMA NOVA PRAÇA
- 19 — QUESTÕES DA ARQUEOLOGIA NACIONAL — entrevista com o Dr. Francisco Alves, Director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia
- 21 — TRÓIA (de Setúbal)
- 25 — ARQUEOLOGIA — 1
- 27 — III ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO
- 30 — PALAVRAS
- 31 — LIVROS
- 33 — VILLA ROMANA DO MONTE DA CHAMINÉ — seu enquadramento arqueológico
- 34 — CACILHAS — uma experiência de arqueologia urbana
- 36 — NOTÍCIAS

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
PROPRIEDADE E EDIÇÃO:
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA
APARTADO 103 (TORCATAS)
2801 ALMADA CODEX
PORTUGAL

DIRECTOR:
LUIS MANUEL BOAVENTURA DE BARROS

CORPO REDACTORIAL:
ANA LUISA
MARIA GRAZIELA DUARTE
VÍTOR SANTOS
JORGE RAPOSO
LUIS GOUVEIA

COMPOSIÇÃO E MONTAGEM:
FOTOCOMPOGRAFICA

LIVROS:
COORDENAÇÃO DE ANA LUISA

NOTÍCIAS:
COORDENAÇÃO DE JORGE RAPOSO

IMPRESSÃO:
COREOGRAFICA, SOCIEDADE DE LITOGRÁFIA, LDA.
SOLICITA-SE PERMUTA
ON PRIE L'ECHANGE
ECHANGE WANTED
TAUSCHVERKEHR ERWUNSCHT
SOLLICITIAMO INTERCAMBIO

COLABORAM NESTE NÚMERO:
MILA SIMÕES DE ABREU
CLEMENTINO AMARO
CARLOS TAVARES DA SILVA
PROJECTO SETUBAL VERDE
PEDRO DANTAS
FRANCISCO JOSE SOARES ALVES
AMILCAR GUERRA
LUIS F. BALTAZAR
LUIS GOUVEIA
FRANCISCO SILVA
IRENE FIALHO
MARIO CACHAO

Tiragem: 1500 exemplares

Com o apoio das autarquias
do concelho de Almada

EDITORIAL

Dando corpo a uma "velha" aspiração, o Centro de Arqueologia de Almada inicia com este número uma caminhada que espera venha a ser bem longa.

Sempre tratante aqui estaremos com o objectivo de fomentar o gosto pela Arqueologia, Paleontologia e Património em geral.

Abertos a toda a colaboração (artigos científicos ou de introdução a diversas feiras, entrevistas, artigos de opinião, notícias, etc.), privilegiaremos os caminhos de formação e divulgação técnicas e da informação em geral sobre iniciativas portuguesas ou estrangeiras que se enquadrem nos objectivos acima propostos.

Tentativa de afirmar a cultura, este projecto surge numa altura em que, a nível nacional, os aforos escasseiam submergindo pessoas e organizações num quase aniquilamento.

Esperamos com esta iniciativa dar o nosso modesto contributo à luta contra este "estado de coisas", criando um espaço aberto à livre troca de experiências e opiniões.

Para já, dispensaremos mais palavras. O leitor julgará no dia em função do "cartão de visita" que este número representa. Recorde-se apenas um formenor: não podemos à partida, ser perfeitos. Cometeremos erros mas, a nosso ver, estes corrigem-se através da opinião crítica e é isso que esperamos de quem nos lê - "Almada" será fundamentalmente aquilo que os seus leitores e colaboradores quisermos que seja.

VALCAMÓNICA

10 000 anos de história reencontrados*

Por Mila Simões de Abreu**

Pequena Introdução

No ano de 16 a.C. as legiões romanas depois de atravessarem a grande planície do Pô, entraram em Valcamónica. A população não opôs resistência de maior. Em documentos da época escreve-se mesmo que os jovens do povo que aí habitava, cansados talvez da sua civilização de casa de madeira ou fascinados pelas belas túnicas brancas, acolheram os soldados de Roma com contentamento.

Em Nice, no troféu de La Turbie, o nome de tal povo — CAMUNNI — figura entre as tribos alpinas subjugadas pelo Imperador Augusto. Com esta simples referência, os Camunos entram na «História». Entram e saem, pois a partir daí, Valcamónica, os Camunos e a sua civilização, serão esquecidos e assim teriam permanecido se não tivessem deixado atrás de si uma das mais belas e importantes heranças histórico-culturais de todos os tempos.

A Reconstrução Histórica

Durante os últimos dois mil anos, na voragem do tempo, esse imenso tesouro que é Valcamónica ficou oculto debaixo de arbustos, musgo e camadas de terra. Os próprios habitantes do vale esqueceram-se das obras dos seus milénios antepassados.

Desde há 25 anos uma equipa internacional reconstrói pacientemente o passado de um povo — um povo do qual praticamente nada se sabia e que depois de tantos anos de cuidadas investigações e pesquisa, serve de exemplo à evolução da própria sociedade europeia. Valcamónica, é hoje de longe a maior concentração europeia de arte rupestre, a mais importante já estudada em todo o mundo.

São mais de 170 000 as gravuras até agora descobertas, copiadas, fotografadas e analisadas, mas esse número poderá não ter significado em confronto com os resultados do futuro. O ritmo de descoberta na região é verdadeiramente alucinante. São descobertas e

localizadas mais de 50 rochas por ano, equivalentes a mais de 10 000 figuras!

Mas quantidade muitas vezes não é qualidade... poderão dizer alguns. Tal felizmente não se aplica ao caso extraordinário de Valcamónica. As gravuras rupestres feitas pelos Camunos continuam ao longo de 10 000 anos, desde o Epipaleolítico (8000-6000 a.C.) até aos nossos dias. Mas a melhor maneira de demonstrar a importância de tal herança não são os números nem as datas, mas sim o simples facto de que devemos tomar consciência — a arte rupestre em geral e a de Valcamónica

A evolução histórica de um pequeno povo perdido nos Alpes é hoje o exemplo mais claro daquilo que aconteceu à nossa própria sociedade nos últimos 10 000 anos — do caçador de instrumentos de pedra, sem casa fixa, ao nosso homem de era espacial, do plástico e do arranha-céus. O estudo desses dez milénios pode dar a conhecer ao homem contemporâneo o «como» e «porquê» dessas transformações. Nós, os que estudamos a arte e a civilização dos Camunos, temos uma frase que responde a um outro «porquê», o do nosso interesse pelas rochas gravadas

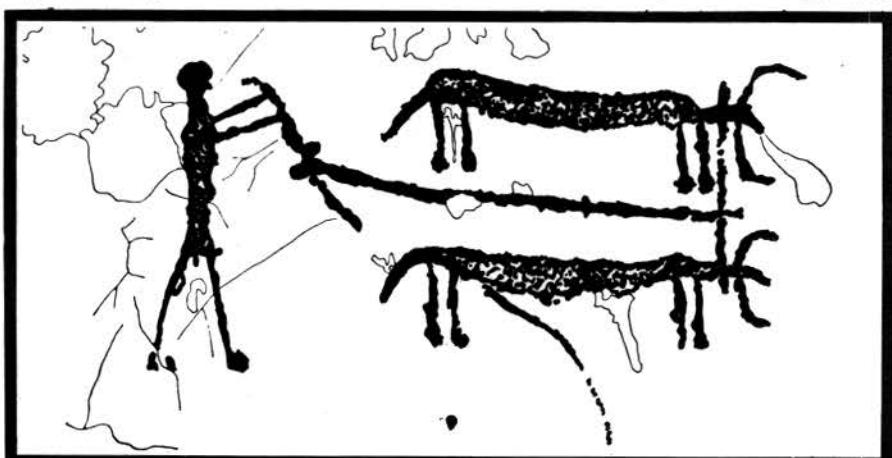


Fig. 1 — Estátua Estela, Bagnolo II (particular). Figura antropomorfa, arado e junta de bois. Período III-A (calcolítico — 3000 a.C.).

em particular constituem um válido documento histórico. A sua importância para o estudo do passado é igual à do tradicional documento (tratado político, carta de foral ou código de leis). E atrevemo-nos mesmo a dizer, que talvez tenha maior significado porque trata-se de um documento «puro» não sujeito a corrupções régias ou estruturas de influência externa.

Um quarto de século de trabalhos de campo, de pacientes desenhos, análises e estudos, devolveram à humanidade um património esquecido. Em 1979, a UNESCO incluiu na prestigiosa lista de monumentos a preservar, conservar e proteger Valcamónica — oficialmente esta é a melhor tradução daquilo que até aqui dissemos.

— conhecer o passado para o compreender o presente e prever o futuro.

O labor de tantos anos de pesquisa deve-se em exclusivo a um homem, Emmanuel ANATI. Os resultados de uma equipa (qualquer uma que seja) dependem fundamentalmente de quem a dirige. Anati é o Director do Centro Camuno di Studi Preistorici, o Instituto que desde há 18 anos, estuda a arte rupestre de Valcamónica; é a ele que se devem quase todas as publicações de larga escala sobre o povo Camuno. Mas mais importante que todos os títulos e elogios que lhe podemos justamente dar, é o facto de que Anati quer dizer uma escola uma nova maneira de ver o passado, de interpretar a história e de fazer arqueologia.

* Ultimamente muito se tem escrito sobre Valcamónica. A maior parte do material fornecido é porém desactualizado e não corresponde ao estado actual das investigações. Não se pretende aqui fazer um estudo monográfico sobre Valcamónica, trata-se apenas de um artigo de divulgação, preparando os leitores portugueses para notícias que serão publicadas no futuro.

** Corpo Técnico do Centro Camuno di Studi Preistorici
membro do Centro de Arqueologia de Almada

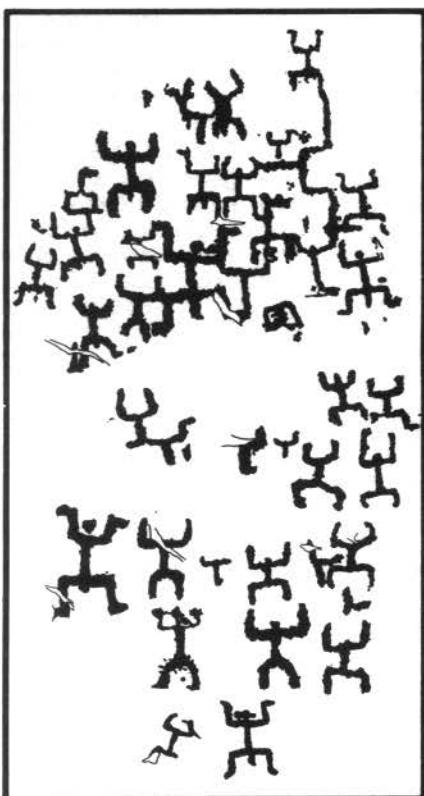


Fig. 2 — Naquane R.50. Grande composição de «orantes» Neolíticos. Período I-II (V milénio a.C.).

O **Centro** é hoje considerado o melhor Instituto para o estudo da arte rupestre em todo o mundo. Recentemente a UNESCO e o ICOMOS deram-lhe o encargo de passar a coordenar mundialmente tal campo.

Mas nestas quase duas décadas de trabalho o **Centro** não se limitou a estudar as gravuras camunas, tentou sempre ultrapassar as dificuldades que ao longo de tantos anos se depararam no seu caminho. Muitos dos métodos utilizados em várias partes do mundo nasceram ou foram aperfeiçoados no **Centro**, (como por exemplo o método neutro ou bicromático, o decalque em plástico, a standardização dos métodos de estudo, etc.). Todas essas inovações são resultados de uma longa experiência directa com os problemas; procuram-se novas técnicas porque elas querem dizer resultados melhores e por isso uma maior consciência naquilo que se faz.

A equipa do **Centro** é constituída por 14 pessoas fixas, vindas de diversas nações como Canadá, Itália, Israel, Portugal, Estados Unidos, etc. mas o trabalho de tal Instituto está aberto a todos os interessados. Durante todo o ano, mas principalmente no Verão, chegam a Capo di Ponte, a pequena aldeia de 1500 habitantes onde o **Centro** tem sede, estudantes e estudiosos das cinco partes do mundo.

A exemplar reconstrução histórica feita em Valcamónica é para além disso resultado de uma longa experiência interdisciplinar, onde campos como a

Paleo-ecologia, o desenho, a fotografia e a Arqueologia se unem.

Valcamónica — o ambiente

O estudo do ambiente passado e presente é fundamental para a compreensão de um facto histórico.

Valcamónica é um estreito vale do arco alpino. Escavado há milhares de anos pelos glaciares, as suas altas montanhas (2 a 3 mil metros s.n.m.) apontam os cumes cobertos de neve ao céu, o seu fundo arredondado é percorrido pelo rio Oggio. Situa-se entre a cidade italiana de Bréscia (ao Sul) e a fronteira com a Suíça (ao Norte), na chamada região da Lombardia. Tem 75 km de comprimento, a sua altitude varia de 200 metros a Sul junto ao Lago d'Iseo a 1800 na ponta Norte, no Passo del Tonale. Por muitos anos zona fortemente agrícola foi recentemente invadida pela indústria siderúrgica.

Tal como hoje, durante os meses de Inverno, o vale esteve completa e permanentemente coberto de neve e gelo. Análises de pólen, sondagens paleoclimáticas foram traduzidas num gráfico que demonstra as mudanças climáticas dos últimos 12 mil anos. A temperatura e por conseguinte todo o ambiente sofreu grandes oscilações.

Durante a última glaciação a espessura do gelo ultrapassava os mil metros de altura cobrindo mesmo as mais altas montanhas. A morfologia do vale foi condicionada pela acção erosiva do glaciar. Mesmo a rocha mais dura foi aplana e modelada, o gelo esculpiu canais e poliu a superfície das pedras.

Ao longo dos milénios a flora e a fauna transformaram-se mas a pedra constituiu sempre elemento dominador da paisagem. Só no período Pré-Boreal a seguir à regressão dos glaci-

ares apareceu vida humana em Valcamónica.

Valcamónica — o Homem

De onde veio o primeiro homem que chegou a Valcamónica? Existem muitas teses mas inclinamo-nos para a teoria que afirma que o primeiro grupo humano chegou a Valcamónica vindo do sul da planície Padana. A advogar em favor de tal teoria vem o facto de as mais antigas gravuras se encontrarem todas em Boario Terme, no sul de Valcamónica.

A presença humana em tal vale foi dividida em seis grandes períodos. Tal divisão reflecte não só uma mudança estilística mal também as modificações sociais, económicas e religiosas. Cada nova descoberta confirma este esquema, que ao longo dos anos não deixou de ser corrigido e reelaborado. Assim nas primeiras publicações, Anati dava como datações para a maior parte das gravuras a Idade do Bronze; nos nossos dias tal dado cronológico foi revisto e o início da arte rupestre recuou diversos milénios. Todos os anos se faz o recenseamento das gravuras, período por período; novas zonas são descobertas comparando tais dados estatísticos. A partir desses estudos adquiriram-se noções de distribuição não só quantitativa mas também cronológica.

Existem zonas preferenciais de certo período (como Boario Terme para as mais antigas representações ou Borno para as estátuas estelas) e áreas escolhidas segundo uma ordem temática (como por exemplo a zona de Seradina, onde noventa por cento das figuras são guerreiros). A distribuição da arte rupestre não deve porem corresponder forçosamente à distribuição humana. De facto em Valcamónica, as evidên-



Fig. 3 — Valcamónica. Paisagem, ao centro o Castelo Medieval de Breno e no fundo o Monte Pizzo Badile (2350 m).

cias demonstram exactamente o contrário. Nas diversas zonas com rochas gravadas ao longo de todo o vale não foram até agora encontrados vestígios de vida quotidiana, o que faz pensar que os Camunos não habitavam nos bosques que circundavam as rochas pois talvez considerassem tais zonas sacras e reservadas exclusivamente ao culto.

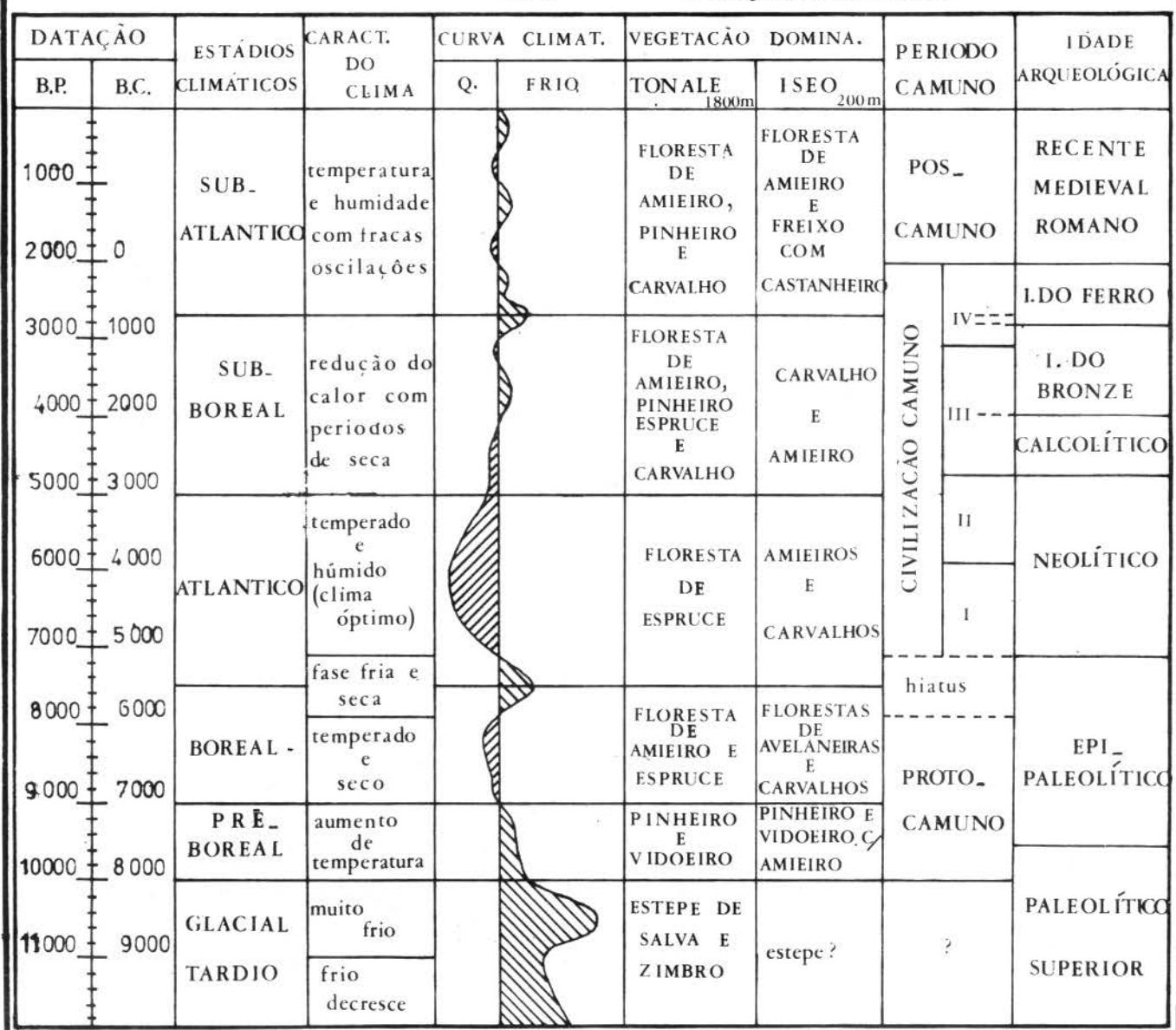
O Proto-Camuno

As mais antigas gravuras até hoje conhecidas em Valcamonica pertencem ao chamado período Epipaleolítico (transição Paleolítico/Neolítico) e refletem uma sociedade de tradição paleolítica e que paleoetnologicamente falando podemos definir como um grupo humano restrito (10 a 15 pessoas) que tinha como actividade principal a caça, não possuia uma morada fixa, conhecia a lança e talvez uma espécie de «boomerang».

Fig. 4 — Quadro de variações ambientais em Valcamonica nos últimos 12 000 anos, indicando relações entre estádios climáticos e períodos arqueológicos.

Todas as figuras desta época são representações zoomórficas, principalmente cervos, alces e caprideos. Estilisticamente podem ser ligadas ao grupo subnaturalista de toda a Europa (Totes gibrige, Áustria, I fase do ciclo Galico — português, fase arcaica do médio oriente, norte de África e arte Levantina). São grandes figuras de contorno irregular, em posição quase fotográfica, mas com elementos graficamente transcurados como por exemplo as patas; tal esquematismo está em nítido contraste com o naturalismo da

12000 anos de variações ambientais em Valcamonica



cabeça. Chama-se período Proto-Camuno porque a escassez de elementos (só 9 as gravuras até agora conhecidas) e de informação em geral não permitem classificar tais artistas como verdadeiros e próprios Camunos.

Segue-se a estas representações, um período de *hiatus* cultural sem gravuras que dura quase mil anos. É interessante notar que corresponde a uma nova vaga de frio, o que talvez tenha obrigado os primeiros habitantes de Valcamonica a abandonar o vale, ou mesmo que o rigor do clima não lhes tenha permitido a sobrevivência.



Fig. 6 — Luine, R.6, figura de Alce. Período Proto-Camuno (VIII milénio a.C.)

O período I e II (o Neolítico ou o começo da Civilização Camuna)

A verdadeira e própria civilização Camuna começa com o estádio climático Atlântico (*optimum climático*). Arqueologicamente corresponde ao Neolítico, e tal é plenamente demonstrado pelo novo tipo de representações, essencialmente ligadas à agricultura e à pastorícia. Assim a figura dominante desse período, deixa de ser o zoomorfo e passa a ser o antropomorfo, gravado de maneira muito esquemática, sintética e estética. Todas as gravuras parecem à primeira vista iguais — os braços levantados ao alto, as pernas abertas, naquela a que se chamou a posição de «orante».



Fig. 7 — Foppe di Nadro, R.27-B «O culto do cão». Figura «orante» masculina circundada por cães. Período II-IV milénio a.C.

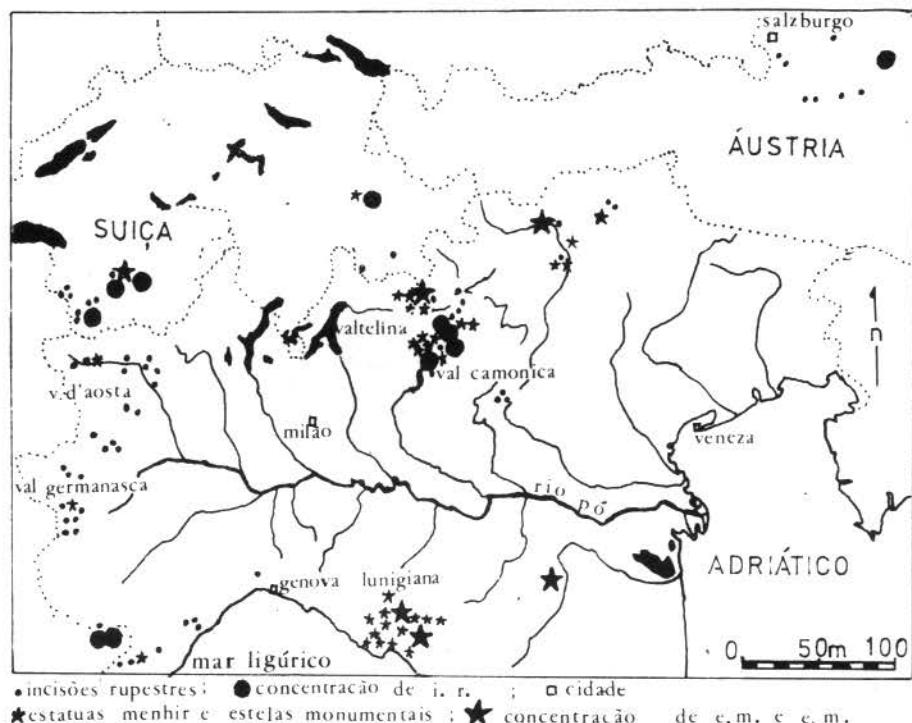


Fig. 5 — Mapa de distribuição das zonas de Arte Rupestre no Norte de Itália e países vizinhos.

Associados a esse antropomorfo aparecem diversos símbolos e figuras. O Sol (círculo com o ponto no meio), o cão, a representação esquemática do boi (bucrânicos), etc.

Os períodos I e II são sem dúvida testemunho das profundas mudanças na estrutura e crenças do homem Camuno. Como o caçador representava o animal que caçava, também o homem do Neolítico vai gravar na rocha figuras que, à distância de 7000 anos, nos dão ideias claras sobre a revolução conceptual Neolítica.

As gravuras dos períodos I e II de Valcamonica encontram-se espalhadas por uma zona relativamente ampla, com três conjuntos principais: zona do alto vale (Sellero e Sonico), zona do médio vale (Naquane e Foppe di Nadro principalmente) e zona do sul (Luine e Crape).

O III período Camuno (ou a descoberta do Metal) Calcolítico e Idade do Bronze

É a chegada do metal e de outros elementos a ele associados, como o carro de quatro rodas, que vai marcar o início do III período Camuno. Devemos porém notar que, ao contrário do que acontece nos períodos precedentes, o III período Camuno é dividido em várias fases fundamentais. Assim o período III — fase A corresponde directamente à época arqueológica do Calcolítico e é completamente distinto, quer em realização quer em conceito, das fases que lhe vão suceder (fases B, C e D).

Fig. 8 — Paspardo. Capitello Due Pini. Composição Monumental, período III-A calcolítico, 3000 a.C.



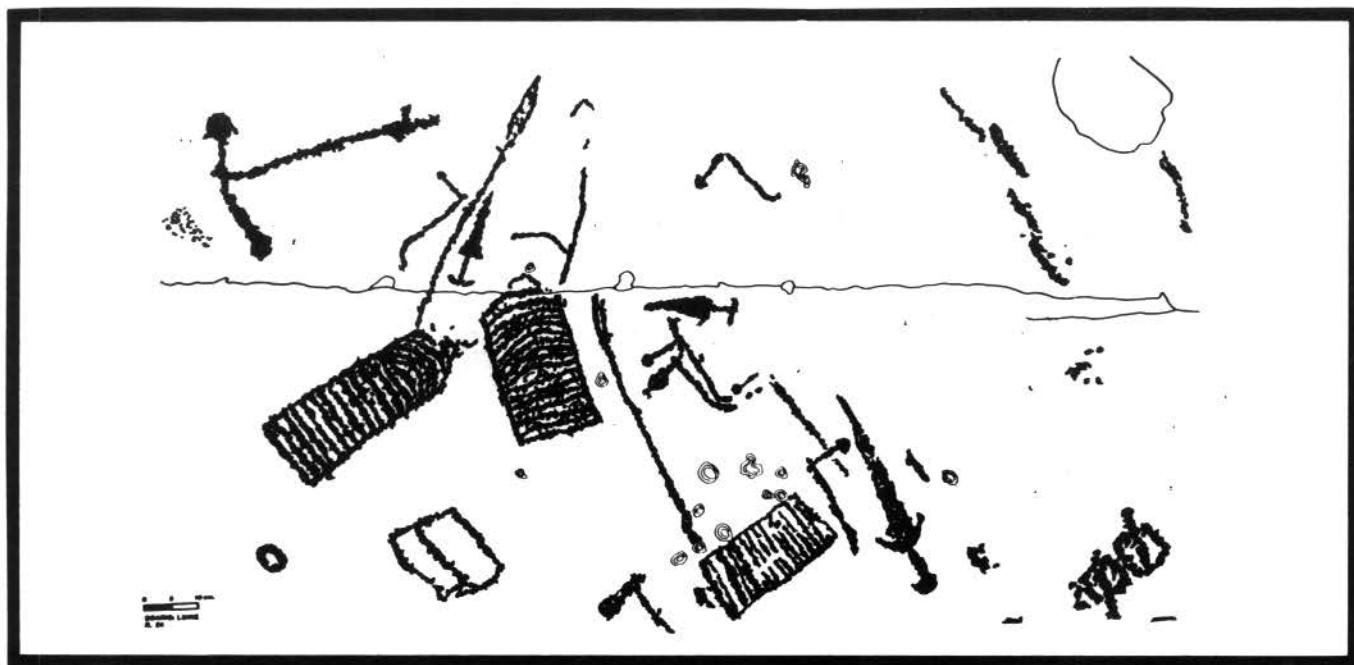


Fig. 9 — Luine, R34. Punhais, lanças, machados e escudos. Período III-B-C. Idade do Bronze, 1200 a.C.

A escolha de rochas na vertical ou mesmo de blocos que se podem mover é uma das características de tal época. As recentes inovações (metal, carro) refletem-se na arte Camuna, assim como também a nova sociedade que criaram. Os monumentos típicos de tal época são as chamadas estátuas estelares ou composições monumentais. Trata-se de conjuntos de símbolos e figuras esteticamente perfeitos e de execução segura que demonstram o domínio completo da arte de gravar. As figuras têm uma ordem e posição bem definida no interior de tais conjuntos. O Sol representado na parte superior da estela pode ser interpretado como a cabeça da divindade; a parte central onde se vêem as representações de punhais e de machados associados a outros símbolos (como a dupla espiral) é o seu corpo, que é afinal a nossa Terra, o mundo em que vivemos; as linhas paralelas que em muitos casos dividem o corpo/Terra da estela simbolizam não só uma espécie de cinto, mas também as águas que correm, o rio; tal elemento tem como função principal a divisão entre a parte central e a inferior que em muitos casos deveria estar enterrada na terra, representando esta última nada menos nada que o próprio debaixo da terra, o mundo dos mortos.

As estelas de Valcamónica são esteticamente simples, ordenadas, «limpidas», mas conceptualmente temos nelas as representações mais complexas e de difícil explicação. Para Anati por exemplo as estátuas estelas caracte-

rísticas do III período, devem ser conotadas com a primeira religião universal. São monumentos que exprimem uma divisão tripartida do mundo, noção profundamente indo-europeia que se encontra em centenas de estelas em toda a Europa desde o Cáucaso até à Península Ibérica. Geograficamente, as estelas cosmológicas têm em Valcamónica uma distribuição muito interessante — quase todas foram descobertas na zona do Borno, existindo alguns exemplos em Capo di Ponte e zonas circundantes.

No período III B, C e D, a representação da arma, que tinha aparecido pela primeira vez no período precedente, transforma-se em protagonista principal da arte rupestre. Arqueologicamente passamos do Calcolítico para a época do Bronze. Os artistas pré-históricos regressam às superfícies horizontais cobrindo-as agora de representações de armas — punhais, machados, alabardas e até escudos...

O metal domina a vida do homem. Dá-se o regresso da figura humana praticamente esquecida durante a fase das estátuas estelas, figura essa, porém, muito diferente do «orante» do Neolítico — abandona a posição esquemática e tem nas mãos um pequeno escudo e uma espada. Surgem as primeiras cenas de luta, normalmente entre dois personagens. É a época dos primeiros mapas topográficos, verdadeiras plantas de campos, estradas, e até rios feitas nas rochas das encostas do vale. Tais representações são muito interessantes pois demonstram o poder e a importância, depois da descoberta do metal, da propriedade privada tal como a estatigrafia social. Este período está presente em quase todas as zonas de Valcamónica mas principalmente em Luine (no sul do vale), Seradina e Bedolina (na zona do centro).

Fig. 10 — O mapa de Bedolina. Exemplo das figuras topográficas presentes em Valcamónica.



O IV período Camuno (Idade do Ferro e a decadência)

Por volta do primeiro milénio a.C. começa em Valcamónica o IV período. Foi dividido em numerosas fases (IV A-F e Final). Iconograficamente é o período mais rico, o mesmo acontecendo quantitativamente. As gravuras refletem a vida quotidiana, temos cenas que vão desde a caça ao trabalho dos metais, etc. O papel principal é porém ocupado pela guerra e pelos guerreiros. Aparece pela primeira vez o cavalo, tal como outros animais domésticos (por exemplo as galinhas e os gansos).

Quer a figura humana quer a animal são executadas com muito cuidado, com diversos pormenores que vão do vestuário a adornos vários, passando pelos elmos e representação da fisionomia. Quase todas as figuras são cheias de movimento — correm, saltam, andam a cavalo e assim por diante.

Nas primeiras fases do IV período as representações de carácter mitológico são as mais interessantes. Nas últimas fases desaparece esse aspecto e as gravuras entram definitivamente em decadência. Os últimos guerreiros voltam a ser esquemáticos mas no seu esquematismo são completamente diferentes do «orante» do I e II período. A maior parte das gravuras são desprovidas de qualquer fantasia ou significado. Os Camunos são contaminados por ideias vindas do exterior.

Por volta de 600-500 a.C. (período IV-E) encontramos em Valcamónica as primeiras inscrições etruscas, ou melhor, em alfabeto etrusco (norte-rético) mas em dialecto Camuno. São simples nomes de heróis ou chefes segundo as tentativas de interpretação feitas pelos especialistas.

Chegou talvez o momento de perguntar a nós mesmo «mas afinal o que é um documento histórico?»

O pós-Camuno (ou os últimos dois-mil anos em Valcamónica)

A arte rupestre entrou em decadência nos últimos séculos antes de Cristo. As gravuras, quer na execução quer na temática, demonstram uma nítida mudança de mentalidade. Depois da chegada dos Romanos o número de figuras decai notoriamente.

Os últimos anos de pesquisa trouxeram porém à luz um novo tipo de gravuras, verdadeiros grafitos, quase invisíveis, executados em áreas distintas ou mesmo isoladas. São representações na maioria geométricas (linhas simples, linhas paralelas e quadriculados) feitas possivelmente com instrumentos de metal. Os estudos em curso não nos permitem ainda afirmar se se trata de uma continuidade conceptual realizada de uma maneira gráfica diferente, ou se se trata de pura imitação sem significado de maior.

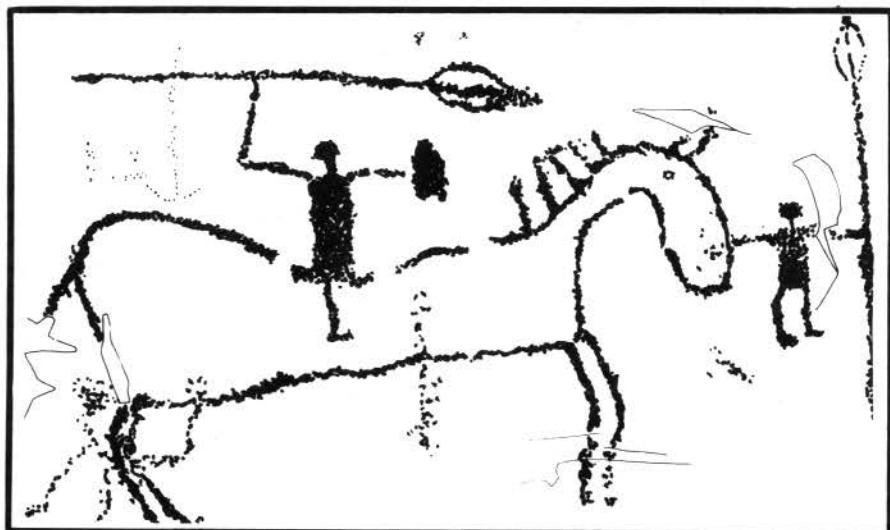


Fig. 11 — Foppe di Nadro R.27-C. Grande cavalo e guerreiros. Período IV-C, 6509-550 anos a.C.

BIBLIOGRAFIA

E. ANATI

1978 — EVOLUTION ET STYLE de l'art rupestre du Vale Camónica, Edizione del Centro, Capo di Ponte.

1980 — VALCAMÓNICA: 10 000 ANNI DI STORIA, Edizione del Centro, Capo di Ponte.

1980 — I CAMUNI ALLE RADICI DELLA CILITA' EUROPEA, Jaca Book Milano.

Ilustrações com © do Centro Camuno di Studi Preistorici, 25044, Capo di Ponte (Bréscia) ITÁLIA.

Existem hoje algumas dezenas de gravuras pós-Camunas. Chama-se período pós-Camuno ao último período de ocupação humana de Valcamónica que começa com a conquista Romana, continua em época Romana e chega aos nossos dias. A variedade iconográfica é grande desde cruzes e crucifixos medievais a gelados e automóveis!

O número de gravuras aumenta ano após ano com o infeliz contributo dos inúmeros turistas que visitam a zona.

Tentámos dar uma breve panorâmica da arte Camuna. Obviamente muito ficou para dizer. Em conclusão acrescentaremos — os estudos futuros poderão contribuir para melhor conhecer esses dez mil anos de história... da nossa história ■

SOMMAIRE:

Dernièrement beaucoup de choses ont été écrites sur Valcamónica. La plupart du matériel tourné n'est pas cependant actualisé et il ne correspond pas au état actuel des recherches. On ne pretend pas ici de faire un étude monographique sur Valcamónica, mais plutôt un article de divulgation préparant les lecteurs portugais pour les nouvelles qui seront publiées dans l'avenir.

SUMMARY:

In the lastest times many things were written about Valcamónica. However, the most part of the material is not actualized and not correspond to the actual condition of the researches. We don't pretend to make here a monographic study about Valcamónica but only an article of divulgance, preparing the portuguese readers to futures news.

PERÍODOS	DATAS	ANTROPO	CERVIDOS	ARMAS	SÍMBOLOS	ÍDOLOS
ARQUEOLÓGICOS	APRÓXIMADAS	MÓRIOS				
EPÍPALEO- LÍTICO	Anterior a 6.000 Anos a.C.					
	5.000					
NEOLÍTICO	3.800					
	2.800					
ENÉOLÍTICO	2.000					
	1.100					
IDADE DO BRONZE	1.100					
TRANSIÇÃO DA IDADE DO BRONZE A IDADE DO FERRO	850					
	700					
IDADE DO FERRO	700					
	16 a.C.					
					1500 a.C.	1500 a.C.

ESCAVAR?...SIM OBRIGADO!

a resposta de Harris

1. Falar de metodologias de escavação de uma forma ao mesmo tempo precisa e acessível, quando tal facto envolve uma discussão teórica, faz-nos correr riscos que não serão facilmente evitáveis.

Embora consciente destes riscos, não queria deixar de introduzir, ainda que de uma forma não mais que elementar, uma metodologia moderna que tive a oportunidade de experimentar.

Procurarei evitar debates teóricos e cingir-me a aspectos mais práticos da questão. Não é que considere aqueles menos importantes, antes pelo contrário, mas creio que tal não seria conforme aos objectivos a que a publicação se propõe. Creio que poderemos deixar para uma outra vez a discussão mais profunda sobre os problemas que a metodologia levanta.

2. O período que medeia entre as duas guerras foi decisivo para o avanço da técnica de escavação metódica, fundamentalmente devido ao contributo de Weeler. No entanto, nos anos 60, algumas objecções lhe são levantadas e vêm sendo abandonado, particularmente em Inglaterra. Um dos métodos alternativos é equacionado por Harris em *Principles of Archaeological Stratigraphy* (Academic Press, Londres, 1979), como resultado de uma longa experiência nesse campo.

3. Como ponto de partida, não se distinguem os dois métodos. Ambos se colocam numa perspectiva de prioridade de estratigrafia, seguindo a tradição da geologia, «adaptada» à realidade arqueológica. A diferença entre uma estratigrafia geológica e uma arqueológica é que, enquanto aquela é de formação natural, esta resulta simultaneamente de uma acção natural (fenómenos de deposição, etc.) e de outra humana ou artificial (muros, fossas, pavimentos, etc.). O que individualiza a estratigrafia arqueológica é exactamente a acção do Homem, que, em geral, a complexifica.

4. De um ponto de vista da aparência externa o que distingue uma normal escavação wheeleriana de uma outra que siga o método Harris é que enquanto aquela é parcial, deixando «muretes» de separação entre os diversos quadrados, esta é «aberta» ou de superfície, não admitindo, portanto a existência sistemática de «muretes».

por Amilcar Guerra*

Sobre a existência ou não destes «muretes» muito se poderia dizer. Cremos, no entanto, que basta referir que a sua existência se torna desnecessária e em muitos casos falseadora, na medida em que retira à observação uma parte, por vezes significativa, das relações estratigráficas.

5. Ora esta manifestação externa, não é a única nem a mais importante diferença entre as duas formas de actuação no campo.

A escavação wheeleriana privilegia a sucessão estratigráfica vertical, salientando as relações de anterioridade/posterioridade — aquilo que em linguagem «cara» se chama a relação diacrónica. Perdem-se muitas vezes as relações entre os «elementos» de uma mesma época (relações sincrónicas). Foi neste aspecto que Harris bateu com certa insistência. Daí que atribua grande importância à planimetria dos diversos estratos e estruturas que pertencem a uma mesma fase.

6. A nível da escavação propriamente dita, têm-se em atenção, entre outros, os seguintes aspectos:

— Delimita-se a área a escavar sem a preocupação de enquadramento perfeito numa quadricula de tipo wheeleriano.

— Escava-se por «camadas naturais», ou melhor, por unidades estratigráficas (UEs). Para este efeito, considera-se UE toda a camada arqueológica (enquanto realidade de uniformidade relativa e individualizável por um conjunto de características que a distinguem das restantes); são ainda consideradas UEs as estruturas, as fossas, etc.

7. Mas é fundamentalmente no registo que as coisas assumem características típicas que individualizam este método. Deve ter-se em atenção que:

— a unidade de base não é a camada ou subcamada, mas a UE que é definida por uma superfície de separação (a que corresponde graficamente um traço a cheio) a que chamamos **interface**.

— As UEs registam-se em numeração árabe crescente de acordo com a ordem de aparecimento no acto da escavação.

— Uma interface pode ser **positiva** ou **negativa**. A primeira resulta de uma

acção de acumulação (sobreposição, construção, etc.); a outra de uma acção de subtração (destruição).

— A interface positiva vem já registada pelo número da respectiva UE, sempre presente; mas à negativa, que de qualquer modo corresponde uma realidade arqueológica independente, deve-lhe ser dado um número, ainda que a ela não corresponda «nada» para além de uma superfície.

São consideradas interfaces negativas as fossas (verticais) e as superfícies de destruição dos muros (horizontais). Repare-se, a este respeito, que a abertura de uma fossa e o seu enchimento são realidades arqueológicas bem distintas, até de um ponto de vista cronológico. Nem sempre aparece claro, de um ponto de vista da representação, a separação dos dois «fenómenos» (abertura e enchimento).

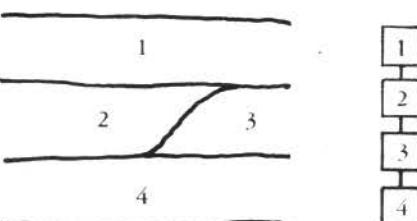


Fig. 1

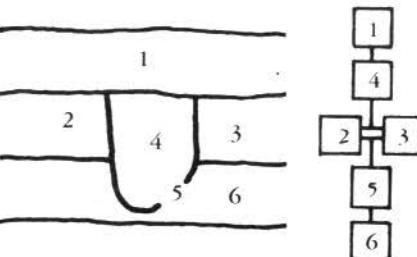


Fig. 2

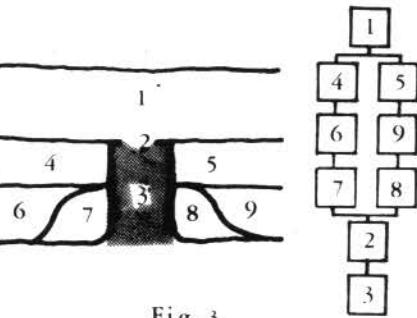


Fig. 3

* Leitor de Português na Universidade de Bolonha
Membro do Centro de Arqueologia de Almada

8. Para efeitos de registo, a cada UE corresponde uma ficha, para além de outros tipos de fichas — de material, de sector, etc. Constituem indicações obrigatórias as que constam da seguinte lista:

I. Denominação e documentação anexa.

- Localização dentro do sector,
- número de ordem que lhe foi atribuído,
- referência à documentação gráfica e fotográfica;
- referência às fichas de material;
- natureza da sua formação (natural/artificial).

II. Critérios de classificação e codificação.

- Processo de formação;
- definição sumária;
- caracteres distintivos.

III. Descrição.

- Aspecto da superfície;
- medidas;
- consistência;
- cor;
- estrutura interna (componentes geológicos, orgânicos e artificiais)
- observações eventuais.

IV. Relação estratigráfica. (Enumoram-se as UEs com as quais mantêm os seguintes tipos de relação estratigráfica).

- relação de posterioridade:
cobre
corta ...
preenche ...
apoia-se ...
- relação de anterioridade:
é coberto por...
é cortado por ...
preenchida por ...
apoia-se-lhe
- relação de igualdade:
é igual a
liga-se a

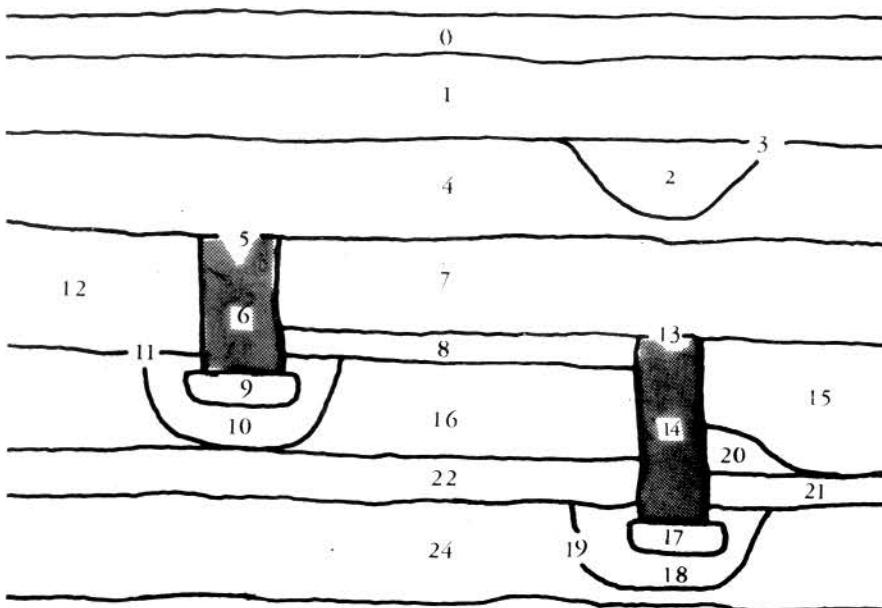


Fig. 4

Indica-se ainda, para efeitos de diagrama, a UE imediatamente anterior, bem como a imediatamente posterior.

V. Interpretação. Trata-se de interpretar o significado da UE, justificar a sua presença, interpretar a relação com estratos e estruturas conexas, possíveis reutilizações ou alterações de qualquer tipo.

VI. Datação.

- Periodização;
- fundamentação da datação

VII. Dados quantitativos dos achados.

VIII. Operações executadas no campo e responsabilidade.

- Análises feitas;
- Grau de confiança e rigor na observação e análise;
- condições de escavação;
- responsabilidade de preenchimento e interpretação.

9. Complementarmente a uma representação da sucessão estratigráfica vertical, procede-se à representação planimétrica que deve obedecer a normas fixas. A planimetria pode ser de UE isolada ou UE integrada na respetiva fase.

No primeiro caso esta define-se por uma linha a cheio, com indicação das cotas respectivas. Todo o resto vem a branco. As UEs que interrompem a representada são limitadas por uma linha tracejada.

No segundo caso registam-se todas as UEs de uma mesma fase, identificadas com os respectivos números e cotas. Todas as UEs não pertencentes à fase são representadas a branco.

A importância desta última é grande dado que, em teoria, permitirá «visualizar» a fase e as relações estabelecidas entre os seus componentes. Completa-se naturalmente com o corte estratigráfico respectivo.

10. Falar de Harris e da organização dos dados após a escavação implica uma referência ao diagrama que recebeu o seu nome.

Este processo é a forma esquemática de representar as relações complexas entre as diversas UEs de forma a individualizar agrupamentos de UEs, fases e períodos de ocupação de um determinado local.

As funções básicas representadas são três: de sucessão (fig. 1), de igualdade (fig. 2) e de equivalência/contemporaneidade (fig. 3).

É a partir destes princípios que se parte para formas de representação de realidades arqueológicas mais complexas — como, por exemplo, a que apresentamos na figura 4.

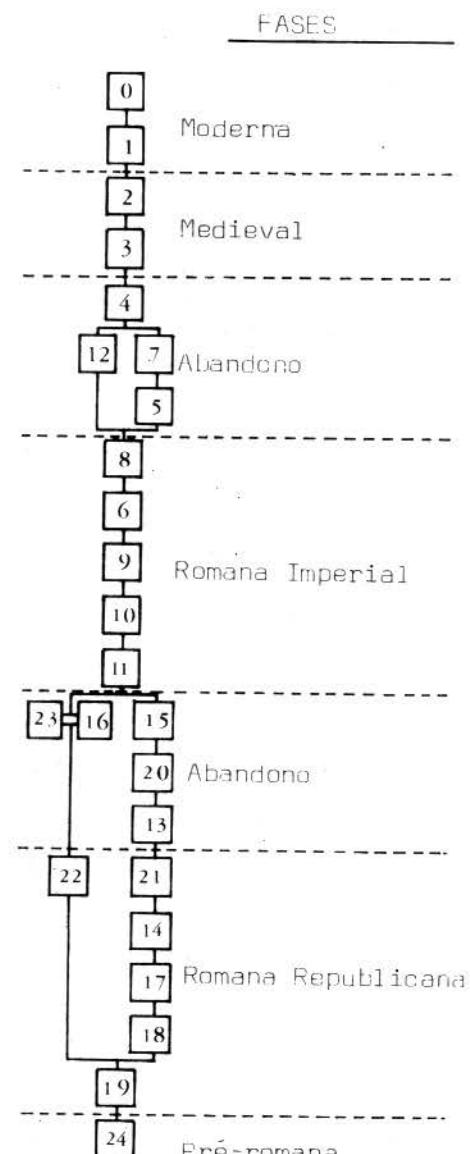


Fig. 5

11. Não pensamos que o assunto esteja esclarecido, até porque muitos aspectos são aqui insuficientemente abordados ou até de forma pouco rigorosa. Aparentemente complicado, principalmente no início, torna-se um método relativamente fácil e rápido, consonte o grau de pormenorização que se queira obter. É claro que não podemos ter a mesma pretensão quando se trata de uma escavação de emergência. Aí, em geral, podem «passar» observações de estratigrafia restrita (micro-estratigrafia) que uma escavação cuidada deve registar.

Resta-nos acrescentar que a melhor escolha para a compreensão do funcionamento é a prática que, para além do mais testa a eficiência dos métodos a utilizar. ■

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

— 10 anos de actividade

por Graziela Duarte*

O Centro de Arqueologia de Almada (CAA) nasce em 1 de Novembro de 1972, concretização da vontade de um grupo de estudantes do Liceu Nacional de Almada. Os seus primeiros anos são de difícil afirmação é um progredir muito lento, quer em conhecimentos quer em contactos com pessoas do meio. Progresso que, finalmente, se traduz na realização em 1975, da 1.ª Expo de Arqueologia do Concelho de Almada e na participação do CAA na 1.ª Feira Popular da cidade. Foi nesta data (1975) que o CAA estabeleceu o seu verdadeiro arranque tendo conseguido finalmente a cedência, por parte da CMA, de um barracão que começou a funcionar como sua sede, sendo hoje manifestamente incapaz de satisfazer as necessidades de espaço que tem o Centro.

A partir da altura em que a CAA passou a possuir um local fixo de trabalho, a sua acção tornou-se minima mente organizada tendo vindo até ao presente a desenvolver intensa actividade de prospecção, inventariação, sondagens, escavações e divulgação do Património concelhio. Para além do trabalho no concelho, que modificou em muito a sua imagem arqueológica já que até 1972 se conheciam cerca de 5 estações e actualmente se conhecem

SUMMARY:

Elementary instruction to the excavations methodology by Harris in «Principles of Archaeological Stratigraphy» (Academic Press, London, 1979).

SOMMAIRE:

Introduction élémentaire à des méthodes de fouille présentées par Harris dans «Principles of Archaeological Stratigraphy» (Academic Press, London, 1979).

Apesar de, como se disse, a actividade do CAA de 1975 para cá ser minima mente organizada e sistemática, e de se terem superado muitos dos entraves que se opõem ao seu progresso, deparamos ainda com constantes destruições de estações e danos do Património causados pelo brutal crescimento de uma cidade como Almada e outros aglomerados populacionais do concelho. Diversos são os factores que impedem um perfeito coordenar de trabalho entre o Centro e a entidade responsável pelos planos urbanísticos e pelos diversos trabalhos necessários à vida urbana. Por um lado, o CAA é um grupo perfeitamente amador em que cada um dá o que pode do seu tempo e o melhor do seu esforço. A falta de um trabalho em full-time torna muito difícil qualquer possibilidade de intervenção e pesquisa diárias num concelho em mutação constante. Por outro lado a falta de estruturas de apoio, nomeadamente do Museu Municipal (que é determinação camarária de 8 de Junho de 1976 até à data ainda por executar), diminuem em muito a capacidade de trabalho do CAA.

Apesar de tudo, é grande a vontade de dar a conhecer à população do concelho a riqueza arqueológica da terra em que vivem, sendo sempre firme a nossa determinação na concretização do Museu Municipal.

Pensamos que, depois de dez anos de actividade, devemos uma palavra de agradecimento a algumas pessoas e entidades, aquelas que sempre nos ajudaram a realizar um trabalho correcto, nomeadamente e muito em especial, aos drs. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, companheiros desde sempre ■

SUMMARY:

A brief historical summary of the activity of Centro de Arqueologia de Almada along its ten years of existence, its difficulties and its projects.

SOMMAIRE:

Un bref résumé historique sur l'activité du Centro de Arqueologia de Almada pendant ses dix années de vie, ses difficultés et ses projets pour l'avenir.



Aspecto de uma exposição realizada na Trafaria em 1980.

* Grupo Coordenador do Centro de Arqueologia de Almada

DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE SINES

por Carlos Tavares da Silva*

A recente publicação do livro «Pré-história da Área de Sines», da autora de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, numa edição do Gabinete da Área de Sines, veio revelar de forma inequívoca a atenção que este organismo de planeamento e ordenamento do território tem dedicado à salvaguarda do património arqueológico. Exemplo que, infelizmente ainda quase isolado no nosso país, deveria generalizar-se a muitas outras entidades igualmente responsáveis pelo progresso das populações. É que não é desejável projectar o Futuro sem descobrir (cientificamente) o Passado onde se radicam muitos dos parâmetros do nosso actual viver colectivo.

Desde 1972 que na Área de Sines se desenvolve uma intensa e sistemática actividade arquelógica repartida pela prospecção, escavação e tratamento dos dados obtidos. O empenhamento do Gabinete da Área de Sines na defesa do património arquelógico, necessariamente ameaçado pelas obras de construção do complexo portuário e urbano-industrial e das respectivas vias de acesso, é, a todos os títulos, digno do maior apreço. Inédita no contexto nacional, essa atitude reflecte uma lúcida política de planeamento que, orientada no sentido de conciliar as necessidades do crescimento urbano-industrial com as de salvar para o Futuro os testemunhos do Passado, impediu já a destruição de uma importante parcela do nosso património cultural.

Com efeito, os resultados científicos alcançados nestes dez anos de investigação constante incitam não só a prosseguir os trabalhos em curso, como também a repetir a experiência de Sines em outras regiões do País nomeadamente na área da futura barragem do Alqueva.

Os trabalhos arquelógicos realizados na faixa do Alentejo litoral que estende de Melides à zona da ilha do Pessegueiro, a Sul de Porto Covo, mostraram que a região foi ocupada em todas as fases da Pré e Proto-história, desde, pelo menos há 500 mil anos. Incidindo principalmente em jazidas arqueológicas que vão do Mesolítico, aos finais da Idade do Bronze, essa actividade de

pesquisa revelou que, há cerca de sete a oito mil anos, pequenos grupos de caçadores e recolectores mesolíticos construíram as suas aldeias, certamente de curta duração, em locais arenosos situados junto da falésia litoral, e na proximidade de praias e de débeis cursos de água. Viviam pacífica e comunitariamente. Produziam peças microlíticas, em silex, muitas delas de forma geométrica com as quais concebiam instrumentos compósitos como zagalas.

Por volta de há seis mil e quinhentos anos, essa população recebe os primeiros impulsos de carácter neolítizador, passando a praticar uma agricultura muito incipiente, a utilizar instrumentos de pedra polida (sachos, machados, enxós) e a fabricar recipientes em cerâmica, por vezes profusamente decorados por meio de motivos impressos, incisos e plásticos. Do Neolítico Antigo (essa fase ainda tão mal conhecida entre nós, charneira decisiva na História do Homem durante a qual se ensaiam os primeiros processos de produção de alimentos), o Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines escavou parte de três aldeias situadas em zonas arenosas, abertas e planas, sem condições naturais de defesa, duas junto da falésia litoral (Vale Pincel, a Sul de Sines e Vale Vistoso, a Sul de Porto Covo) e outra — a Salema —, na margem esquerda da ribeira da Cascalheira. Nessas estações foram postas a descoberto as primeiras estruturas de carácter habitacional em povoados de ar livre do Neolítico Antigo da Península Ibérica.

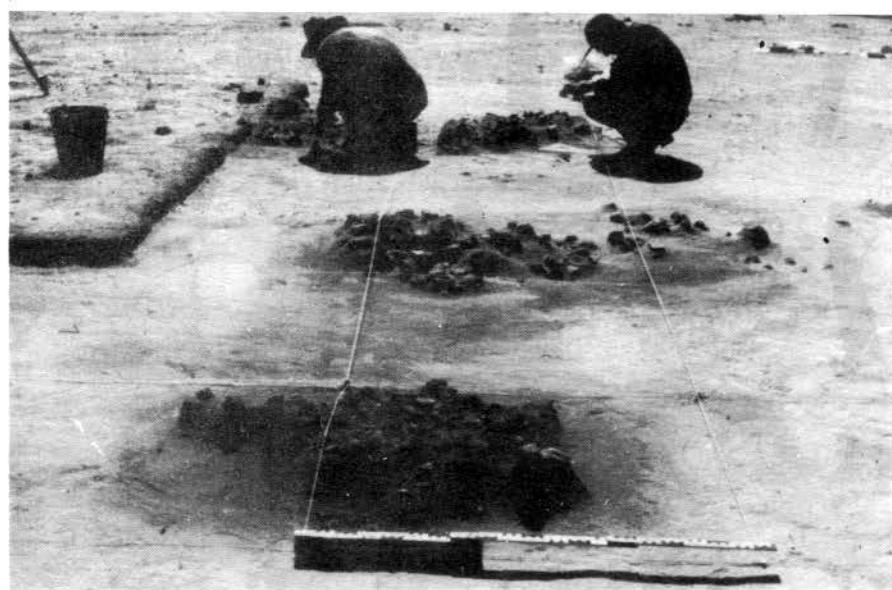


Fig. 1 — Aspecto parcial da área recentemente escavada no povoado neolítico de Montum (Melides), notando-se estruturas de combustão integradas por calhas fracturados por ação do calor. (Escavações do Gabinete da Área de Sines e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Assembleia Distrital de Setúbal).

* Responsável pelo Sector de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines.

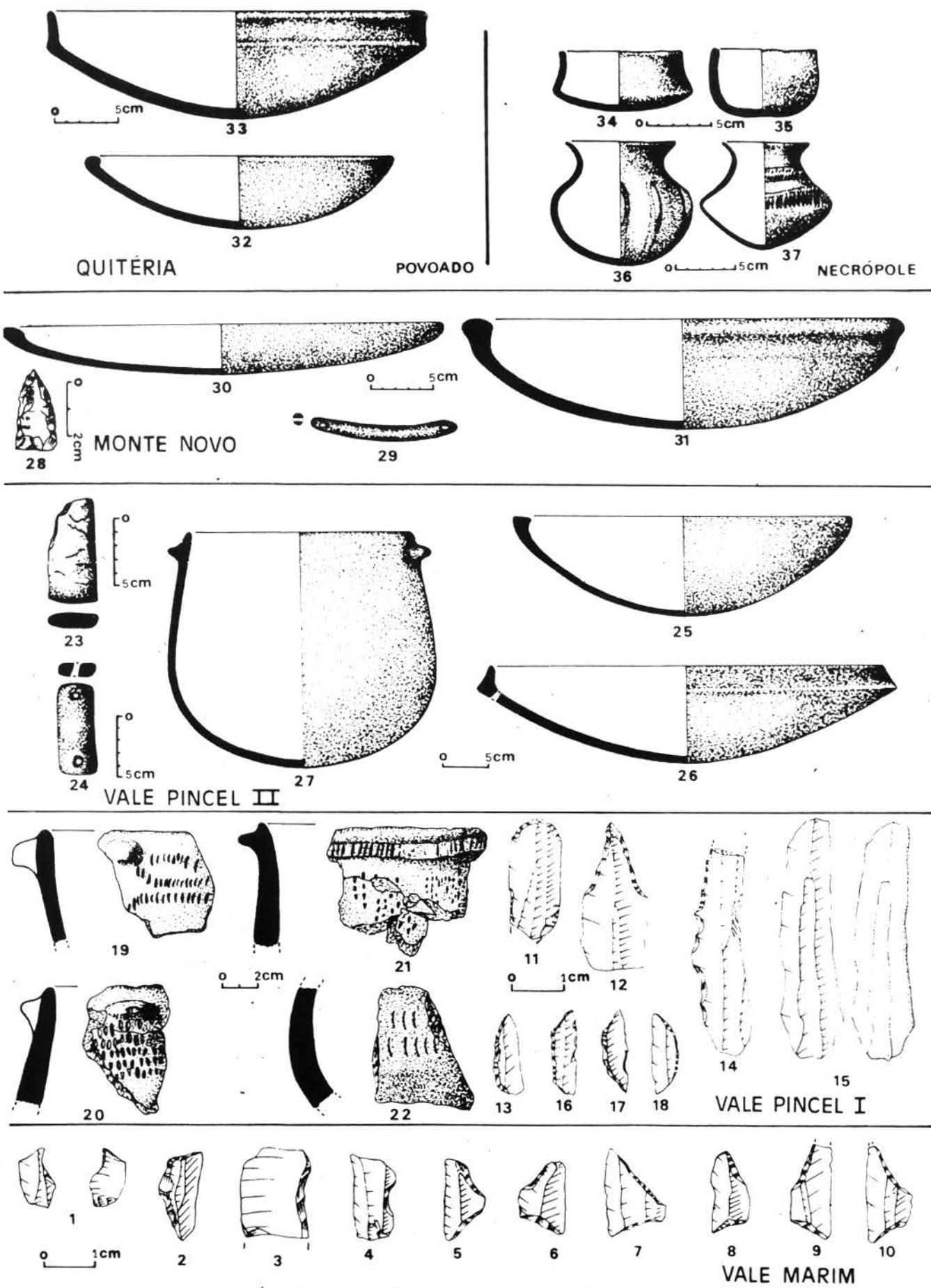


Fig. 2 — Fases de ocupação da encosta Sul dos Chãos de Sines durante a Pré-História, representadas através de diversas jazidas de ar livre: Vale Marim (Mesolítico - ca. 5000 a.C.); Vale Pincel I (Neolítico antigo — ca. 4500-4000 a.C.); Vale Pincel II (Neolítico final — ca. 3000 a.C.); Monte Novo (Idade do Cobre — ca. 2500-2000 a.C. e Quitéria (Idade do Bronze — ca. 1500-1000 a.C.)



Fig. 3 — Sepultura megalítica do Marco Branco (S. Francisco da Serra). Sepultura fechada e sem corredor que marca a fase antiga do megalitismo do Alentejo Litoral.

Com o desenvolvimento da economia agro-pastoril acumulam-se excedentes que vão permitir uma maior complexidade da vida social e o aparecimento de sepulturas colectivas, megalíticas: muito simples, cistoides, sem corredor e completamente fechadas numa fase inicial (Marco Branco, na freguesia de S. Francisco da Serra), e com câmara e corredor bem diferenciados numa fase média/final (monumento da Palhota, entre S. Francisco da Serra e Melides). Estas populações, construtoras dos monumentos funerários megalíticos que, pelos excedentes acumulados, se encontram preparadas para manter artífices especializados, vão por volta de há quatro mil e oito-centos anos, conhecer as primeiras formas da metalurgia do cobre. Como que se assiste a um salto na evolução social. As comunidades que até então viviam pacificamente na planície procuram agora lugares elevados, com boas condições naturais de defesa, para, de forma francamente sedentária, implantarem os seus povoados. É neste momento, de que o povoado da Idade do Cobre de Monte Novo, na encosta sul dos Chãos de Sines, é um bom exemplo, que ocorrem as primeiras provas materiais do aparecimento da guerra. A comunidade primitiva e igualitária entra, assim, numa fase de desagregação; no seio de uma estrutura possivelmente de tipo tribo-patriarcal onde a agricultura, a criação de gado e a metalurgia do cobre constituem as bases económicas em que assenta toda a vida social, vão surgir as condições para o aparecimento das formas embrionárias da sociedade classista e do Estado. Este processo irá acentuar-se de modo particularmente nítido no período seguinte, ou seja, na Idade do Bronze.

A Área de Sines forneceu elementos muito importantes para o conhecimento do chamado Bronze do Sudoeste — cultura da Idade do Bronze que, entre cerca de 1500 e 800 antes da nossa Era, floresceu no Sudoeste peninsular (Huelva, Algarve e Alentejo). Extensas escavações foram realizadas em cemitérios de cistas — pequenas sepulturas rectangulares, quase sempre individuais, em que o morto, colocado em posição contraída, era frequentemente acompanhado por um recipiente em cerâmica. Estas sepulturas integravam recintos tumulares de planta rectangular que, no seu conjunto, constituiam monumentos com o aspecto geral de um favo.

Além de darem a conhecer a arquitetura e os aspectos do ritual funerário de tais necrópoles, as escavações do Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines puseram a descoberto os primeiros núcleos habitacionais da Cultura da Idade do Bronze do Sudoeste, permitindo, ao mesmo tempo, conhecer a relação espacial povoado-necrópole: povoados de planície formados por cabanas rectangulares, situados nas proximidades das necrópoles ou mesmo envolvidos por elas (Pessegoiro, Quitéria, Provença).

Aludamos, por fim, à última fase da Idade do Bronze, também presente na Área de Sines: na Cerradinha, ilha de Inverno da margem sul da Lagoa de Santo André e da foz da Ribeira da Cascalheira, viveu, no século VIII-VII a.C., uma população portadora de cerâmica de ornatos brunidos, conhecida da metalurgia do bronze, cuja cultura material revela vincadas componentes próprias da Meseta Ocidental (Espanha). É possível que, nesta fase, o Baixo Alentejo, onde, como atrás dissemos, havia até então florescido a cultura do Bronze do Sudoeste, tenha sido ocupado por populações continentais vindas do Norte, fortemente hierarquizadas e guerreiras. Estamos agora nos alvores da História: muito em breve, a faixa litorânea será percorrida por comerciantes e navegadores mediterrâneos que trarão consigo a cerâmica feita ao torno, a utensilagem em ferro e o conhecimento da escrita ■

Nota: Não referimos os trabalhos ultimamente realizados pelo GTA do Gabinete da Área de Sines na Ilha do Pessegoiro, os quais revelaram uma importante estação portuária da época romana. Em um dos próximos números desta revista será publicado um artigo dedicado a tal assunto.

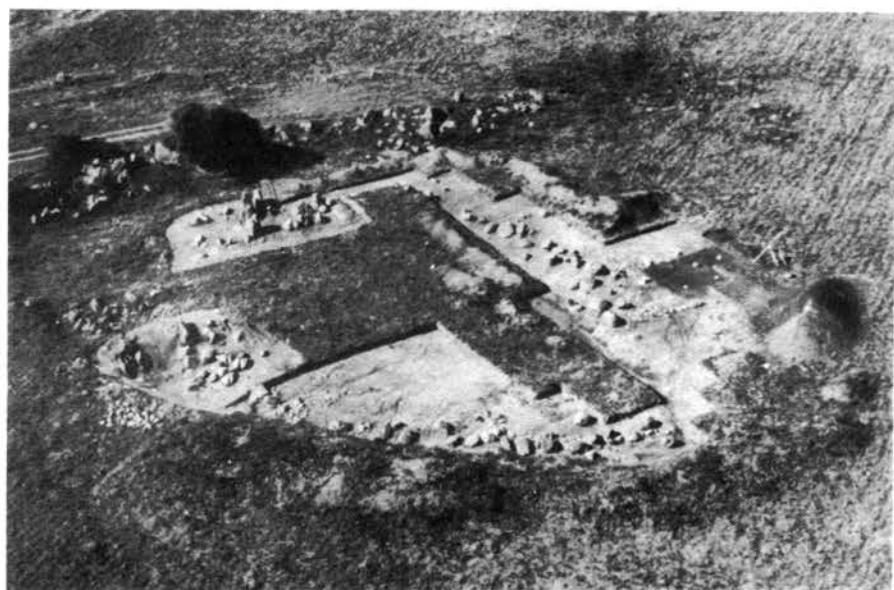


Fig. 4 — Vista aérea da área escavada na jazida da Idade do Cobre do Monte Novo (encosta Sul dos Chãos de Sines). Notar os alinhamentos formados por grandes blocos de gábor-diorito.

SOMMAIRE:

La récent publication du livre «Pré História da Área de Sines» de Carlos Tavares da Silva et Joaquina Soares, dans une édition du Cabinet de l'Área de Sines, a venue révélé l'attention de cette organisation envers la défense de l'héritage archéologique. Cet un exemple presque isolé au Portugal, mais il devait se généraliser à des autres entités également responsables pour le progrès des populations. C'est qu'il n'est pas souhaitable projeter l'Avenir sans découvrir (scientifiquement) le Passé où sont les racines de notre vie actuel.

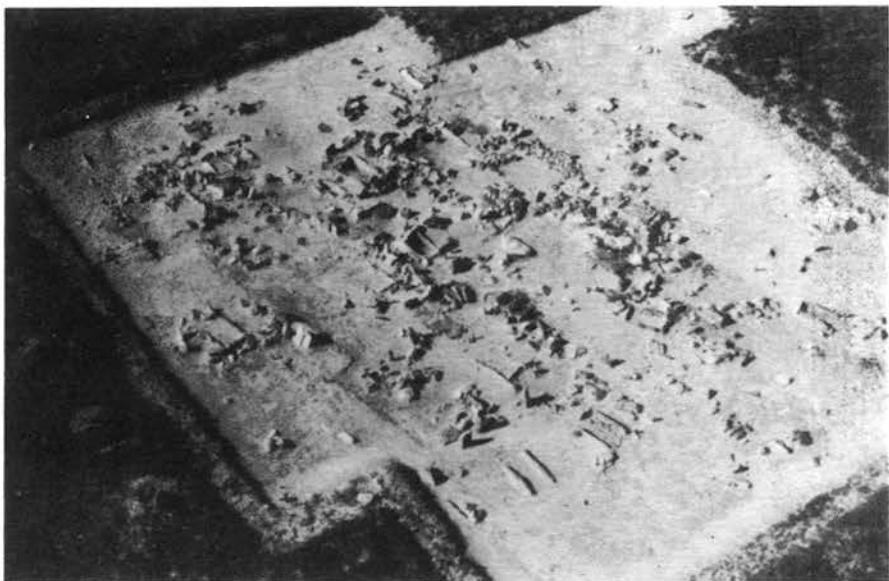


Fig. 5 — Vista aérea da necrópole de cistas da Idade do Bronze da Quitéria (base da encosta Sul dos Chão de Sines).

SUMMARY:

The recent publication of the book «Pré-História da Área de Sines», Carlos Tavares da Silva and Joaquina Soares, in a edition of the cabinet of the area of Sines revealed the attention from this Organization to the defence of the archaeological patrimony. This example, unfortunately almost isolate in Portugal, must be followed by others entities equally responsible for the population progress. Is not desirable to plan the Future without discover (scientifically) the Past where are the roots of our today's collective life.

BIBLIOGRAFIA RELATIVA À ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA DO GABINETE DA ÁREA DE SINES

- FERRER DIAS, L. e VIEGAS, J.R., 1976-77. Necrópole lusitano-romana com incinerações de Monte Sardinha (S. Francisco da Serra), *Setúbal Arqueológica*, 2-3: 353-358.
 SANTOS, M. F. dos, SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1974. Necrópole da Provence (Sines: campanha de escavações de 1972). *Arqueologia e História*, 5 (S.9): 69-99.
 SANTOS, M. F. dos, SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1975. A necrópole da Idade do Bronze da Provence

(Sines-Portugal): nota preliminar. *Actas del XIII Congresso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, pp. 417-432.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1976-77 a. Cerâmica campaniforme de Vale Vistoso (Porto Covo, Sines). *Setúbal Arqueológica*, 2-3: 163-177.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1976-77 b. O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 2-3: 109-150.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1979 a. Alguns aspectos do Neolítico Antigo do Alentejo Litoral. *Actas da 1.ª Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, pp. 9-50.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1979 b. Cerâmica Pré-romana de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*, 5.

SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C., 1980. Neolítico Antigo da Área de Sines. *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Lisboa/Setúbal, pp. 5-12.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1976-77. Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*, 2-3: 179-272.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1978. Uma jazida do bronze final na Cerradinho (Lagoa de Santo André, Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 4: 71-115.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1979. O monumento I da necrópole do «Bronze do Sudoeste» do Pessegueiro (Porto Covo, Sines). *Setúbal Arqueológica*, 5.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1980 a. O «Bronze do SO.» na Área de Sines. *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Lisboa/Setúbal, pp. 37-42.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1980 b. Cemitérios de cistas da Idade do Bronze da Área de Sines. *Arqueologia*, 1: 24-28.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., 1981. *Pré-história da Área de Sines*, G.A.S., Lisboa.

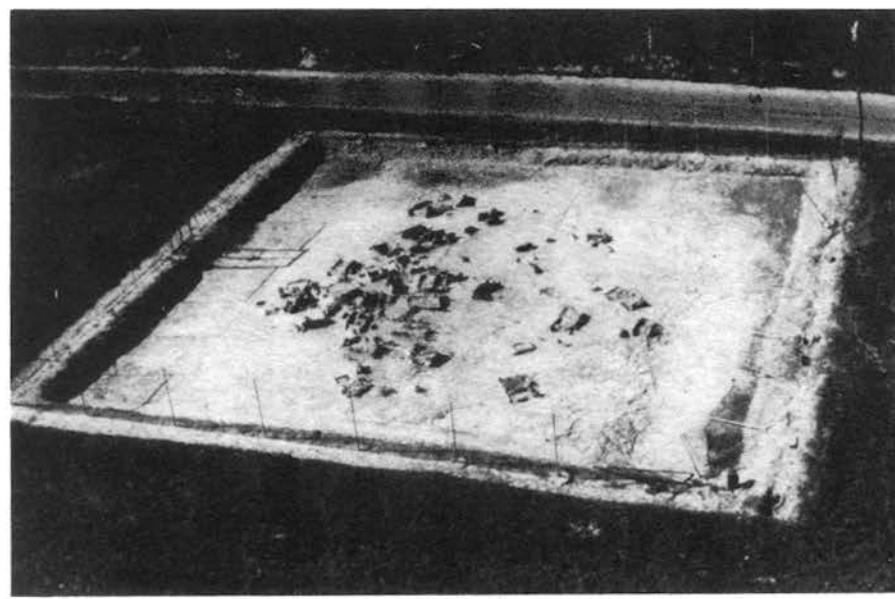


Fig. 6 — Vista aérea do monumento II da necrópole de cistas da Idade do Bronze do Pessegueiro (Porto Covo).

Destinada a abrigar a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, a Casa dos Bicos foi objecto de trabalhos arqueológicos e obras de reconstrução.

Numa primeira abordagem a este assunto, o Dr. Clementino Amaro, um dos arqueólogos responsáveis pela escavação, traça aqui um breve historial da Casa ao longo dos seus quatro séculos de existência.

Em próximo número contamos apresentar um trabalho do mesmo autor sobre a intervenção arqueológica.

CASA DOS BICOS — SEU HISTORIAL

por Clementino Amaro *

A Casa dos Bicos situa-se na Rua dos Bacalhoeiros, junto ao Campo das Cebolas, a Alfama. Propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, está classificada como Monumento Nacional por decreto de 16/06/1910.

Foi construída a partir, provavelmente, do ano de 1523, por Brás de Albuquerque (¹), depois do seu regresso de Itália, em 1522 (²). Os palácios de Bevilaequa em Bolonha e o de Ferrara, são talvez os modelos que terão inspirado Brás de Albuquerque na construção da fachada Sul da sua casa.

Neste local já seu pai possuía umas casas fazendo fé em declarações proferidas pelo desembargador Luiz da Veiga no Senado da Câmara em 18 de Fevereiro de 1521, no acto da escritura de um aforamento (³).

Primitivamente, a casa era constituída por loja, sobre-loja e dois andares. A porta principal dava para a actual Rua Afonso de Albuquerque. A muralha da cerca moura foi arrazada neste local para a sua edificação. Foi esta casa conhecida durante muito tempo por «Casa dos Diamantes» por assim designarem os mestres canteiros o lavrado da cantaria — pedras talhadas em pirâmide ou ponta de diamante.

Brás de Albuquerque veio a falecer na casa em 6 de Maio de 1581. Para além dele, só consta que tenham vivido na casa mais dois Albuquerques: D. Jerónimo Manuel, o Bacalhau (que faleceu nela em 1620) casado com D. Maria de Mendonça e Albuquerque, e Brás Manuel Teles de Meneses e Albuquerque, 5.º senhor da casa, falecido em 1737. Esteve assim a casa longos períodos arrendada conhecendo-se vários dos seus ocupantes no século XVII (⁴).

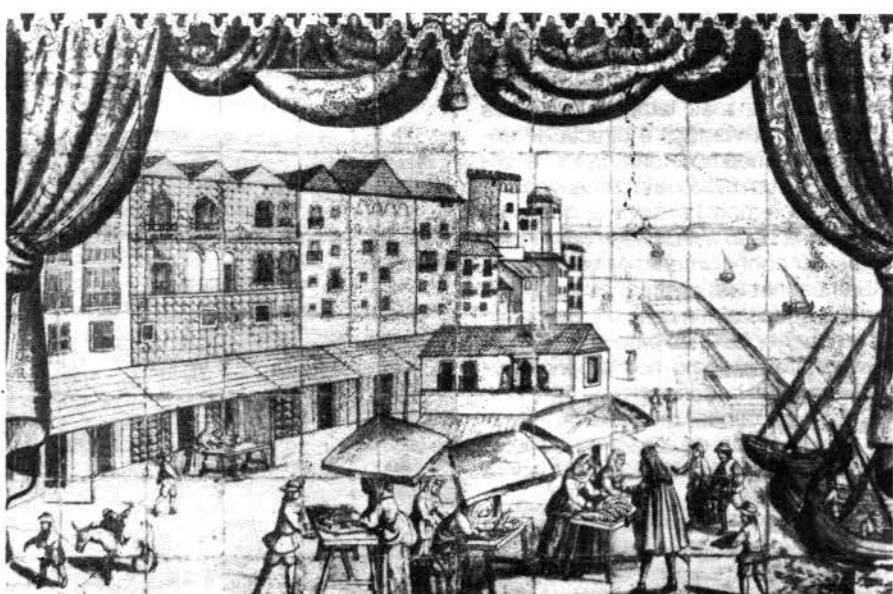
A partir do século XVIII a Casa dos Bicos entrou, muito naturalmente, em decadência. Isso é devido, em parte, a vários factores. O bairro de Alfama já não satisfaz as novas necessidades da nobreza que tem aí o seu palácio (⁵). A

circulação dos coches nos seus becos e ruas apertadas torna-se intolerável (⁶). É curioso referir uma das medidas tomadas para facilitar a circulação às Escolas Gerais e que estipula a prioridade de passagem. Consta assim na lápide colocada no Beco do Salvador, em Alfama: «Ano de 1686 — Sua Majestade ordena que os coches, seges e liteiras que vierem da Portaria de S. Salvador, recuem para a mesma parte» (⁷).

As ruas estreitas e sinuosas contribuiam igualmente para o agravamento dos problemas de higiene, com as consequentes epidemias. Muitos elementos da nobreza, a partir dos finais do séc. XVI, preferem o novo Bairro Alto de ruas mais largas e higiénicas e com ares purificados pelos ventos.

A Ribeira continua virada para a actividade comercial, sendo o local mais importante de venda de géneros alimentícios (⁸). A Casa dos Bicos não escapa a esta tendência e já antes do terramoto de 1755 está arrendada a um negociante de bacalhau de nacionalidade inglesa. De 1772 a 1807 está ocupada pelo bacalhoeiro António Afonso de Abreu. A este sucede Caetano Lopes da Silva. Será o seu neto quem, em 1873, adquire a casa ao 11.º senhor da mesma, D. Francisco Teles de Melo. Durante as primeiras décadas do nosso século continua ainda ligada ao negócio do bacalhau, tendo também funcionado aqui, durante algum tempo, uma tipografia ■

(a) In «Subsídios para a História dos Transportes Terrestres em Lisboa no séc. XIX», pág. 18



* Departamento de Arqueologia do I.P.P.C.

A Ribeira Velha do séc. XVII-XVIII. Painel de 8 x 12 de azulejos de 14 cm de lado. Representa um trecho da Ribeira Velha de Lisboa, vendo-se a fachada da Casa dos Bicos. Encontra-se presentemente no Museu da Cidade, tendo sido doado à C.M.L. por D. Fernando de Almeida.

NOTAS:

(1) Filho ilegítimo do governador da Índia, Afonso de Albuquerque. Em homenagem a seu pai, foi autorizado por D. Manuel I a tomar o nome daquele — Afonso.

(2) Em 1521, Brás de Albuquerque capitaneou uma das naus que acompanharam a Infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel I, a Itália a fim de casar com o Duque de Saboia.

(3) (...) nas ditas partilhas que assim tinham feito lhe couberão e lhe ficarão humas caças que são a cerca da porta do Mar e vão sobre o muro (muralha moura) que confronta com a praia da Ribeira na qual confrontação do dito muro e caças está o chão de que o alvará de Sua Alteza faz mensão o qual chão era de comprido ao largo do dito muro e caças seis brasas excassas de craveira e era de largo desde o dito muro contra o Mar da parte das caças de Afonso de Albuquerque huá braça e meia e dois palmos (...).

In Prazos — Freguesia da Sé, pasta 17/31, arquivo da CM de Lisboa.

(4) António Bocarro, em 1600; António Carvalho, vinhateiro, em 1606; D. Belchior de Teive, em 1609/10; D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo do Algarve, posteriormente Inquisidor Geral em 1614; cônego Vicente Nogueira, em 1630/31 (?); D. Sancho de Noronha, 6.º conde de Odemira, morreu na casa em 1641; dr. António Robalo Freire em 1695.

(5) De entre as casas nobres que existiam só na zona da Ribeira, destacavam-se as dos Duques de Aveiro, conde de Linhares (mais tarde pertença dos condes de Cocalim), condes de Vila-Flor, depois duques da Terceira, Távoras, marqueses de Angeja, condes de Portalegre e marqueses de Gouveia.

(6) Os coches generalizaram-se no séc. XVII, bem como as berlindas e liteiras. As seges atravessam todo o séc. XVIII e ainda parte do XIX.

(7) Outros pólos das actividades económicas, sociais e religiosas se situam nesta zona — Terreiro do Trigo; edifício da Alfandega; cais de atracagem; igrejas de St.º António e da Misericórdia; Sé Patriarcal; chafarizes da Preguiça e de El-Rei e nascentes termais.

SOMMAIRE:

Pour la XVIIÈME Exposition Européenne de L'Art, Science et Culture, la Casa dos Bicos a été le centre de recherches archéologiques et des œuvres de reconstruction.

Pour la première nouvelle sur ce sujet, le Dr. Clementino Amaro, un des archéologues responsables pour les recherches, fait ici un bref résumé sur l'histoire de la maison pendant ses quatre siècles d'existance.

SUMMARY:

The «Casa dos Bicos» that was intended to lodge the European Exhibition of Art, Science and Culture was subject to archaeological and rebuilding works.

In a first, approach to this matter, Dr. Clementino Amaro, one of the archaeologist responsible for the diggings, presents here a brief chronicle of the house along its four centuries of existence.

LISTAS BIBLIOGRÁFICAS — GEOLOGIA E OU PALEONTOLOGIA.

por Pedro Dantas *

Iniciamos com uma primeira listagem alusiva aos peixes Miocénicos portugueses, uma série de inventários bibliográficos fiéis a um determinado tema Paleontológico ou Geológico que irão sendo sucessivamente apresentados nos diversos números desta revista.

Na base de tudo isto e como sua justificação, saliente-se a carência de listas desta índole que facultem não só aos menos ligados às ditas ciências da Terra um conhecimento dos trabalhos publicados, dificilmente adquirido por outros meios, mas também aos mais eruditos uma via fácil e directa de encontrar os mesmos, ordenados e sobretudo de um modo não disseminado.

Agradecíamos também a quem as lesse, que, caso as tomasse por incompletas por conhecimento de um ou mais trabalhos nestes inventários ausentes que desse facto nos comunicasse a fim de preencher lacunas para que tanto os outros leitores como nós próprios pudéssemos dai beneficiar.

Contamos ainda, brevemente, divulgar a sequência de locais ou bibliotecas onde a referida bibliografia poderá ser consultada.

Por último, ao expormos os trabalhos seguintes organizados por ordem cronológica, lembramos as alterações taxonómicas, nomenclaturais e de classificação que têm vindo a sofrer as diversas formas animais neles contidas, ou por vezes de mero teor estratigráfico; alterações essas quer impostas por erros vários que interessam corrigir, quer como intuito de se acompanhar a uniformização internacional da nomenclatura científica.

Peixes Fósseis Miocénicos de Portugal

(Bibliografia organizada por ordem cronológica)

ZBYSZEWSKI, G. (1947) — Découverte d'un rnostre de grand *Pristis* dans l'Helvétien de Lisbonne. Boletim da Sociedade Geológica de Portugal, tomo VI, fasc. III 6 págs., 1 est. Porto.

ZBYSZEWSKI, G. (1947) — Note sur l'apparition de *Aetoibatus arcuatus*



Peixe fóssil do Miocénico da Banálica — Almada.

* Estudante de Geologia na Fac. de Ciências de Lisboa, membro do C.A.A.

dans l'Helvétien VI — a de Quinta das Varandas (Beato). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* tomo. XVIII, XXVIII, pp. 141-143, 1 est. Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G. (1949) — Les vertébrés du Burdigalien supérieur de Lisbonne. *Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal*, 77 págs, 23 pl. Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G. & Almeida, F. Moitinho de (1950) — Os peixes miocénicos portugueses. *Comun. Serv. Geol. Port.*, tomo XXXI, pp. 309-412, 13 pl. Lisboa.

Serralheiro A.M.R. (1954) — Contribuição para o conhecimento da fauna ictiológica do Miocénico marinho de Portugal continental. *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*, 2.ª Sér., C, tomo IV, Fasc. I, pp. 39-119, 2 figs., 4 pl.

Jonet, S. (1964) — Notes d'Ichthyologie miocène. I ère note — Les LAMNIDAE. *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa*. Tomo X, fasc. I, pp. 29 — 44,2 pl.

Jonet, S. (1966) — Notes d'Ichthyologie miocène portugaise. II — Les CARCHARHINIDAE. *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa*, tomo X, fasc. II, pp. 65 — 88,4 pl.

Jonet, S. (1967) — Notes d'Ichthyologie miocène portugaise. III — SPHYRAENIDÉS et SCOMBRIDÉS. *Bulletin de la Société Belge de Géologie, Paléontologie et Hydrologie*, tomo LXXV, fasc. II, pp. 185 — 198,2 est.

Jonet, S. (1968) — Notes d'Ichthyologie miocène portugaise. IV — Les LABRIDAE. *Bol. da Soc. Geol. Port.*, tomo XVI, pp. 209 — 220,1 est. Lisboa.

Joent, S (1968) — Notes d'Ichthyologie miocène portugaise. V — Quelques

Batoides. *Rev. Fac. Ciênc. Univ. Lisboa*, 2.ª sér., C., tomo XV, fasc. II, pp. 233 — 258,3 figs, 1 est.

Antunes, M. Telles & Jonet, S. (1970) — Requins d'Helvétien Supérieur et du Tortonien de Lisbonne. *Rev. Fac. Ciênc. Univ. Lisboa*, 2.ª sér., C., tomo XVI, fasc. I, pp. 119 — 280, 14 figs. 20 est.

Antunes, M. Telles (1971) — Vertebrados fósseis da região de Lisboa, seu enquadramento Paleocoológico. *III Curso de Extensão Universitária de Ciências Geológicas*, pp. 49 — 72,7 pl. Edit Centro de Estudos de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa (Fundação do Instituto de Alta Cultura).

Jonet, S. (1972—73) — Étude des otolithes des Téléostéens (Pisces) du Miocène des environs de Lisbonne. *Comunic. Serv. Geol. Port.*, tomo LVI, pp. 107—294,4 pl., 14 figs., Lisboa.

Jonet, S.; Kotchetoff, Y. & B. (1975) — L'Helvétien du Penedo et sa faune Ichthyologique. *Comunic. Serv. Geol. Port.*, tomo LIX, pp. 193—2289,2 pl., Lisboa.

Jonet, S. (1975) — Notes d'Ichthyologie miocène portugaise. VI — Les SPARIDAE. *Bol. Soc. Geol. Port.*, tomo XIX, fasc. III, pp. 135 — 172,4 figs. , 2 pl. Lisboa.

Jonet, S. (1977) — Notes d'Ichthyologie miocène portugaise. VII — La famille des MOBULIDAE au Portugal, *Bol. Soc. Geol. Port.*, tomo XX, pp. 53-64, 1 pl. Lisboa.

Jonet, S. (1978) — Le Tortonien supérieur (T. VII -b) des environs de Fonte da Telha (Península de Setúbal) et ses faunes. Ière partie. *Comunic. Serv. Geol. Port.*, tomo LXIII, pp. 13-51, 1 fig., 2 pl. Lisboa.

Jonet, S. (1979) — Le Tortonien supérieur (T.VII-b) des environs de Fonte da Telha (Península de Setubal) et ses

faunes. IIème partie: les otolithes des poissons Téléostéens. IIIème partie: les Invertebrés. *Comunic. Serv. Geol. Port.*, tomo LXV, pp. 105 — 130, 4 pl. Lisboa.

AUTORES:

Almeida, F. Moitinho de — Engenheiro de minas dos Serviços Geológicos de Portugal.

Antunes, Miguel Telles — Paleontologista da Universidade Nova de Lisboa. Jonet, S. — Paleontologista colaborador do «Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique».

Kotchetoff, Y. & B. — Paleontologistas amadores.

Serralheiro, António M. Romão — Geólogo da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Zbyszewski, Georges — Geólogo dos Serviços Geológicos de Portugal ■

SUMMARY:

A list about the portuguese miocene fishes, in a sucession of bibliographical inventories following a certain palaeontologic and geological subject which must be presented in the other numbers of this review.

SOMMAIRE:

Un e liste sur les poissons miocéniques portugais, intégrée, dans une série d'inventaires bibliographiques sur un thème paléontologiste ou géologique qui seront présenté dans les prochains numéros de cette revue.

ASS/NE

Arqueologia & Património

Condições válidas no Continente:
assinatura anual (2 números) — 170\$00

Condições especiais para sócios do CAA:
assinatura anual (2 números) — 135\$00

Pedidos para:

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2801 ALMADA CODEX

UMA NOVA PRAÇA

por Francisco Abreu *

A Campanha que o **Projecto Setúbal Verde** lançou para encerrar ao trânsito e recuperar a Praça de Bocage, não deve ser entendida como um acto desgarrado e caprichoso, mas sim como uma atitude integrada num objectivo mais amplo e que se resume na defesa e valorização do Centro Histórico de Setúbal.

A Campanha foi lançada em Junho de 1981 com a apresentação de um projecto de renovação urbana para a Praça do Bocage e Largo do Sapalinho (fig. 1 — da autoria do Arq. Eduardo Carqueijeiro e da Arq.^a Teresa Ramos Lopes, ambos elementos activos do **Projecto Setúbal Verde**) e com a apresentação de um dossier contendo propostas de solução para os problemas que o encerramento iria acarretar: proibição das cargas e descargas (comércio) e estacionamento.

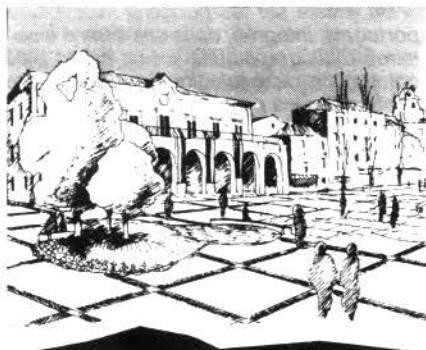


Fig. 1

Em Julho do mesmo ano, depois de contactos com individualidades locais, reuniões de propaganda e pressão, ações de sensibilização junto da população e outras actividades de impacto, a Praça foi encerrada ao trânsito.

Começou então um longo processo de mentalização dos responsáveis autárquicos para a necessidade de recuperar. Apareceu uma proposta de ordenamento para a zona encerrada (fig. 2 — da autoria do Arq. Eduardo Carqueijeiro) cuja finalidade sempre foi a de servir de elemento de consulta, para enriquecer outras propostas, visto conter todas as ideias do **Projecto Se-**

túbal Verde quanto à ocupação do espaço na Praça. Esta proposta tem como linha de força fundamental a recuperação das ruínas romanas (recentemente descobertas) e a sua integração num anfiteatro de vidro; a escolha de diferentes texturas de pavimento também será uma opção a assinalar.

Como resultado deste «trabalho de mentalização» surge em Março de 1982 um concurso público para entrega de projectos de recuperação para a Praça do Bocage.

As intenções do Projecto Setúbal Verde estavam, desta forma, totalmente satisfeitas: a Praça encerrada ao trânsito e o processo de recuperação bem encaminhado, e por isso a Campanha foi encerrada. É de referir a colaboração que a Câmara Municipal de Setúbal sempre prestou a esta Campanha.

Da nossa experiência neste domínio podemos retirar a seguinte conclusão: a intervenção, enquanto diálogo construtivo, é o único processo viável de modificar «as coisas».

Já em 1980 o **Projecto Setúbal Verde** conseguia alcançar um êxito assinalável com a «Campanha para a criação da Reserva Natural do Estuário do Sado» (a Reserva Natural foi criada em 1 de Outubro pelo Decreto-Lei n.º 430/80).

Estas Campanhas, mais do que uma vitória do **Projecto Setúbal Verde** são um vitória de Setúbal e dos setubalen-

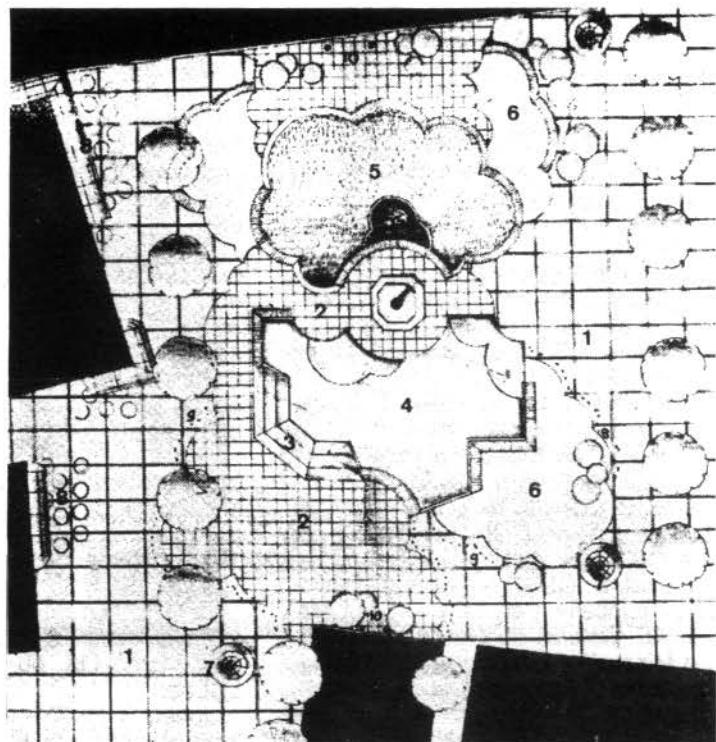


Fig. 2 — Legenda: 1, 2 e 6 — diferentes texturas de pavimento. 3 — anfiteatro de vidro para integração das ruínas. 4 — recuperação das ruínas. 5 — pequeno lago, zona verde. 7 — quiosques. 8 — esplanada, toldos. 9 — poemas de Bocage em pedra calcetada. 10 — pórticos.

SOMMAIRE:

Un bref précis de la campagne commencée par le Project Setúbal Verd — une organisation écologiste régionale pour la défense et valorisation du Centre Historique de la ville de Setúbal.

SUMMARY:

A brief summary of the campaign began for the Project Green Setúbal — a local ecologist organization, in order to defend and increase the value of the Setúbal's Historic Center.



QUESTÕES

DE ARQUEOLOGIA NACIONAL

Entrevista com o Dr. Francisco Alves

Director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia

Que significa para si a experiência do Campo Arqueológico de Braga?

Creio que a experiência de Braga é a melhor ilustração de uma dinâmica que, desde então, foi imprimida à Arqueologia portuguesa. Embora em termos extremamente precários até 1980, o CAB foi o primeiro centro de Arqueologia profissionalizado e com uma certa dimensão em Portugal.

Em 1976 o caso de Braga partiu de um escândalo de grandes dimensões. Em particular nos últimos dez anos os vestígios da cidade tinham sido alvo de uma destruição sistemática face a uma explosão urbanística anárquica atingindo-se nessa altura a fase final de assalto às últimas zonas urbanizáveis, ricas de um passado bimilenário. Perante esta situação, gerou-se um movimento de opinião local bastante forte, acompanhado com muito empenhamento pelo governo que criou, em 1976, um grupo executivo inter-ministrerial destinado à resolução do problema. Estabeleceu-se assim um compromisso de comparticipação financeira interdepartamental que nos garantiu os 3 ou 4 mil contos anuais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. Simplesmente, o grande atraso de entrada em vigor dos OGEs implicava que o pessoal recebesse sistematicamente os seus vencimentos com meses de atraso, constituindo permanente factor de instabilidade. No que concerne a despesas de funcionamento, o alargamento regional do âmbito de acção do CAB veio a verificar-se simultaneamente com o aumento do apoio por parte das autarquias locais uma vez que estas compreendiam a necessidade urgente da nossa actuação, despoletando quase sempre os apoios solicitados, e, grande parte da actividade arquelógica passou a ser directamente subsidiada desta forma.

Criou-se assim uma infra-estrutura de trabalho inédita em Portugal. Apesar de conheço paralelo no Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines que, como se sabe, trabalha em articulação com o Museu

de Arqueologia da Assembleia Distrital de Setúbal.

Quase uma vintena de concelhos de quatro distritos foram tocados em quatro anos de actividade. Toda esta actuação foi unir-se com a Universidade do Minho onde encontrámos um ambiente de extraordinária interdisciplinaridade e que nos virou para uma nova faceta; o ensino universitário da Arqueologia.

Até que ponto foi importante a colaboração das autarquias?

Penso que, a não existir, inviabilizaria seriamente todo o projecto. Hoje em dia o apoio das Câmaras é fundamental. Não seria apenas com as verbas que a Secretaria de Estado da Cultura dispõe (que já não são más em relação a anos anteriores), que se poderia desenvolver toda a actividade necessária. No conjunto do País, o apoio das autarquias representa já, provavelmente, verba de ordem comparável à atribuída pelo sector da Cultura. No entanto, as autarquias podem prestar outros tipos de apoio visto que têm os serviços técnicos, topógrafos, veículos, pessoal diverso, etc.

Creio que se aponta para que as Câmaras possuam futuramente gabinetes próprios de Arqueologia com pessoal técnico qualificado integrado nos seus quadros. No momento actual é no entanto ao Poder Central que compete dar o exemplo na estruturação desses serviços.

Até que ponto se poderá relacionar o que acaba de dizer com a criação de museus municipais?

Pode não estar necessariamente ligado. Compete às autarquias criar condições para a existência de Museus Municipais. No entanto os arqueólogos não seriam, nem exclusivamente, nem essencialmente, os conservadores desses museus. Na maioria dos casos

competir-lhes-ia mais a preparação de trabalhos de documentação, salvaguarda e recolha do Património local, de modo a evitar a sua perca como se assiste com frequência e aceleradamente nestes últimos 20 anos. Todavia não poderia deixar de existir, sobretudo num âmbito local, uma ligação íntima entre esta actividade e à de museologia arqueológica.

Porquê a opção por serviços regionais de arqueologia

Entendo que os serviços centrais, mesmo que bem providos de meios financeiros e humanos, cairiam sempre com atraso sobre as situações. A Arqueologia é um serviço que só pode ser vivido no local. O óptimo e o recomendado seria de facto que as Câmaras tivessem os seus próprios serviços. Não é por acaso que, à escala internacional, os serviços centrais de Arqueologia apenas têm como missão a coordenação dos serviços regionais.

Até que ponto se avançou nessa regionalização?

A experiência simultânea de reorganização do Serviço de Arqueologia do Departamento do IPPC e do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia encontra obstáculos sobretudo no campo das admissões do pessoal indispensável. A legislação actualmente em vigor na função pública é extremamente severa. Os Serviços Regionais enquanto criados (Norte, Centro e Sul), têm o problema da admissão de arqueólogos e pessoal técnico especializado. No Museu a situação é idêntica: existe uma verba para pessoal e que, por esta razão, não pode ser gasta. Só as transferências são permitidas. Ora um arquitecto ou um biólogo, embora sendo funcionários públicos, não se tornam arqueólogos apenas por transferência.

Os arqueólogos que se formam nas Universidades e que ensinam nas es-

colas são todos candidatos à profissionalização desde que para tal tenham oportunidade.

A actividade relacionada com os cargos que ocupa tem sido passível de críticas?

É claro que uma situação pioneira de arranque e alteração de estruturas torna sempre fácil certo tipo de críticas. Todavia, ninguém é perfeito; penso mesmo assim ter reunido um certo consenso naquilo que tem vindo a ser feito.

Em tempos, por exemplo, criticou-se o Campo Arqueológico de Braga por absorver anualmente verbas significativas do orçamento da Secretaria de Estado da Cultura destinado à Arqueologia (cerca de 1500 contos anuais). É um facto, mas que tem de ser analisado em função do investimento de fundo que foram as estruturas entretanto criadas. Noutros termos, as escavações de Braga foram das mais baratas do País. Aliás, sempre defendi nos meios arqueológicos oficiais propostas «dracônicas» em relação aos montantes das diárias dos subsídios para escavação.

Creio que, se não se definissem critérios normativos, a Arqueologia corria o risco de passar a ser encarada como actividade de luxo graças aos subsídios que lhe eram atribuídos, inviabilizando por outro lado algumas acções de emergência.



Isso caberá nas atribuições do Departamento de Arqueologia?

Penso que sim. É uma das tarefas de um departamento central de Arqueologia contribuir para a definição de prioridades nacionais. Faz parte das actividades que nos propomos desenvolver.

É defensor de uma planificação da actividade arqueológica?

Num sentido rígido não. As pessoas são livres de escolher as suas opções. No entanto, seria bom que se estabelecesse progressivamente um entendimento, facilitando uma coordenação de programas e uma progressão harmónica da Arqueologia nacional. A definição de grandes programas de salvaguarda e pesquisa permitiria a assimilação de programas individuais aos interesses do País.

É um diálogo a fomentar.

Como encara o ensino da Arqueologia em Portugal?

Praticamente não existe em termos profissionalizantes, o que constitui falta grave na nossa estrutura universitária. Penso que se integraria perfeitamente como uma pós-graduação do curso de História, onde existissem unidades de opção que fornecessem uma formação de base altamente especializada mas versátil.

No seu programa deveriam estar incluídas participações em campos de trabalho de vários tipos e diversos períodos cronológicos, noções de desenho arqueológico, conhecimentos elementares de manutenção, tratamento e restauro de materiais, fotografia aplicada, etc. Tudo isto com apoios financeiros, humanos e de infra-estruturas bem definidos.

Depois, faltam também todos os cursos intermédios de técnicos auxiliares. No fundo, é um problema de toda a Arqueologia face ao Ministério da Educação e Universidades e, até agora, os arqueólogos (um pouco por culpa própria), não souberam fazer-se ouvir.

Resta-nos assim o recurso à formação no estrangeiro.

Como deve ser encarada a relação arqueólogo-público?

Embora aparezca ainda com uma certa auréola de mistério, existe uma grande receptividade para os problemas da Arqueologia. Saber explorá-la tem a ver com regras que vão desde a Sociologia, à Museografia, a toda uma série de Artes diversas. Simplesmente em Portugal não há onde se aprenda este tipo de comunicação. Um museu é um campo de experimentação ideal para isso. Como também o é um Serviço Regional. Voltamos a cair na tal profissionalização urgente e necessária.

Está em estruturação uma secção de arqueologia sub-aquática. É uma actividade normalmente considerada dispendiosa...

Isso é tema que daria para outra grande conversa. Neste campo de actividade teremos também que ter em consideração que estão em jogo enormes valores culturais que, do ponto de vista histórico-arqueológico, constituem um património cultural de imenso valor que dia-a-dia vai sendo pilhado.

Que futuro para a arqueologia portuguesa?

Essencialmente o problema não é o da Arqueologia portuguesa mas sim do País e das opções governamentais no plano cultural. Para sair do actual impasse, a Arqueologia portuguesa terá que contar com uma situação de exceção, principalmente em relação à referida legislação restritiva quanto a admissões de pessoal.

Caso contrário o futuro será muito negro.

BIOGRAFIA — Francisco José Soares Alves adquiriu a sua formação universitária e tomou um primeiro contacto com a actividade arqueológica em França. Aí obteve o bacharelato em Sociologia e a licenciatura em História pela Universidade de Paris, onde optou por unidades de valor quase exclusivamente relacionadas com História da Antiguidade. Entre elas estava a Arqueologia que incluía um estágio de campo obrigatório. No seguimento desses trabalhos é convidado para integrar um projecto oficial da carta arqueológica da província francesa do Cher. Participa em diversos seminários e campanhas arqueológicas até regressar a Portugal em 1975. Professor do Ensino Secundário durante alguns meses, é chamado a dirigir em 1976 o Campo Arqueológico de Braga que irá originar a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho de que foi o responsável até 1980. Nessa data é nomeado director do Departamento de Arqueologia e Etnologia e designado director do Museu Nacional de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), cargos que aceita mediante a satisfação de duas condições fundamentais: criação e estruturação de serviços de Arqueologia de âmbito regional e integração da equipa do Campo Arqueológico de Braga no quadro da função pública, sendo para tal reestruturado o Museu D. Diogo de Sousa.

TROIA (de Setúbal) (*)

por Luís F. Baltasar*

Situada defronte de Setúbal, na foz do rio Sado a península de Tróia formou-se, a partir de uma ilha já existente, devido à acumulação de sedimentos arrastados pela água do rio ao encontrar-se com as do oceano Atlântico. A primeira referência que provavelmente se faz a ela, é num roteiro do séc. VI a.C. que, ao descrever o litoral português, aponta para a existência de uma ilha junto de um rio (Sado), então denominada de Achale (Almeida, F. de e Paixão, J. e A. Cavaleiro, 1978/79).

Desde a publicação mais antiga, onde a região de Tróia aparece descrita (numa carta de aforamento de 1502), até 1898 data da publicação do artigo de Pedro A. de Azevedo no Archeologo Português, o terreno parece não ter sofrido alterações significativas.

Tendo tido um papel mítico no seio das populações como nos é legado pela quadra popular:

*Quando Tróia se arrazou
Três dias choveu areia
Só uma alma se salvou
No ventre duma baleia*

aí se ergueu, não se sabendo ao certo quando, mas já existia em 1482 (Azevedo, Pedro A. de. 1897) a ermida da Nossa Senhora dos Prazeres, a qual foi mais tarde denominada de Nossa Senhora da Tróia. Construída sobre as ruínas romanas, a sua edificação ficou a dever-se a uma colectividade ou ao povo de Setúbal, o que veio dar à câmara o direito de nomear o ermitão, sob confirmação da Ordem (Azevedo, Pedro A. de 1898).

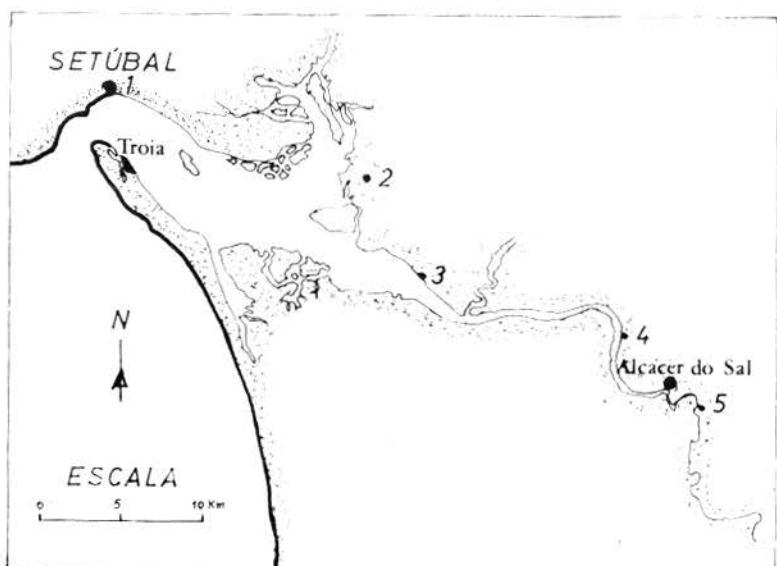
Ao longo dos tempos Tróia tem sido cenário de devastações, como nos alega Pedro A. de Azevedo (op. cit.), quando se refere ao monopólio da pedra que se encontrava em Tróia, aos sesmeiros, para a construção de moinhos e casas. Sem dúvida que esta pedra provinha das ruínas, facto já anteriormente assinalado por Almeida Carvalho (Archeologo Português. 1898, obs. n.º 1) que alertava para a destruição progressiva que a referida estação arqueológica era alvo desde o começo do séc. XVI.

Do ponto de vista arqueológico, Tróia começou a ser «explorada» por iniciativa da Infanta, mais tarde D. Maria I. Nessa altura os trabalhos incidiram na

parte residencial da estação, da qual já estavam à vista os andares superiores, sendoposta a descoberto uma larga via que ficou a chamar-se Rua da Princesa. Anos mais tarde, por volta de 1850 a Sociedade Arqueológica Lusitana, continuou os trabalhos pondo totalmente a descoberto os edifícios de dois pisos, os quais apresentavam ainda no 1.º andar de alguns, as paredes estucadas e pintadas, hoje infelizmente impossíveis de ver na íntegra, devido ao abandono a que foram votadas depois da sua descoberta.

A estação romana de Tróia comprehende uma área de grande concentração de vestígios com cerca de 1 km ao longo da margem e denota ter sido dos principais centros de salga de peixe do Império Romano do Ocidente.

Esta indústria era a ocupação principal dos habitantes romanos de Tróia, como nos é comprovado pela presença de inúmeros artefactos piscatórios e pelas cetárias. Estas últimas, tanques de várias dimensões, com arestas arredondadas, revestidos por uma argamassa compacta e impermeável (*opus signinum*), destinados à salga de peixe e à preparação do garum.



1 Quinta da Alegria
2 Herdade do Pinheiro
3 Abúl

4 Bogio
5 Herdade da Barrosinha

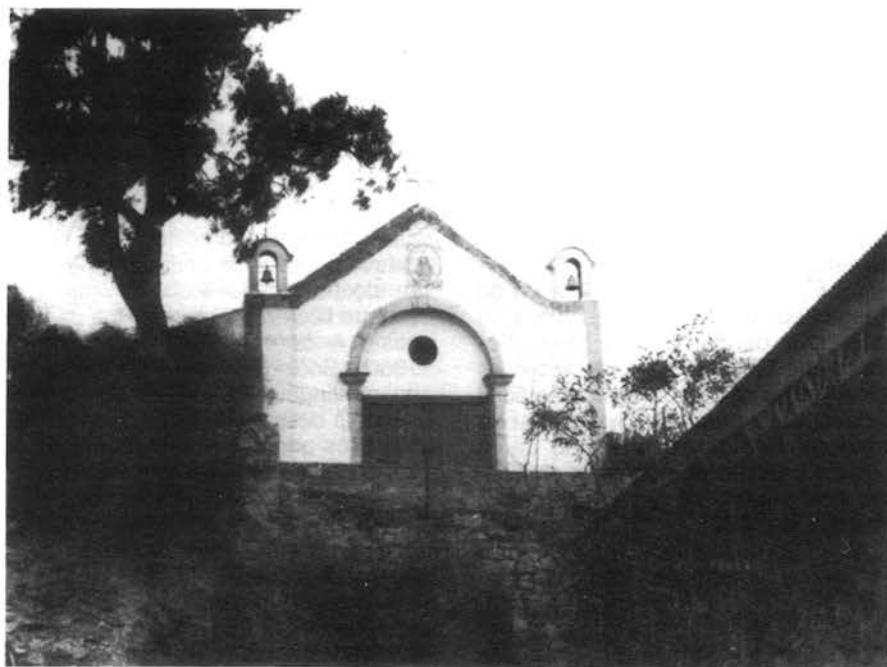


Fig. 1 — Vista da fachada actual da capela de Nossa Senhora da Tróia.

Este, era composto à base de restos de peixe macerados com sal, ovais e sangue; podendo este fabrico conter várias espécies de peixe, moluscos e crustáceos, derivando daí as inúmeras variedades deste produto (Ponsich, M. et Tarradel, M. 1965).

Produto muito apreciado no império, era exportado para toda a parte por via marítima, acondicionado em ânforas.

Para dar apoio a este complexo, situam-se próximo de Setúbal, mais propriamente na Herdade do Pinheiro, Abul, Bugio, Quinta da Alegria e Herdade da Barrosinha, fornos que produziram cerâmica, neste caso, ânforas. No que diz respeito a esta estação, um estudo tendo como base a análise química das pastas das ânforas levou a concluir-se que algumas delas fabricadas na Herdade do Pinheiro e Abul, poderiam ter abastecido Tróia (Cabral, J. M. Peixoto. 1981), caso da Beltran IV (Dressel 14) que tem uma cronologia compreendida entre os sécs. I-II d.C., e da Almagro 51 C que se situa nos sécs. III-IV d.C.

O estudo de algum do espólio encontrado em Tróia dá-nos, como base, uma ocupação não anterior ao séc. I a.C. Dentre os materiais mais antigos, conta-se a «terra sigillata» itálica lisa dos períodos clássicos (a partir dos anos 12-10 a.C.) e tardia (a partir dos anos 12-16 d.C.) que fez a sua aparição na Lusitânia, acompanhando o movimento das tropas encarregadas da pacificação (Moutinho de Alarcão, A. 1971) e a ânfora republicana Dressel I

que remonta à segunda metade do séc. I a.C.

Através das relações comerciais, a presença do Norte de África, é nos atestado pelas ânforas Beltran 56 «Africana Grande» (Maia, M. 1975) que vêm substituir a partir do séc. III as ânforas oleárias vindas da Bética. Dos contactos com o Mediterrâneo Oriental, encontra-se representada a «Late Roman C. Ware», sendo a forma Hayes 3 a mais típica e difundida, situando-se a sua chegada à Península Ibérica na segunda metade do séc. V e inícios do séc. VI d.C. (Maia, M. G. Pereira. 1974).

Um estudo com base num tesouro composto de 501 moedas datadas de entre 268 a 395 d.C. (Nunes, M.L.R. de Abreu. 1974/77), indicou serem as oficinas mais representativas, as costeiras, demonstrando por isso uma intensa ligação comercial via marítima com outros portos.

O «apogeu» de Tróia situa-se possivelmente entre meados do séc. I-III d.C. A partir do séc. IV, Tróia começa a decair, subsistindo no entanto até ao início do séc. VI d.C. É notório em algumas fábricas de salga, o abandono e consequentemente o seu enferrugamento proveniente do desabamento dos tectos e paredes. Algumas das cetárias foram reaproveitadas como sepulturas de inumação verificando-se também, uma reutilização das ânforas tipo Beltran 56 com a mesma finalidade.

Tróia romana perde-se, e da fase de abandono registam-se alguns fragmentos de cerâmica árabe encontrados por Manuel Heleno (Soares, Joaquina. 1980). Depois, e até ao séc. XV, Tróia torna-se num local de passagem ou de permanência de pescadores, os quais lentamente se foram organizando, construindo moinhos e casas, como se fez referência no início deste artigo.

Actualmente, Tróia é uma estação votada ao abandono, sem protecção por parte dos organismos oficiais, sem planos de investigação, ela é uma imagem das muitas estações arquelógicas deste País. Deixada à erosão do tempo e à acção destruidora dos caçadores de tesouros, emerge das areias, à espera dum aproveitamento condigno da parte do turismo nacional.

Fig. 2 — Panorâmica de um conjunto de cetárias integradas numa fábrica de salga.



Vem a propósito referir a recente aprovação de um projecto para a construção de uma marina com capacidade para cerca de um milhar de embarcações (Diário Popular de 21.07.82), e de um complexo de apoio que, irá contemplar «a perfeita integração — pela sua conservação e valorização — da zona arqueológica. Projectando o que de há muito deveria ter partido das entidades oficiais, a empresa respectiva aponta para a criação de um museu — com sala de exposições, miniauditório, sala de trabalho, laboratórios e depósito de materiais »(Diário de Notícias de 20.07.82), e enfim uma numerosa lista de «projectos» que por certo pesaram para a autorização da construção de tal empreendimento.

Melhor do que ninguém, será o próprio leitor a julgar. Desde já o alerto para que visite as ruínas de Tróia, pois talvez não tenha outra oportunidade de as conhecer!... pelo menos como elas hoje se encontram■

BIBLIOGRAFIA E ABREVIATURAS

ALMEIDA, F. de e PAIXÃO, J. e A. Cavaleiro, 1978/79 — Notas sobre a estação arqueológica de Tróia de Setúbal (guia da exposição).



AZEVEDO, Pedro A. de. 1897 — Estudos sobre Tróia de Setúbal, *O Arqueólogo Português* vol. III, pp. 257-265.

1898 — Estudos sobre Tróia de Setúbal, *O Arqueólogo Português* vol. IV, pp. 18-45.

CABRAL, J.M. Peixoto, 1981 — Determinação da proveniência de cerâmicas, *Arqueologia* n.º 4, pp. 74-82.

CARDOSO, G. 1978 — Ânforas romanas do Museu do Mar (Cascais), *Conimbriga* vol. XVII, pp. 63-78.

COELHO — SOARES, A. e TAVARES DA SILVA, C. 1978 — Ânforas romanas da área urbana de Setúbal, *Setúbal Arqueológica* vol. IV, pp. 171-191.

1979 — Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal), *Setúbal, Arqueológica* vol. V, pp. 205-216.

D. FERNANDO de ALMEIDA, G. ZBYSZEWSKI e O. da VEIGA FERREIRA. 1971 — Descobertas de fornos Lusitano-Romano na região da Marateca (Setúbal), *O Arqueólogo Português* S. III vol. V, pp. 155-165.

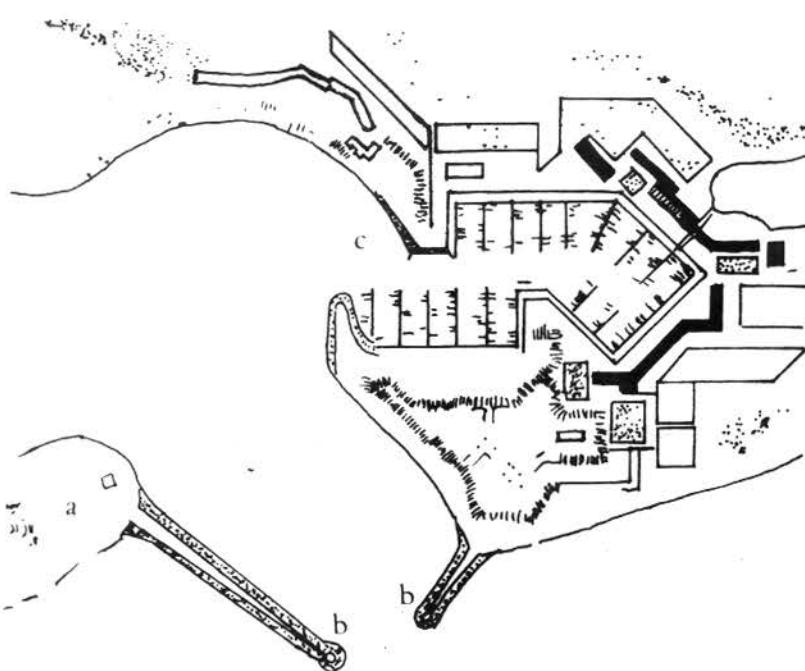
DIOGO, A.M. Dias. 1980 — Fornos de ânforas do Monte do Bugio (notícia preliminar), *Conimbriga* vol. XIX, pp. 147-150.

JUNQUEIRO, Arronches. 1902 — Estudos sobre Tróia de Setúbal, *O Arqueólogo Português* vol. VII, pp. 176-179.

MAIA, MANUEL. 1975 — Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Tróia — Ânforas de tipo «Africa-Grande», *Setúbal, Arqueológica* vol. I, pp. 155-158.

MAIA, M. GARCIA PEREIRA. 1974 — Cerâmica fina Oriental de Tróia de Setúbal «Late Roman C. Ware», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* vol. I, pp. 333-341.

1975 — Alguns aspectos da «terra sigillata» de Tróia (Setúbal), *Setúbal, Arqueológica* vol. I, pp. 159-162.



Cópia do desenho do anteprojecto publicado no «Diário de Notícias» de 20.07.82 sob o título «Salvar as ruínas de Tróia sem paralisar o progresso», certamente fornecido àquele periódico por instâncias ligadas ao empreendimento. Anteprojecto da marina de Tróia: a - Zona das ruínas; b - Molhes de protecção; c - Implantação da marina



Fig. 4 — Pormenor de uma ânfora tipo Beltran 56 reaproveitada como sepultura de inumação.

MARQUES DA COSTA, A.I. 1924/34 — Estudo sobre algumas estações da época luso-romano dos arredores de Setúbal, *O Archeólogo Português* vol. XXVI, pp. 314-328; vol. XXVII, pp. 165-181; vol. XXIX, pp. 2-31.

MARQUES DA COSTA, A.J. 1898 — Estudos sobre Tróia de Setúbal, C

Archeólogo Português vol. IV, pp. 344-352.

MOUTINHO de ALARCÃO, A. 1971 — «Terra Sigillata» itálica em Portugal, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* vol. II, pp. 421-432.

NUNES, M. L. Ribeiro de Abreu. 1974/77 — Tesouro de moedas romanas encontradas em Tróia. *O Arqueólogo Português* S. III vol. VII-IX, pp. 359-364.

PONSCHE, M. et TARRAD L, M. 1965 — *Garum et industries antiques de Salaison dans la Méditerranée Occidentale*, Paris.

SOARES, JOAQUINA. 1980 — *Estação romana de Tróia (Setúbal)*.

TAVARES DA SILVA, C. 1980 — Escavações Arqueológicas na Praça de Bocage. 2000 anos de História, Setúbal.

VASCONCELLOS, J. Leite de. 1913 — *Religiões da Lusitânia* vol. III, Lisboa.

SOMMAIRE:

La Tróia Romaine nous apparaît avec le siècle XIX avec les premières recherches sur le royaume de D. Maria I. L'activité principale de cette «ville» était l'exportation de poisson salé et «garum», et présente plusieurs témoignages de ses activités commerciales.

Cependant qu'elle soit une des plus belles et des plus larges fouilles archéologiques portugaises, elle est aujourd'hui complètement abandonnée.

SUMMARY:

Roman-Troia appears in the 19th century with the beginning of the diggings stimulated by D. Maria I. Troia of Setúbal mainly dedicated to the exportation of salted fish and garum, presents several proofs of its commercial contacts.

Although it is one of the largest and beautiful Portuguese archaeological fields, it is today completely abandoned.

(*) Deixo aqui expresso o meu agradecimento, ao Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, pelo apoio que deu à realização deste artigo.

* Membro do Centro de Arqueologia de Almada

LEIA E DIVULgue



al·mu·c·da

Revista de Arqueologia & Património

Apresentamos aqui o primeiro de uma série de artigos que publicaremos regularmente e que, no seu conjunto, funcionarão como pequenos cursos formativos.

Rúbrica essencialmente de divulgação, pretende-se com ela fornecer os conhecimentos básicos para a compreensão de diversos temas que se enquadram no âmbito desta revista.

Começamos pela Arqueologia... obviamente.

ARQUEOLOGIA — I

por Luís Gouveia*

Tomando consciência das características físicas que o separam dos outros animais, o homem não podia aceitar a ideia de ser fruto de uma evolução geral das espécies.

Esforçando-se por «contar a sua História», desde sempre tentou justificar as suas origens e existência pelos meios que tinha à disposição, o que deu origem a variadas mitologias da criação.

Muitas destas lendas assentam sobre bases materiais — montanhas, árvores ou rios sagrados — algumas delas ostentando estruturas habitacionais ou rituais abandonadas, ligadas a antigas gerações que, devido à sua distância no tempo ou a algum facto extraordinário, assumiram uma dimensão mítica.

Nas sociedades de tipo «não Ocidental» os locais sagrados, os totes, os sacrifícios, as lendas são um tipo particular de «história», transmitida, na sua maior parte oralmente, de geração em geração.

O desenvolvimento económico-social destas sociedades marca o tipo de justificação da sua existência e origens, atestada por testemunhas ancestrais, e que representava a verdade incontestada, força identificadora que unia todo o grupo.

Com novas experiências a que são submetidos, novas questões se apresentam aos grupos humanos e novos desafios à compreensão do mundo que os rodeia, são lançados.

As sociedades mais desenvolvidas espalham as suas concepções do mundo, da vida, das origens, contando uma «história» de tendências universalistas e uniformizadoras, que vale mais pelos valores morais que pretende defender do que pela ligação mitológica a locais ou tradições de um ou outro povo.

Depois do tempo dos cultos tribais, dos cultos pagãos da Grécia e Roma clássicas, o Cristianismo é essa força unificadora, que lança uma «verdade» de carácter universal e baseada numa ancestralidade de que o Antigo Testamento pretende ser a prova.

Se bem que aceites durante vários séculos sem contestação, os dogmas



Fig. 1 — A escavação de uma padaria pôs a descoberto pão (carbonizado) cozido há 1900 anos. A curiosidade e o inesperado vão de mãos dadas estimulando a procura, e a escavação tem ainda o ar de uma simples aventura.

da criação, propagados pelo cristianismo vão ser abalados pelos conhecimentos empíricos a que a época dos Descobrimentos deu aso.

A esfericidade da Terra, a existência de povos em zonas, onde se criam, começavam os infernos, etc., conduz a uma maior importância da observação e da experiência, que por sua vez dão maior crédito e bases às ciências naturais para significativas progressos.

A pesquisa histórica é agora tomada mais a sério. A História pode ser conhecida com alguma exactidão através da interpretação dos monumentos e documentos tomados como testemunhos de sociedades desaparecidas.

Durante a Renascença intensificaram-se as preocupações com os restos subterrâneos de antigas civilizações, com especial relevo para a Grega e a Romana, ultrapassando-se a simples caça ao tesouro levada a cabo, por pura curiosidade, em alguns locais, na Idade Média.

E de tal modo foi importante este esforço, que a arte, a arquitectura e a própria literatura dão disso provas.

A preocupação com o passado da Humanidade assume assim formas diversas e mais próximas das actividades e das preocupações que hoje temos como científicas. A arqueologia tem aqui as suas raízes mais claras e dá nesta época os primeiros passos como forma de pesquisa, se bem que ainda muito dominada pela curiosidade e com uma total ausência de métodos de escavação.

No entanto podemos, a partir desta época e até ao nosso século, definir 3 formas distintas de estudo do passado que divergem da mera explicação por dogmas ou leis:

1. Estudo da Antiguidades Clássicas e Orientais
(Itália, Grécia, Norte de África e Ásia Menor).
2. Interesse pela descoberta do passado da Europa através dos seus monumentos e artefactos antigos.
3. Na sequência da evolução verificada nas ciências naturais, surgem as hipóteses sobre as origens do Homem e os seus ancestrais.

*Licenciado em História
Membro do Centro de Arqueologia de Almada

Séc. XV-XVIII

As grandes ruínas

É sob a forma de antiquários que surgem os primeiros pesquisadores com intenções próximas daquelas que poderíamos hoje designar por arqueológicas. Interessados em peças provenientes de locais de antiga ocupação Romana e Etrusca, ultrapassam a simples preocupação comercial (venda das peças encontradas) e emprenha-se em sistematizações, que embora rudimentares são primeiro esforço de construir tipologias que ajudem a uma melhor classificação dos achados. Tentam-se mesmo relacionar os achados, a sua função e os povos que os utilizaram.

A revitalização das fontes literárias clássicas no séc. XV proporcionou na Itália um tipo de pesquisa do solo orientada pelos dados escritos.

Em meados do mesmo século, assinalam-se as primeiras colecções de moedas e estatuária como são exemplo as de Casimiro I de Médicis (Florença) e do Papa Sixto IV (Roma).

No séc. XVI as ruínas romanas são exploradas, a sua arquitetura imitada e os seus desenhos reproduzidos. Andrea Palladio publica em 1554, sob o título «La Antichità di Roma», os resultados das suas investigações nas ruínas da Palestina e Roma; Pirro Ligorio procede a escavações na vila Adriana, no Tivoli, etc.

As pesquisas dos antiquários passam a ser objecto de atenção oficial, e o Estado, além de se interessar pelos trabalhos, assume como sua propriedade os achados do subsolo, emitindo a partir de 1709, com os Reis Bourbons de Nápoles, autorizações para este tipo de trabalhos nas vilas de Herculano e Pompeia, subterrâneas pelas erupções do Vesúvio.

No séc. XVIII proliferam as monografias sobre locais específicos com a intenção de os tornar conhecidos bem como aos achados ai efectuados. Entre 1764 e 1768, Johann Winckelmann, escreve, em Roma «Kunstgeschichte der Antiken» (História da Arte dos Antigos) onde fala da arte da Grécia Clássica.

Em Inglaterra regista-se igualmente uma grande evolução no âmbito desta área do conhecimento mas por razões diversas das que agiram em Itália. Foram as expedições topográficas do séc. XVI que provocaram um melhor conhecimento do solo britânico ajudando à identificação de antas, cromeleques e obeliscos.

Em 1533 é nomeado um Antiquário do Reino — John Leland — e na mesma época William Camden publica as suas impressões da visita que fez a Stonehenge.

O Passado da Europa

Com os avanços registados na geologia e biologia e as questões postas pelas discordâncias quanto à origem dos fósseis e quanto à evolução das espécies, os problemas relativos às ciências humanas vão evoluir favoravelmente.

As pesquisas não incidem somente sobre os achados valiosos e de grande aparato, mas passam também a ter significado os achados em grutas e a prestar-se atenção aos estratos arqueológicos definidos pelas escavações, relacionando-se os materiais com um contexto preciso.

Da procura do objecto pelo objecto passa-se, a pouco e pouco, a utilizá-lo como elemento que possibilita a reconstrução do homem «antigo», e isso agora surge como objectivo definido.

Mas se por um lado existe um maior número de pessoas a tomar em conta as explicações da natureza e as evoluções científicas, elas são por outro lado contestadas pelo saber colectivo dos povos, habituados a uma explicação diferente e agarrados a ela como uma verdade que a própria religião ajudou a construir e a perdurar.

Com efeito a Bíblia foi, até ao séc. XIX, a única fonte onde se poderia buscar uma resposta «razoável» e «compreensível» para as questões sobre a ancestralidade do homem. Não encontrando objecções a pôr às suas explicações, o homem vulgar acreditava nas interpretações feitas pelos padres e outros membros da Igreja.

Foi uma certa «curiosidade profana», conjugada com a observação criteriosa

da Natureza que estimulou a dúvida sobre as formas tradicionais de concepção da criação do Mundo e do Homem.

Em 1605, o Arcebispo James Usher, declarou que a criação divina do Mundo remontava a 4004 a.C. segundo um estudo por ele feito com dados bíblicos. À primeira vista ridícula, esta cronologia é, no entanto, uma tentativa para estabelecer uma periodização da História e da Terra, fruto das pressões da época em questão.

Mas a primeira tentativa de cronologia nos achados de civilizações pré-históricas desaparecidas, que podemos considerar na origem directa das hoje utilizadas, surge em 1816 pela mão de Christian J. Thomsen. Divide os tempos pré-históricos em Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro (sistema de três idades).

Foi um assistente seu — J.J.A. Worsaae (1812-1885) — porém, que lançou os fundamentos da pesquisa arqueológica pré-histórica, esclarecendo conceitos que se utilizam hoje comumente como sejam os de «tipologia» e «difusão», e discutindo o valor e princípios da pesquisa pré-histórica. Não só se revelou importante para o futuro desenvolvimento da disciplina arqueológica, como forneceu dados seguros para a utilização de informações etnográficas; demonstrou-se cuidadoso com as escavações a que procedeu, a ponto de sinalizar convenientemente a posição estatigráfica dos achados, o que constitui uma inovação para a época.

Um pouco mais tarde J. Evans (1823-1908) cria a designação de Paleolítico e Neolítico.

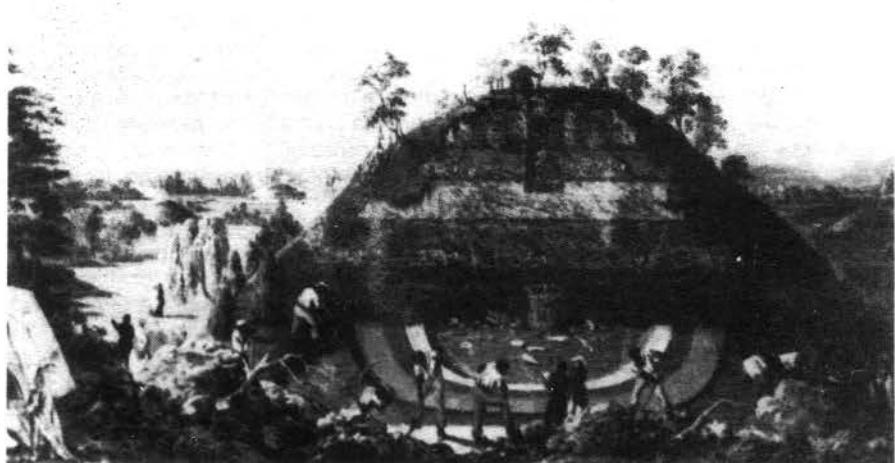


Fig. 2 — A ideia prosaica que se tinha no séc. XIX de uma escavação arqueológica já tinha no entanto em conta a presença de material em estratos distintos

Séc. XIX

As origens do Homem

Mas a par desta evolução na tipologia, temos o desenvolvimento da geologia e biologia que atingem com Lamarck e Darwin a consumação teórica de uma nova «ideia de criação», profana e baseada em factos concretos de observação da Natureza, se bem que ainda com um elevado grau de empirismo.

À medida que vai tomando conhecimento da Natureza, o Homem liberta-se das concepções impostas pela religião que lhe apresentam um Mundo estático e feito tal e qual aparece aos nossos olhos. O Homem toma consciência da mudança contínua a que tudo está sujeito, incluindo ele próprio, e da necessidade de conhecer os «porquês» dessa mudança, de forma a reconstruir as fases porque passou a sua história «escondida», aquela que não deixou testemunhos escritos da sua existência, mas que é muito mais extensa do que todas as outras épocas históricas.

Da aceitação da lenda, à procura das razões pelos seus próprios meios, científicamente orientados, o Homem percorre ainda hoje, o caminho que o leva a tornar-se um pouco mais conhecedor do seu passado, para que possa perspectivar o seu futuro de uma forma mais próxima da Natureza donde veio e que o «progresso» parece querer destruir.

A Arqueologia, como disciplina ou como ciência, é um ramo do conhecimento humano fortemente implicado no esclarecimento social e por isso mesmo se pretende actante e activo.

A divulgação dos conhecimentos que abrange é por isso de extrema importância ■

SUMMARY:

The first of a serial of articles for publication, dedicated to several themes that are in the scope of this magazine.

SOMMAIRE:

Le premier de quelques articles de divulgation sur des thèmes qui peuvent avoir lieu dans cette revue.



Fig. 3 — Sendo um dos primeiros trabalhos sistemáticos em Arqueologia, as ruínas de Pompeia, escavadas no séc. XIX, careciam de eficiência e precisão nos métodos empregues.

III ENCONTRO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

Iniciado com um Congresso International (Alcobaça-1978), o percurso histórico do movimento associativo para a salvaguarda do património, passou agora pela realização do III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural. Para trás ficaram o I Encontro (Santarém-1980), a aprovação dos estatutos da FADEPA e a eleição da respectiva Comissão instaladora (Torres Vedras-1980) e o II Encontro (Braga-1981) onde foram eleitos os órgãos directivos da Federação.

De 1 a 4 de Abril, Torres Vedras foi de novo o centro de um debate que se pretendeu vivo e actuante. Numa salutar troca de experiências, procurou-se contribuir para a consolidação do associativismo cultural de base, dotando-o de capacidade de intervenção nacional a nível do diálogo necessário à procura das «políticas culturais», e transformando as associações em instrumentos fomentadores da criação cultural. Estiveram presentes 91 associações das quais 49 federadas da FADEPA tendo os trabalhos decorrido da seguinte forma:

Dia 1 — Recepção e sessão de abertura

Este primeiro dia de trabalho teve

início com a distribuição aos representantes das Associações presentes de toda a documentação relativa ao Encontro. À noite realizou-se a sessão de abertura cuja mesa era composta pelos representantes da FADEPA, Dr. Jorge Custódio, Presidente do IPPC, Natália Correia Guedes e o secretário de Estado da Cultura. Das palavras pronunciadas pelos oradores são de referir as do Presidente da FADEPA que fez um pequeno historial das tradições de defesa do património em Portugal, ao mesmo tempo que criticou a inépcia do governo neste campo. Referiu-se também à grave confusão de alguns organismos oficiais que contrapõem a defesa do património ao progresso social. Por fim analisou a situação do movimento associativo tendo salientado a desmobilização do mesmo e a pouca aderência de Associações à FADEPA que conta somente com 49 associados em 200 associações existentes.

No seguimento da sessão o Presidente do Município elogiou a acção da Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras à qual «culpou» pelo que se tem feito no campo da defesa do património no Concelho.

Finalmente tomou a palavra o Secretário de Estado da Cultura que sali-

entou a impotência do Estado para resolver os problemas relacionados com a defesa do património devido, em especial, à «crise» que o País atravessa. Outro aspecto importante focado pelo Secretário de Estado foi a passagem dos Monumentos Nacionais da tutela do Ministério das Finanças para o Ministério da Cultura e Coordenação Científica.

Como principais directrizes da acção do Ministério apontou a melhoria das condições dos Museus Nacionais e a criação de legislação adequada à protecção do Património. Essa legislação, compilada através de um projecto-lei a submeter em breve à Assembleia da República baseia-se essencialmente nos seguintes pontos: 1.º — Novo tipo de relação entre Cidadão/Estado e detentores dos bens Culturais/Estado, de modo a que não se entenda como punição o facto de se possuir bens patrimoniais mas pelo contrário. Esse espírito será fomentado através de incentivos fiscais e financeiros destinados não só à conservação mas igualmente à sua compra.

2.º — Novo conceito de Defesa do Património que passa pela protecção preventiva do mesmo.

3.º — Descentralização dos serviços públicos que têm por objectivos a defe-

sa do património e a sua relacionação com as autarquias e as Associações de Defesa do Património.

4.º — Desburocratização da acção dos Serviços, em especial o IPPC.

5.º — Garantir a participação das Associações de Defesa do Património na elaboração da legislação e, a nível consultivo em Departamentos do Estado.

O Secretário de Estado da Cultura definiu ainda como a grande prioridade do seu Departamento, a execução de um Plano Nacional de Inventariação dos Bens Culturais, Inventariação a realizar em 5 anos, contados a partir de 1983. O papel do Estado neste Plano seria o da concepção, coordenação, financiamento e tratamento de dados, cabendo às Associações um papel de extrema importância. Por fim, e após vários considerando à falta de verba, terminou com a promessa de apoio e solidariedade do seu Departamento às Associações de Defesa do Património.

Dia 2 — Manhã — Análise do Tema I: Questões associativas e da Federação.

Nesta primeira sessão de trabalhos foram focados aspectos constitucionais da defesa do património, bem como os diversos projectos de revisão constitucional, sendo de salientar o quase total alheamento dos partidos políticos à acção das Associações de Defesa do Património.

Após esta introdução diversos representantes de Associações tomaram a palavra sendo de referir pela sua importância as comunicações apresentadas por Manuel Marques da AAEDPHC da Covilhã e Francisco Sande Lemos da ASPA (Braga). Manuel Marques referiu os crimes cometidos pela Câmara Municipal da Covilhã que autorizou a destruição da praça local para a criação de um centro cívico. Para concretizar os seus intentos a Câmara autorizou a demolição de uma porta da muralha, parte da Judiaria e de uma casa quinhentista, ao mesmo tempo que despejou a Associação pela sua acção de defesa do património. Focou ainda o orador a necessidade de criação de um Museu Têxtil a fim de salvaguardar o inúmero e rico património industrial da Covilhã.

Francisco Sande Lemos focou a necessidade da realização de encontros regionais de Associações precedendo os Encontros Nacionais, a fim de os tornar mais operantes. Referiu ainda a grande assimetria na atribuição de verbas ao litoral e ao Interior.

Dia 2 — Tarde

Na sessão da tarde começaram a ser apresentadas as comunicações integradas no tema II, sendo de salientar as apresentadas pela ASPA (Braga) e pela AEDO (Caldas da Rainha).

Das duas comunicações apresentadas pela ASPA a primeira focou aspectos relacionados com a defesa do patri-

mónio pelas populações e a problemática dos Museus, os quais, no seu entender devem ser o mais possível locais. Na segunda comunicação apresentou todo o estudo de uma rua focando a necessidade de defender conjuntos arquitectónicos e históricos mais do que monumentos desgarrados e sem enquadramento.

A AEDO apresentou duas comunicações que se centraram de modo diferente sobre o mesmo problema, a praça da República mais conhecida por praça da fruta. Pode considerar-se que foi em torno desta praça que nasceu Caldas da Rainha e é neste momento o seu cartão de visita e o local privilegiado de encontro dos seus munícipes. Foi igualmente apresentada a proposta de alteração da Câmara Municipal na qual se prevê a destruição de alguns edifícios e a alteração de quase todos o que, no entender da AEDO, provocará a perda da identidade e completa destruição da praça.

Na noite deste segundo dia de trabalhos, os participantes foram presenteados com um agradável concerto executado pela Orquestra Juvenil de Instrumentos de Arco da Fundação Musical dos Amigos das Crianças, o qual teve lugar na Igreja oitocentista da Misericórdia.

Dia 3 — Manhã

Na manhã do terceiro dia de trabalhos, e a anteceder a Assembleia da

FADEPA tomaram a palavra vários oradores, sendo de salientar a comunicação proferida pelo Dr. Vital Moreira na qual expôs o seu ponto de vista quanto às relações entre as Associações e o poder Central para além de fazer o ponto da situação da Revisão Constitucional no que concerne à Defesa do Património.

Dia 3 — Tarde

No período da tarde os representantes das diversas Associações foram convidados a conhecer um pouco de Torres Vedras e do seu concelho para o que tinham de optar entre três itinerários. O 1.º «Torres Vedras entre muralhas» procurava dar uma ideia da evolução da Cidade através dos seus monumentos e ruas. O segundo itinerário proporcionou uma visita a monumentos arquitectónicos dos séculos XVII e XVIII. O terceiro e último abarcava um período de tempo bem mais largo, iniciando-se no Castro Calcolítico do Zambujal, passando pelo convento de Santo António de Varatojo, fundado no século XV por D. Afonso V e terminando no Forte de S. Vicente, um dos principais redutos das linhas de Torres.

Dia 3 — Noite

Na sessão da noite foram apresentadas diversas comunicações ainda subordinadas ao tema II e, das quais são de realçar as apresentadas pelo CER (Viana do Castelo), Centro Cultural Ro-



Fig. 1 — Mina de água do séc. XIX, Lazareto — Porto Brandão. Entre estradas e edifícios a presença do passado tem a existir.

que Gameiro (Amadora) e SALPA (Setúbal). A comunicação do CER focou aspectos relacionados com o teatro popular, as formas de que se reveste, teatro de fundo religioso e de fundo pagão, e o processo de recuperação do mesmo, na região entre Lima e Neiva. O Centro Cultural Roque Gameiro apresentou duas comunicações de interesse, versando a primeira a metodologia usada na inventariação do património na Amadora e a segunda formas de recuperação dos moinhos de vento. Na primeira foram referidas ainda algumas dezenas de casos de destruição do património.

A SALPA apresentou a última comunicação da noite, a qual versou aspectos do património setubalense de uma forma inovadora e pouco usada entre nós, o Video-tape. É de louvar a forma cuidada como a comunicação foi concebida. Seguiu-se um período de debate.

Dia 4

No último dia dos trabalhos foram votadas diversas propostas destinadas a figurar nas conclusões e, das quais são de salientar as apresentadas pelo GAAC (Coimbra) sobre a defesa do património azulejar, da AEDP (Santa-rém) sobre a realização de Encontros Regionais, da ADDPC (Torres Vedras) visando a classificação do Forte de S.

TORRES VEDRAS



Vicente como Monumento Europeu, da CCTV (Torres Vedras) sobre a defesa do património escrito, da ADERAV (Aveiro) visando propor a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Convento de Cristo para a lista dos Monumentos Mundiais (UNESCO) e da ASPA (Braga), sobre a protecção do Mosteiro de Tibães.

Ainda de manhã efectuou-se a sessão de encerramento a que estiveram

presentes o padre Manuel Martins pela ADDPC de Torres Vedras, o Dr. Jorge Custódio pela FADEPA, o Presidente do Município Torreense, o Governador Civil de Lisboa e o ministro da Qualidade de Vida, arq. Ribeiro Telles.

No início da sessão de encerramento foi prestada homenagem ao Dr. Serrão Martins, Presidente da Câmara de Mértola, cuja acção na defesa e revitalização do património Cultural de Mértola é um exemplo digno de nota, e que faleceu prematuramente num brutal acidente de viação.

No final o arq. Ribeiro Telles teceu algumas considerações sobre a importância da defesa do património quer cultural, quer natural para a preservação do próprio Homem. Mais uma vez prometeu o apoio do Governo às Associações de Defesa do Património, reafirmando a FADEPA como parceiro social.

Após o encerramento seguiu-se o almoço oferecido pela edilidade Torreense depois do que um grupo de música popular de Almada tocou vários temas do folclore português e a Banda de Torres alguns trechos musicais. Enquanto isto, o sr. ministro Ribeiro Telles ensinava alguns representantes do Corpo Diplomático a jogar o pião. ■

Luis Barros

almada

Este pode ser um espaço PARA AS SUAS OPINIÕES.

**Aberto a todos os Centros de Arqueologia,
organizações de património ou indivíduos isolados,
a responsabilidade desta voz pode ser também vossa.**

**Apoiem e participem nesta tentativa
de afirmação cultural.**

**Ajude-a a ser um veículo útil entre todos
aqueles que se preocupam com o passado
(e o futuro) de Portugal.**

Al - madan

A mina é o significado da palavra árabe Al-madan.

Defendem alguns autores que Al-madan está na etimologia do nome de Almada e que corresponde ao nome de uma pequena povoação mourisca, que existia no local onde hoje se ergue Almada (parte velha); povoação essa que terá sido conquistada, reedificada e povoada pelos cruzados Ingleses que ajudaram D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa.

Bibliografia: Dicionário Histórico, Biográfico, Bibliográfico, Heraldico, Corográfico e Artístico. LISBOA 1904

G.D.

tinguir desta para ocupar um lugar de charneira entre a Geologia e a Biologia, buscando os seus métodos, de observação e investigação, nestas duas ciências, bem assim como os seus princípios fundamentais nos quais se contam o Actualismo, a Anatomia Comparada, e a Cronologia relativa. O seu campo de acção tem-se desenvolvido em outras disciplinas como sejam a Química e a Bioquímica, a Física moderna e a nuclear e bem assim como a Matemática. O seu grande desenvolvimento tem contribuído para a criação de várias subdivisões nas quais se contam: a Paleontologia de Vertebrados, Paleontologia de Invertebrados, Micropaleontologia, Paleontologia

demos citas problemas da Origem da Vida e evolução biológica, problemas de datação de terrenos e identificação de paleo-ambientes ou fácies, com importância para a investigação de, por exemplo, jazidas petrolíferas, e por outro lado, para a elaboração de esboços de mapas paletogeográficos comportando indicações paleoclimáticas como paelotemperaturas, paleocorrentes, etc... ■

BIBLIOGRAFIA:

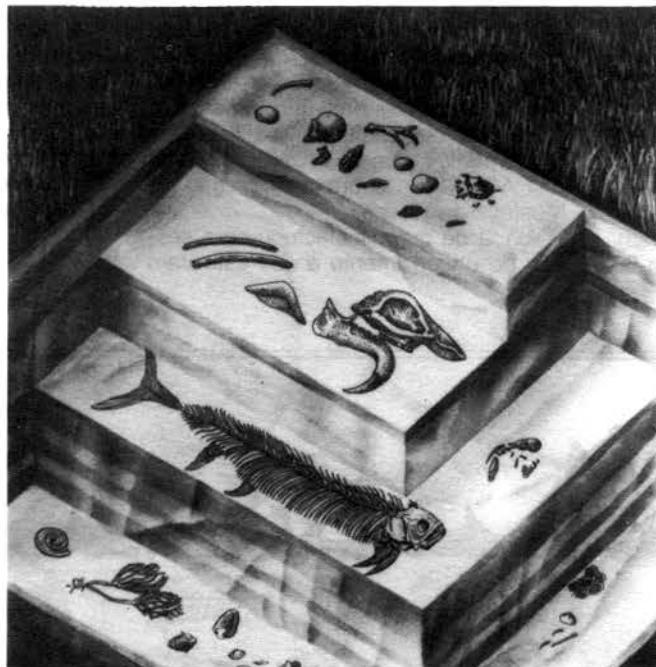
MELENDEZ, B. (1977). *Paleontologia — tomo I*, pp 9-134. Editora Paraninfo (Madrid)

dustrial, etc. Cada um destes ramos dedica-se a períodos restritos da história Humana, tendendo cada vez mais os Arqueólogos para uma especialização ao enveredarem por um destes aspectos específicos, deixando para trás o tempo em que cada um teria de dominar de igual modo e sem exceção qualquer período histórico. Por outro lado também já vai longe o tempo em que o arqueólogo estava só no trabalho de investigação — era ele que recolhia os dados, os estudava e os interpretava. Actualmente, o arqueólogo vai para o campo rodeado por uma equipa que inclui desenhadores, fotógrafos, topógrafos, etc. Enquanto isso no laboratório geólogos analisam amostras do solo, técnicos trabalham no restauro e conservação do material recolhido, zoólogos ou paleontólogos identificam os restos animais, matemáticos compararam e analisam estatisticamente os dados que lhes são fornecidos pelos arqueólogos.

É com todo este trabalho elaborado que o arqueólogo pode finalmente apresentar a público o resultado das suas investigações só assim dando por fundo o seu trabalho.

É agora a vez do historiador, muitas vezes o próprio arqueólogo, trabalhar as conclusões fornecidas pela arqueologia e compor mais um pouco da história da Humanidade. A arqueologia é pois uma ciência auxiliar da História. Mas para que a História se possa fazer, é bom não esquecermos que aconteceram muitas horas de estudo, análise, reflexão, de voltar atrás e repetir experiências, de comparar materiais e estações, e mesmo de repensar resultados que já se criam certos. A Arqueologia como todas as ciências baseia-se num método científico em que a experiência nega, muitas vezes, as hipóteses previamente formuladas. ■

G.D.



Modelo teórico de caracterização estratigráfica dos principais momentos da história da Terra: Primário, Secundário e Terciário.

Paleontologia

Paleontologia é uma palavra de origem grega cuja etimologia se compõe de três raízes: (*palaio*), antigo; (*ontos*), o ser, o que é; e (*logos*), tratado, fundamento, razão. Ou seja, Paleontologia é a ciência que estuda os seres antigos vulgarmente designados por fósseis.

A Paleontologia teve a sua origem muito cedo pois desde épocas muito remotas que o Homem conhece os fósseis como certas formas que apareciam nas rochas e que, pela sua semelhança com animais, lhes eram familiares. A eles eram atribuídas propriedades mágicas, empregando-os frequentemente em amuletos e não é raro encontrá-los em túmulos pré-históricos. Contudo, é apenas com a Escola Pitagórica que se chega a expressar com clareza a verdadeira natureza dos fósseis marinhos.

Como ciência, tal como se conhece actualmente, foi criada no séc. XIX pelo seu inconfundível criador Georges Cuvier (1769/1832). Esta ciência tem um carácter marcadamente histórico, pois investiga a sucessão no tempo dos acontecimentos relacionados com os seres vivos, procurando as suas causas e efeitos posteriores e unificando todas as ciências da natureza, ao ponto do insigne Alberto Gaudy escrever que «graças às descobertas da Paleontologia, a História Natural é HISTÓRIA no sentido literal da palavra».

Desde o seu aparecimento, a Paleontologia esteve ligada às outras ciências da Terra, englobadas no âmbito da Geologia. Ultimamente tem-se vindo a dis-

Humana (que se constituiu numa ciência específica e de grande importância para a Arqueologia), Paleontologia quantitativa (Bioestatística, com a introdução dos métodos estatísticos), Paleontologia (estuda o género peculiar de vida de cada espécie fóssil), Paleofisiologia (estuda a fisiologia dos animais e vegetais fósseis), Paleopatologia (observa casos patológicos em restos fósseis), Paleocirologia (estuda as impressões e pistas deixadas por animais e plantas que viveram em épocas remotas), etc.

Entre os problemas e âmbitos focados pela Paleontologia po-

Arqueologia

Do grego (arquiaos) antigo + (*logos*), estudo.

Arqueologia pode ser definida concisamente como a ciência que estuda todos os vestígios de um passado humano e os relaciona com o Homem que os legou. Para concretizar esse estudo a Arqueologia desdobra-se em diversos ramos e rodeia-se de outras ciências suas auxiliares.

Assim faz sentido falar, hoje em dia, em Arqueologia Pré-histórica, Clássica, Medieval, In-



«Pré-História da Área de Sines»

— breve apreciação de um trabalho exemplar



É este livro o resultado de uma experiência excepcional no panorama da Arqueologia portuguesa — 5 anos de pesquisa arqueológica contínua e sistemática numa região ameaçada de destruição. Actividade constante de prospecção, escavação, tratamento dos dados obtidos e divulgação dos resultados científicos.

Obra de conjunto que pretende reunir informação dispersa por publicações da especialidade (ou inédita), concilia de forma admirável características de rigor científico e de didactismo. Feita de uma linguagem clara, possui também a atracção da imagem, seja ela fotografia ou desenho — 176 figuras para 230 páginas. Apesar de cada estação ter o seu espólio tratado do ponto de vista das suas características morfo-estatísticas, este não é um trabalho de simples enumeração de estações e materiais, revelando antes grande preocupação com os aspectos económico-sociais e de integração cultural e cronológica para cada período tratado. No final são apresentadas as conclusões da investigação que incidiu sobre o povoamento da área de Sines, desde há 7000 anos (comunidades de caçadores-recolectores), até há 2700 anos, «altura em que o nosso território é atingido por influências de carácter orientalizante que, com o desenvolvimento interno das populações autóctones, conduzem ao aparecimento das primeiras manifestações da escrita e das formas embrionárias da sociedade estatal» (pág. 181).

De um total de 14 jazidas pré-históricas identificadas/reconhecidas, foram escavadas 9 (Palhota, Salema, Monte Novo, Vale Pincel I e II, Quitéria, Provence, Pessegueiro e Vale Vistoso), abrangendo os seguintes períodos: Neolítico, Calcolítico e Bronze. As estações, na sua totalidade, encontram-se inventariadas referindo-se para cada uma delas: a localização geográfica, geologia, tipo de jazida, trabalhos arqueológicos realizados, estratigrafia/estruturas, material arqueológico, cronologia e integração cultural, observações e bibliografia.

Consideramos de interesse reproduzir o seguinte excerto da introdução:

«Dos contributos científicos mais relevantes fornecidos pela actividade do G.T.A., destacamos:

- presença, no desenvolvimento do megalitismo do litoral alentejano, de, pelo menos, duas fases: uma, mais antiga, com monumentos funerários de câmara de planta sub-rectangular, que parece acusar marcadas influências da cultura de Almeria, e outra, mais recente, com dólmenes de câmara poligonal, que evidencia o predominio de elementos da cultura megalítica do Alto Alentejo;

- precisões sobre a identificação, no Calcolítico do Baixo Alentejo, de uma fase inicial (ou de transição do Neolítico para o Calcolítico) com povoados de planície e de uma fase plena com povoados de altura;

- confirmação de um «Grupo Campaniforme Inciso» no Horizonte Campaniforme português, bem como da localização do campaniforme mais meridional do País;

- descoberta dos primeiros povoados da cultura da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular e primeiras observações, para esta cultura, da relação espacial povoado-necrópole (povoados de planície situados nas proximidades das necrópoles ou mesmo envolvidas por estas);

- presença, assinalada pela primeira vez no litoral a sul do Tejo, de jazidas do Mesolítico de fácies geométrica;

- descoberta das primeiras estruturas de carácter habitacional em povoados de ar livre do Neolítico Antigo e Antigo Evolucionado;

- melhor conhecimento do processo de neolitização (caracterizado por longa perduração de uma economia fundamentalmente depredadora);

- isolamento e definição no «Bronze do Sudoeste» de uma fácie ou grupo

cultural. («Grupo de Sines») com sepulturas de tipo «cista», integradas em recintos tumulares de planta rectangular (limitados por ortostatos) que, confinando entre si, formam um monumento com a configuração de um favo» ■

NOTA — Posteriormente à elaboração desta breve apreciação, recebemos do dr. Carlos Tavares da Silva um artigo intitulado «Defesa do Património Arqueológico na Área de Sines» que ilustra de forma mais completa a opinião aqui expressa. Para ele remetemos o leitor.

«Pré-história da área de Sines», por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares. Editado em 1981 pelo Gabinete da Área de Sines (Grupo de Trabalhos Arqueológicos). 230 páginas.



«ARQUEOLOGIA»

Embora com algum atraso cujas causas se inferem facilmente de texto assinado pelo seu director, saiu o número 5 de «Arqueologia», publicação da responsabilidade do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP).

Sem jamais pôr em causa a sua importância, aliás mais que reconhecida, pensamos que «Arqueologia» tem vindo a afastar-se de um dos seus objectivos iniciais — «... divulgar a Arqueologia entre uma camada de público aquém normalmente não chegam as revistas de índole erudita, não só pelo seu preço, como pelo carácter mais especializado das suas matérias».

Independentemente desta opinião, queremos que «Arqueologia» continue presente ■

«Arqueologia», N.º 5, edição do GEAP 98 págs.



O GESTO E A PALAVRA 1 — Técnica e linguagem

«O Gesto e a Palavra» é um livro fascinante, de leitura obrigatória; uma história completa e fantástica do Homem, vista numa óptica simultaneamente antropontológica, arqueológica, etnológica e linguística. Dificilmente em qualquer outro livro se visualizou tão bem o processo de construção do Homem que somos hoje, iniciado num tempo longínquo em que não havia nem Tempo nem História.

Assim, «antes de empreender a descrição das relações geológicas entre a técnica e a linguagem», o autor apresenta-nos uma bela síntese de como «em tempos diferentes, os homens viram o homem que eram». As grandes linhas de pensamento desde o chamado período «pré-científico», até aos dias de hoje são aqui apresentados nos seus traços essenciais.

Dai se parte para a caracterização «da evolução em direção aos cumes da consciência humana» - a relação entre coluna vertebral, face e mão; a influência destas duas últimas no desenvolvimento cerebral («utensílio para a mão e linguagem para a face são dois pólos de um mesmo dispositivo»); as condições de desenvolvimento oferecidas ao utensílio e à linguagem: a estruturação do corpo social desde o grupo primitivo até à cidade dos nossos dias — tudo isto constitui parte integrante do volume ora editado.

A segunda parte (ainda não editada em português) é consagrada ao desenvolvimento do corpo social considerado pelo autor como prolongamento do corpo anatômico.

Esperamos em breve apresentar um mais largo comentário que este livro bem merece. ■

*«O Gesto e a Palavra, 1 — Técnica e linguagem», por André Leroi-Gourhan.
Editions Albin Michel, 1964.
Editado em 1981 por Edições 70, na coleção Perspectivas do Homem.
Tradução de Vitor Gonçalves.
243 páginas.»*



MUNDA

Em Maio de 1982, foi lançado nas bancas mais um número, o terceiro, da revista «Munda», edição do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC).

Deste número salientamos, para além da sua belíssima capa, o interesse dos artigos sobre Arqueologia Industrial, arte popular e iconografia da arte religiosa. ■

*«Munda», n.º 3, 1 edição do GAAC
64 pág.*



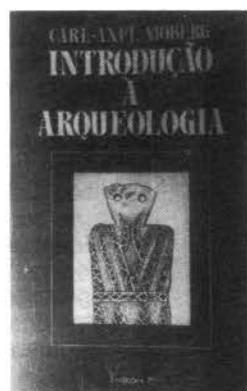
PRÉ-HISTÓRIA DE PORTUGAL

Embora passível de críticas pontuais em relação a algumas assertões teóricas e interpretações pessoais, o trabalho de O. da Veiga Ferreira e Manuel Leitão, merece leitura atenta por diversos motivos. Na realidade, à quase nula publicação de obras de pré-história em português, alia-se a necessidade urgente de elaboração de uma Pré-História geral de Portugal, merecendo este contributo todo o apoio.

Segundo Georges Zbyszewski, «o presente volume tem o mérito de reunir num mesmo conjunto o que se conhece neste momento e o que se discute, resumindo o que se publicou ultimamente em trabalhos às vezes difíceis de consultar nas bibliotecas, onde nem sempre se encontram. É útil para os alunos das escolas e das faculdades; é útil para todos os que se interessam pela pré-história de Portugal.» ■

«Portugal Pré-Histórico — seu enquadramento no Mediterrâneo», por O. da Veiga Ferreira e Manuel Leitão.

Editado em 1981 por Publicações Europa-América, na coleção Biblioteca Universitária 264 páginas.



PARA COMPREENDER A ARQUEOLOGIA

Elaborada basicamente como «uma obra onde um arqueólogo aborda o método da sua disciplina», o livro de Moberg recentemente editado em Portugal, constitui também um importante contributo para a compreensão da moderna arqueologia europeia.

Encontramos assim uma sistematização rigorosa e crítica dos métodos a utilizar desde a escavação à análise laboratorial, a par da posição do autor em relação às grandes questões da actual teoria arqueológica.

Admitindo existirem «tensões consideráveis» dado que «a organização tradicional da disciplina é absolutamente inadequada», Moberg, regista com agrado «uma verdadeira explosão de nova literatura defendida de novos objectivos e percursos diferentes para a ciência arqueológica». Considerando que a presente «crise da Arqueologia» se articula com a de outras disciplinas científicas e provém, no fundamental, de «divergências ligadas à filosofia das ciências», aponta-se como solução o estabelecer de uma comunicação recíproca entre grupos de investigadores. Só assim se corresponderá à necessidade de encontrar «novas categorias de interpretação, não apenas para interpretar os achados em termos de conjuntura e evolução social, mas também para tornar a Arqueologia transparente aos arqueólogos (sem esquecer a obrigação imperiosa de ser acessível aos não arqueólogos — ao grande público). ■

«Introdução à Arqueologia», por Carl-Axel Moberg.

Editado em 1981 por Edições 70 na coleção Lugar da História.

Tradução de Maria Raquel Henriques da Silva.

Revisão e Introdução de João Carlos de Senna Martinez.

227 páginas.

Carl-Axel Moberg e Bokforlaget Natur och Kultur, 1968



A PRÉ-HISTÓRIA

«Num século de investigações, a Pré-História deu à história geral do homem dimensões e um valor totalmente novos. [...] Através dela o problema filosófico e biológico da humanidade encontra-se agora posto em termos radicalmente diferentes.»

Eis um excerto das conclusões de Denise de Sonneville-Bordes, no seu livro «A Pré-História», recentemente editado em Portugal. No seu conjunto a obra aborda essencialmente o Paleolítico na Europa e no mundo, resumindo a evolução da ciência pré-histórica e referindo as mais importantes personalidades com ela relacionadas. A evolução do Homem é apresentada em sintonia com o seu enquadramento geológico, sendo também tratados os problemas de metodologia, datações e classificação.

Numa primeira análise, podemos dizer que este livro, não sendo uma obra-prima (note-se o desfasamento de tempo entre a primeira edição e a tradução portuguesa), tem no entanto o interesse de ser uma das raras publicações em português sobre esta matéria. ■

«A Pré-História», por Denise de Sonneville-Bordes.

Editado em 1981 por Editorial Presença, Coleção Biblioteca de Textos Universitários.

Tradução de Maria Lúcia Aquino.

Revisão técnica do Dr. Vítor Oliveira Jorge.

178 págs.

VILLA ROMANA DO MONTE DA CHAMINÉ

— seu enquadramento arqueológico

A villa romana do Monte da Chaminé, freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo, foi objecto da realização da segunda campanha arquelógica que decorreu no passado mês de Setembro (¹).

Este trabalho, iniciado em 1981, enquadra-se num contexto mais vasto: o levantamento arquelógico do concelho de Ferreira do Alentejo em colaboração com a respectiva Câmara Municipal (²).

Assim, outras estações arquelógicas foram já reconhecidas, destacando-se com suficientes provas, um conjunto de *villae* nos seguintes lugares: Folha da Amendoeira (freguesia de Odivelas), Quinta de S. Vicente e Vale d'Ouro (freguesia de Ferreira do Alentejo) e depósito de água de Alfundão. Com provas ainda insuficientes, na Herdade do Sobrado e no Monte Branco.

Ferreira do Alentejo (³) e outra em Santa Margarida do Sado, freguesia de Figueira de Cavaleiros, CIL, II 32 e 6. Com algumas dúvidas quanto à confirmação das mesmas há a referência a Vilar e Vila Verde na freguesia de Alfundão (⁴).

Entretanto, na região de Ferreira do Alentejo são já conhecidos vestígios de ocupação humana mais antiga. Assim, no Porto do Torrão, junto à vila, localizou-se um vasto povoado do período calcolítico. Decorreu no Verão findo a primeira campanha arquelógica nesta estação, levada a cabo pelo Dr. José Moraes Arnaud. Ainda do mesmo período histórico, acompanhámos o Dr. José Caeiro no reconhecimento da estação arquelógica da Courela do Fona, freguesia de Odivelas, referente a um possível pequeno povoado.



Fig. 1 — Panorâmica geral das estruturas arqueológicas.

Referente ainda à época romana, identificou-se uma pequena área, com vestígios concentrados, a cerca de 500 m do santuário de Peroguarda, onde largas dezenas de lucernas foram exumadas e divulgadas por Abel Viana e Fernando Nunes Ribeiro. Na freguesia de Alfundão e no monte fronteiro ao depósito, existem nítidos vestígios romanos, tratando-se eventualmente da necrópole da villa já citada.

Jorge Alarcão no seu trabalho «A vida rural no Alentejo na época romana» de 1974, ao inventariar as *villae* lusitano-romanas do Alentejo assinala duas com suficientes provas no concelho de Ferreira do Alentejo; uma na courela dos Alpendres, freguesia de

Abel Viana divulgou na revista «Zephyrus» em 1953 a existência de um monumento megalítico na Folha da Amendoeira, freguesia de Odivelas.

Em trabalho de prospecção a partir de informação oral, o Dr. Rui Parreira reconheceu a existência de um cemitério de cistas da Idade do Bronze, na Herdade da Zambujeira, freguesia de Peroguarda. Do mesmo período, constituindo achado disperso, encontrou-se também um peso de tear. Durante estes trabalhos, e na mesma herdade, foi identificada uma necrópole, havendo hipóteses de uma outra, ambas do período romano.

Conclusões preliminares

Em resultado das duas campanhas efectuadas na villa do Monte da Chaminé, foram localizados dois núcleos da casa. O primeiro situa-se a Sul da estação arquelógica (embora a uma cota mais elevada) e é constituído por uma caleira de água em bom estado de conservação e por um pequeno compartimento que lhe fica anexo. O segundo núcleo diz respeito à parte urbana da casa. Foram postas a descoberto duas salas com mosaico geométrico com *tesselae* pretas e brancas, em precário estado de conservação apresentando já grandes zonas destruídas; uma sala primitivamente pavimentada com placas de mármore e, numa segunda fase, com *opus signinum* e ainda uma quarta no mesmo tipo de pavimento. Igualmente foi posto a descoberto o corredor do peristilo que dá acesso a este conjunto de compartimentos. O peristilo é constituído por uma colunata feita com tijolos de quadrante. Já no interior desta colunata, e correndo ao longo da sua parede, foi posto a descoberto parte de um comprido tanque, provavelmente da área do jardim.

Do espólio arquelógico exumado até ao momento, destaca-se um fragmento de cerâmica campaniense, terra *sigillata* hispânica e sudgálica e *sigillata* clara. Quanto a metais, destaca-se uma asa de balde, uma pá e uma foice, todas em ferro e algumas moedas dos sécs III e IV.

Há a destacar a razoável quantidade de fragmentos de diferentes lucernas que apareceram no tanque, junto ao canto NW do corredor. Nesta área, no interior do tanque e imediatamente sob o derrube da cobertura, foi recolhido um troço de pequena coluna com uma figura em alto relevo com os órgãos sexuais masculinos em evidência e as mãos desmesuradamente grandes (cerca do dobro da altura da cabeça). O braço direito encontra-se ao longo do corpo, a mão esquerda está acima da altura da cabeça, ambas com os dedos esticados. Há ainda a salientar a grande quantidade de ossos de animais recolhidos no interior do tanque.

Tendo por base dados ainda escassos, estabelece-se, provisoriamente, como balisas cronológicas da ocupação desta villa, o séc. I d.C. (ou mesmo I a.C.) e os finais do séc. IV d.C.

Após o *terminus* da segunda campanha, a estação arquelógica foi imediatamente vedada com rede apropriada e respectiva porta de acesso, preservando assim as estruturas de negligente destruição, permitindo simultanea-



Fig. 2 — Fragmento do mosaico geométrico revelado num dos compartimentos durante a última campanha.

CACILHAS

— uma experiência de arqueologia urbana

Por vezes é quando menos se espera que a história de uma cidade deserta de um sono milenar, acordada pelas terríficas máquinas do «progresso» que rasgando as entranhas da terra, fazem surgir os mais diversos objectos e estruturas.

Infelizmente o número de máquinas e de obras públicas ou de construção civil, é de longe superior à capacidade de resposta da Arqueologia, sempre relegada para planos tão inferiores que o dia a dia de uma cidade em nada se alteraria se não existissem.

E se isto é o habitual, felizmente há excepções ou situações menos más. O caso da substituição das condutas de água em «Almada Velha», longe de ser uma situação exemplar, é pelo menos uma tentativa de colaboração tripartida que apesar de todos os contratempos e erros é um caso original.

Pode dizer-se que tudo começou com o alerta feito pelo Presidente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Carlos Sousa, de que iriam ser levados a cabo obras de substituição de condutas que atravessariam zonas próximas da Igreja de S. Tiago e do Castelo. Sendo esta informação da máxima importância, logo se encen-

ram contactos com os SMAS para que estes Serviços informassem o empreiteiro da necessidade de os trabalhos serem acompanhados e eventualmente interrompidos a fim de se proceder ao recohecimento e recolha de materiais.

Assim aconteceu e desde o início dos trabalhos estes foram acompanhados apesar das dificuldades inerentes ao facto de o Centro de Arqueologia de Almada ser uma associação integralmente amadora e os seus membros trabalharem noutros locais e nas mais diferentes profissões.

Iniciando-se os trabalhos em Outubro de 1981, as surpresas começaram logo no dia 9 com a descoberta de algumas sepulturas no adro da Igreja de S. Tiago, cortadas já em parte pelas máquinas, mas que permitiram reconhecer alguns aspectos importantes quanto à forma de enterro. Teríamos assim um cemitério primitivo com sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, sucessivamente sobrepostas por outras de vala aberta na terra sem qualquer estrutura tumular. A primeira fase dos enterros deve ser talvez árabe e a fase mais recente deverá corresponder ao séc. XVI.

Tendo sido obrigados a prospectar

mente a sua visita devidamente acompanhada.

Esta medida só foi possível devido à colaboração da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo que custeou a totalidade das despesas. A vedação irá sendo ampliada de acordo com a planificação das futuras campanhas arqueológicas. A Autarquia igualmente tem facultado material diverso, trabalhadores, transportes e inclusive subsídiou as duas campanhas já realizadas (a primeira contou também com o apoio do IPPC). Temos contado ainda com a participação de jovens dos Tempos Livres (OTL)■

Clementino Amaro

NOTAS:

(¹) Os trabalhos arqueológicos são da responsabilidade de Manuel Rosivelt Barreto e Clementino Amaro.

(²) Contamos com o apoio incondicional da Câmara Municipal, com as limitações próprias do seu orçamento, sendo de realçar o papel do seu vereador da Cultura, Diogo Patrício, que sempre nos acompanhou nas saídas de campo, levando-nos a locais já por si detectados ou em consequência de informações recolhidas junto da população.

(³) J. Leite de Vasconcelos, Lápide romana de Ferreira do Alentejo, «Arq. Português», 12, 1907, p.12 «Do achado de várias lápides funerárias, num local donde há memória terem-se encontrado construções e grandes tijolos, deduzo A. a existência de uma «villa» (transcrição da obra citada).

(⁴) A. Viana, Arquivo de Beja, 16, 1959, p. 38 e 39.

numa área extremamente limitada, ou seja, a vala aberta para a colocação das condutas, foi difícil apercebermo-nos da organização tanto do cemitério como de outras estruturas que foram surgindo. Dos trabalhos realizados em torno da capela de S. Tiago recolhemos algumas moedas dos séc. XII a XVI (D. Sancho I — 1185/1211 a D. João III — 1521/1557), alfinetes de cabeça em cobre, fragmentos de cerâmica, azulejos hispano-árabes (séc. XVI), azulejos polícromos (séc. XVII) e fragmentos diversos de vidro.

A continuação da abertura das valas levou à descoberta, em duas ruas, de silos ou simples covas de detritos, repletos de restos de cozinha (cascas de bivalves, restos de placas de choco, dentes e espinhas de peixes e ossos diversos) além de fragmentos de cerâmica e alguns casos 1 ou 2 moedas.

Os silos descobertos dividiram-se em dois grupos distintos, sendo o primeiro da época árabe (séc. XII) e o segundo do séc. XIV.

Do primeiro grupo foram recolhidas várias peças de cerâmica com pinturas a branco e preto, escassos vidros, além de grandes quantidades de cascas de berbigão e mexilhão (especialmente),

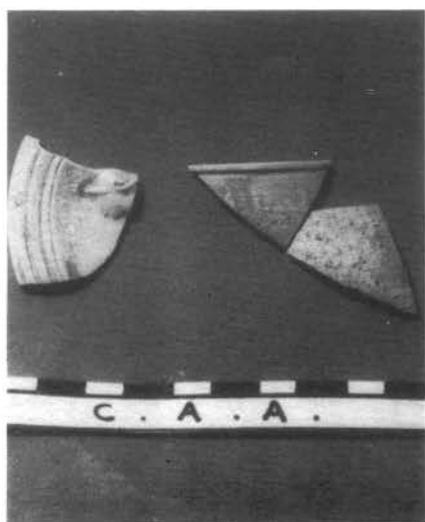


Fig. 1 — Fragmentos de lucerna de volutas e «paredes finas» areadas (séc. I n. e.).

maxilares de javali e armações de veado. Da maior importância para a cronologia destes silos foi a descoberta de duas moedas, uma árabe, de cobre, datável, do séc. XII e outra de D. Sancho I.

Do segundo grupo recolheram-se algumas vasilhas, todas elas fragmentadas, alguns (poucos) objectos de adorno, grandes quantidades de cascas em especial ostras e mexilhão, ossos de javali e de animais domésticos e ainda algumas moedas de D. Fernando (1367/1383). Não estando ainda os materiais tratados e estudados há já alguns aspectos importantes que se podem salientar:

1.º, o desaparecimento dos cervídeos da dieta alimentar dos habitantes de Almada.

2.º, que existem duas fases importantes no «arrumo» da vila de Almada. Os finais do séc. XII, com a reconquista e o foral e o final do séc. XIV com a subida ao poder de D. João I.

A colocação das condutas prosseguiu numa outra zona bem diversa e tão desconhecida do ponto de vista arqueológico quanto esta: CACILHAS.

Foi para nós uma agradável surpresa a identificação de uma fábrica de salga de peixe da época romana, a única do estuário do Tejo e a mais setentrional.

Os materiais encontrados aquando da abertura das valas e à limpeza dos cortes são significativos e limitam o período de laboração do complexo do séc. I a.n.e a meados do séc. I n.e. A quantidade do espólio encontrado não se pode considerar surpreendente mas a sua qualidade é grande. Fragmentos vários de sigillata itálica e sud-gálica (o fragmento mais antigo que nos aparece, uma sigillata itálica precoce, forma Godineau 18, é datável de 12/10 a.n.e.), cerâmica de paredes finas areadas, fragmentos de lucernas de volutas, fragmentos de ânforas e cerâ-

mica comum formam o espólio recolhido no nível romano. Em relação ao complexo fabril foi possível identificar 6 tanques (sendo 5 de 3,5 x 3,5 m — aproximadamente — e um de maiores dimensões).

Contudo Cacilhas não nos revelou apenas um nível de ocupação mas antes 7 níveis de diversas épocas. Da sua observação ficamos a saber que as cetárias foram ocupadas pela segunda vez na época árabe, provavelmente já no séc. XII; disso são testemunhos os fragmentos de cerâmica pintada encontrados nalguns cantos dos tanques.

Após a ocupação árabe a área deve ter sido completamente abandonada só tornando a surgir vestígios de ocupação no séc. XVI, sendo estes mais abundantes que os da ocupação anterior e constituídos por fragmentos de vasilhas diversas, candeias, alfinetes de cabelo, algumas moedas de D. Manuel (1495/1521) e de D. João III (1521/1557) e ainda um grande fragmento de cálice de vidro. O quarto nível, correspondente à ocupação do séc. XVII, é irregular e pouco importante fornecendo poucos materiais. O séc. XVIII corresponde à fase de grande expansão urbana de Cacilhas, tendo as cetárias sido utilizadas para assentamento de uma série de edifícios, sendo este nível constituído por grande quantidade de entulhos provavelmente relacionados com o terramoto de 1755.

O século seguinte (XIX) está amplamente representado, quer por vestígios de reconstrução dos edifícios anteriores, quer ainda pelos canos de esgoto de caixa de pedra, os quais

forneceram materiais que possibilitaram datar a sua fase de uso — 1889 a 1945.

O nosso século está presente através de cabos telefónicos e eléctricos, condutas de esgoto e outras construções que destruíram grande parte das estruturas que teimaram em resistir quase dois milénios. Apesar das conclusões preliminares demonstrarem desde já o interesse da jazida, o que é certo é que as facilidades que nos foram concedidas para a concretização do seu estudo ficaram muoto aquém do indispensável para a realização de um trabalho científico minimamente aceitável.

Por um lado e como já foi referido, o CAA não possui funcionários o que obriga a realizar todas as suas actividades apenas nos tempos livres, por outro, a colocação de condutas de água tinha de prosseguir já que não se vislumbravam outras alternativas viáveis. Por fim havia a necessidade de utilizar aquele espaço para se iniciarem as obras do terminal rodoviário.

Contudo, e contrariamente à opinião quase generalizada, Património e Progresso não são incompatíveis, e provando isso mesmo, após a conclusão das obras do terminal de Cacilhas os trabalhos arqueológicos prosseguirão (tal como foi acordado com a CMA), sendo seu objectivo último a realização de um Museu de Sítio, num dos locais mais privilegiados do Concelho com dezenas de milhar de visitantes em potência ■

Luis Barros



Fig. 2 — Canto de um tanque de salga de peixe (cetárias) posto à vista aquando da abertura das valas para colocação de condutas de água.

COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DO CAA

De 5 a 14 de Novembro a população de Almada poderá assistir a uma série de iniciativas destinadas a comemorar o 10.º Aniversário do CAA e nas quais se integra o lançamento deste primeiro número da revista «Al-madan».

Na Oficina de Cultura realizar-se-á uma exposição que nos dará uma imagem da evolução histórica do concelho de Almada, traçando ao mesmo tempo uma panorâmica do que é a Arqueologia de hoje, com a sua própria história e métodos, assim como da actividade desenvolvida pelo CAA ao longo destes dez anos. Para a sua concretização contamos com o apoio do Museu Nacional de Arqueologia e Museu de Arqueologia e Etnologia da Assembleia Distrital de Setúbal.

Paralelamente, e no mesmo local, decorrerão diversas outras iniciativas:

— colóquios e debates para os quais foram endereçados convites a várias personalidades ligadas a organismos culturais e políticos ou de alguma forma à história do concelho. Assim teremos:

dia 6 — «A Arqueologia que temos, a Arqueologia que queremos».

dia 7 — «Almada, a sua história».

dia 13 — «Museus, que função social?»

dia 14 — «(Re)Pensar o Património».

— ciclo de cinema «Arqueologia e Património», com sessões diárias dedicadas a temas específicos:

dia 6 — «Métodos da Arqueologia».

dia 7 — «Técnicas de Tratamento e Restauro».

dia 8 — «Paleontologia».

dias 9 e 10 — «Pré-história».

dia 11 — «Origem e evolução do Homem».

dias 12 e 13 — «Civilizações clássicas».

dia 14 — «Etnografia».

— mini-feira do livro com publicações de diversos museus e editores, dos Serviços Geológicos, do Centro Camuno di Studi Preistorici, etc.

Toda esta actividade será colocada ao serviço dos estabelecimentos de ensino locais, estando previstas visitas guiadas ao espaço expositivo, bem como passagens de filmes e dia-positivos especialmente dedicados a professores e alunos do Concelho■

DEPÓSITO VOTIVO DA 2.ª IDADE DO FERRO IDENTIFICADO EM GARVÃO

Nos primeiros dias do passado mês de Junho, o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul (IPPC) identificou na vila alentejana de Garvão, na sequência da abertura de valas para saneamento básico e após solicitação do Grupo de Estudos Arquelógicos e Etnológicos de Garvão, um enorme depósito votivo da chamada 2.ª Idade do Ferro.

Localizado na encosta de um cerro encimado por uma acrópole romana (identificada em 1970), o achado é considerado de extrema importância não só pelas suas dimensões mas também pela qualidade e estado de conservação dos materiais recolhidos, devendo estar cronologicamente situado entre o quarto e terceiro séculos a.C.

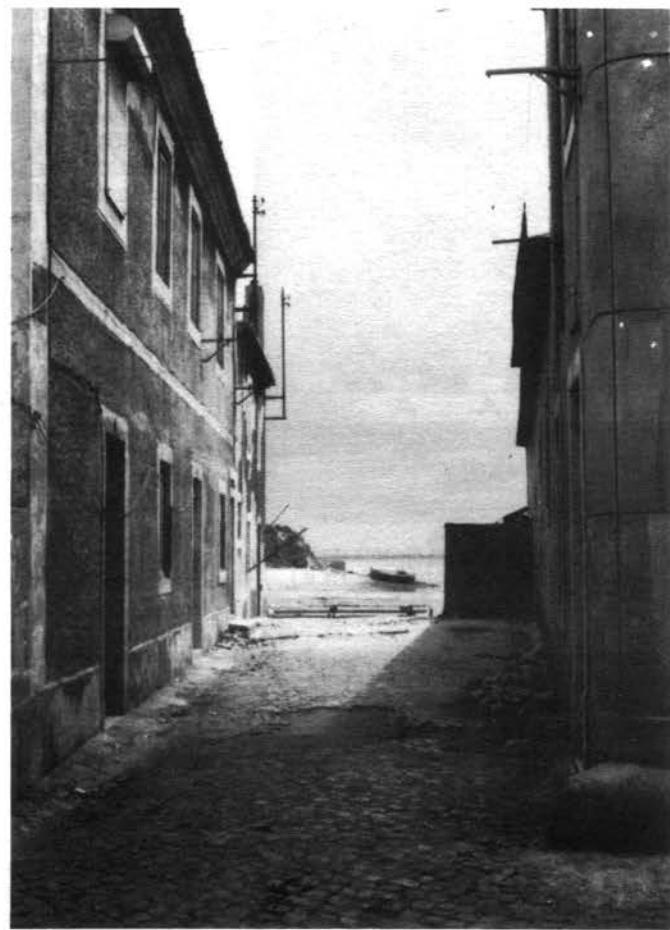
O espólio é esmagadoramente constituído por cerâmica torneada e manual com grande profusão de técnicas e motivos decorativos, encontrando-se também alguns objectos de metal. Existem peças com evidente carácter religioso, destacando-se possíveis ex-votos com representações de olhos.

Os trabalhos são efectuados pelo Serviço Regional e Museu de Arqueologia da Assembleia Distrital de Setúbal e dirigidos pelos arqueólogos Caetano Beirão, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Mário Varela Gomes, estando a sua continuação, bem como a gigantesca tarefa de tratamento e estudo do espólio recolhido, dependentes do apoio que vier a ser prestado pelos organismos competentes pois transcendem em muito as actuais possibilidades do Serviço Regional.

No entanto, está já na mente dos responsáveis pelos trabalhos, e logo que possível, a realização de uma grande exposição na Fundação Calouste Gulbenkian■

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO PATRIMÓNIO

Por iniciativa do Centro de Arqueologia de Almada iniciou-se nos passados meses de Julho e Agosto, o levantamento fotográfico do Património do Concelho de Almada, trabalho de capital importância para a sua defesa visto ser uma das poucas maneiras que temos de



Zona urbana da velha área industrial de Almada (Romeira).

inventariar e tomar conhecimento do Património concelhio, tantas vezes esquecido e ofuscado pelo progresso.

Este trabalho efectuou-se nas freguesias de Almada, Cova da Piedade, e Monte de Caparica, devendo ser alargado ao resto do concelho logo que tenhamos possibilidades técnicas e de tempo.

Até ao momento o trabalho efectuado permitiu-nos constatar uma série de factos e compreender melhor o presente e o passado desta região. Por exemplo, a zona de Almada Velha pode parecer apenas um aglomerado de «casas velhas» mas, depois de uma observação mais atenta, descobre-se que elas constituem marcas de um passado social, económico e cultural, marcas essas que nos dão a conhecer uma forma de vida que se alterou. É evidente que pode passar despercebido ou sem importância a largura excessiva de uma porta ou o rendilhado de uma varanda a quem pensa nestas casas dando lugar a grandes prédios de apartamentos.

O levantamento do Património não diz exclusivamente respeito, como é evidente aos aglomerados populacionais; abran-

ge também as quintas (que abundam no concelho) como por exemplo a Quinta da Genovesa (Alto do Índio) e a Quinta dos Pianos (Sobreda) a qual é da responsabilidade da CMA e se encontra, lamentavelmente, em precário estado de conservação.

Também o contacto com a população e os moradores nas zonas antigas de Almada foi bastante interessante: uns manifestavam vontade de continuar vivendo onde nasceram, outros (mais jovens) achando que aquelas «casas velhas» deveriam dar lugar a outras, novas e com melhores condições ■

F.S. e I.F.

XVII EXPOSIÇÃO DE ARTE, CIÉNCIA E CULTURA

Durante a Primavera e o Verão de 1983, realizar-se-á em Lisboa a XVII^a Exposição Europeia de Arte, Ciéncia e Cultura, que terá como tema «Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento».

Manifestação cultural integrada numa série de outras grandes exposições de arte que, desde 1954, têm percorrido algumas das principais cidades europeias, esta iniciativa tem o patrocínio do Conselho da Europa e destina-se fundamentalmente à divulgação da cultura europeia.

O tema escolhido permitirá que, pela primeira vez neste tipo de exposições, se aprecie não só a Arte, mas também a Ciéncia e a Cultura da época, abrangendo dois séculos de história (XV e XVI) e cobrindo «matérias que vão da geografia e cartografia à filosofia e à arte».

Algumas das principais instituições culturais da Europa colaborarão, cedendo temporariamente diversos materiais relacionados com a temática da exposição, permitindo desse modo o acesso do público português a uma colecção documental única.



A exposição será descentralizada em vários núcleos, aproveitando monumentos representativos da arquitectura da época e permitindo também a abordagem mais sistematizada do tema. Teremos assim seis núcleos expositivos:

— Mosteiro da Madre de Deus: convergência cultural entre Portugal e a Europa, contribuições e perspectivas portuguesas na Idade Média.

— Casa dos Bicos: «abordagem ao quotidiano dos séculos XV e XVI», salientando «o carácter internacional da dinastia de Avis».

— Museu Nacional de Arte Antiga: «A Arte, a Ciéncia e a Cultura nos séculos XV e XVI».

— Mosteiro dos Jerónimos: «os descobrimentos portugueses e as suas inter-relações com diferentes áreas geoculturais».

— Torre de Belém: «a armaria nos séculos XV e XVI».

— Pavilhão retrospectivo: a situar na zona inicialmente prevista para a chamada «Feira de Belém», pretenderá dar uma «visão global das 16 exposições precedentes e suas inter-relações com a XVII^a».

Uma vasta equipa técnica, coordenada por um Comissário criado especialmente para o efeito, tem desenvolvido várias acções preparatórias visando principalmente a recuperação e adaptação dos edifícios a utilizar que, posteriormente, reverterão em benefício da cidade. Neste aspecto são de salientar os trabalhos arquelógicos que decorreram na Casa dos Bicos, sob a orientação do IPPC■

A.L.

EXPOSIÇÃO SOBRE VILAS RUIVAS

Centrada essencialmente em Lisboa, a exposição será, no entanto, pretexto para diversas iniciativas culturais paralelas que, ao longo de todo o ano de 83, ocorrerão em várias outras cidades do país: teatro, música, dança e poesia da época estarão em foco. A recolha geral de toda a documentação relativa às descobertas portuguesas, de momento espalhada pelo mundo, proporcionará a sua compilação e futura publicação. Efectuar-se-ão também diversos congressos internacionais, dos quais são já admitidos como certos o de Ponta Delgada (Açores), sobre «Camões e o Renascimento», a «Reunião Internacional de História Náutica», em Sagres, e, o «Congresso Internacional sobre os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento», a realizar em Lisboa.

metodologia complexa onde se utilizaram diversas inovações técnicas. Partindo da realização de plantas e levantamentos fotográficos rigorosos e passando pela numeração, deslocação e moldagem de cerca de 800 pedras, mais de mil horas de trabalho foram gastos.

Uma exposição que é reflexo de um trabalho cientificamente correcto, merecedor por isso de todo o apoio ■

V.M.S.

JORGE PINHO MONTEIRO

Faleceu, no passado mês de Fevereiro, o arqueólogo e pré-historiador Jorge Pinho Monteiro que exercia funções docentes na Universidade de Évora e era professor do Curso de Antropologia Pré-Histórica do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

Da importante bibliografia que

nos deixa, destacam-se os trabalhos relativos a aspectos da arte e religião da Pré-História de Portugal. Com efeito o Dr. Jorge Pinho Monteiro era um dos poucos especialistas portugueses em Arte Pré-Histórica. São sobretudo de referir os estudos que dedicou ao complexo de arte rupestre do Vale do Tejo (de que foi um dos descobridores), aos menires do Sul do País, nomeadamente aos da estação pré-histórica de Carapuça (Lagoa, Algarve), às tampas e estelas insculturadas da Idade do Bronze, às estelas epigrafadas da 1^a Idade do Ferro e à Gruta do Escoural.

A Cultura portuguesa fica, assim, mais pobre ao perder um investigador que apenas com 32 anos, não só produziu relevantes contribuições para o conhecimento científico das remotas origens do nosso viver colectivo, como constituiu também um raro exemplo de companheirismo, tendo feito do trabalho em grupo uma constante da sua actividade criativa ■

C.T.S.



Jorge Pinto Monteiro, apresentando uma comunicação na I Mesa-Redonda Luso-Espanhola sobre a Pré e a Proto-História do Sudeste Peninsular (Palmela, 1979).

OBRAS NO HOSPITAL DE ALMADA LEVAM À DESCOBERTA DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

O Centro de Arqueologia de Almada, tomou conhecimento em 30 de Julho último da realização de obras no Hospital de Almada na área junto à Igreja da Misericórdia. Procurando obter mais informações na Santa Casa da Misericórdia, proprietária do edifício que alberga simultaneamente a Igreja e o Hospital Distrital, constatámos o seu completo desconhecimento de tais obras. Apesar destas decorrerem praticamente nas traseiras do edifício da Câmara Municipal de Almada, a resposta dos seus serviços foi idêntica.

Rapidamente as obras foram embargadas pois não tinham autorização do senhorio nem projecto aprovado pelo competente organismo camarário.

de 5 balas de canhão de diferentes calibres.

Cabe-nos desde já lamentar mais este acto de inconsciência e incompetência em tudo o que diz respeito ao Património e que resulta, neste caso, na quase certa impossibilidade de podermos vir a compreender e reconstruir as transformações operadas neste espaço, parte importante da zona histórica de Almada.

Tem ainda a ver com o que acima se afirma, o estado de degradação em que se encontrava o interior da Igreja. A constatação deste facto, levou a Misericórdia a exigir que a mesma deixasse de funcionar como capela mortuária do hospital, concedendo-nos autorização para proceder às limpezas consideradas necessárias.

Destes trabalhos contamos em breve falar detalhadamente ■

A.L.

ADIADO O 2.º CONGRESSO DO PATRIMÓNIO

Previsto para o período de 1 a 5 do passado mês de Outubro, foi adiado o 2.º Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património.

Do programa constavam sessões de trabalho repartidas por diversas localidades alentejanas (Beja, Barrancos, Vidigueira, Ourique, Mértola, Aljustrel e Serpa) e abrangendo temas como urbanismo, etnografia, linguística, museologia, arqueologia (da pré-história ao século XX), etc., que seriam ilustrados com visitas a locais da região.

Em comunicado distribuído à Imprensa as Câmaras Municipais do distrito de Beja, como entidades responsáveis pela iniciativa, acusam as instâncias governamentais de «negarem as mínimas formas de apoio».

Assim, desde o não preenchimento pelo Governo Civil do cargo de director do Museu Regional Rainha D. Leonor, que levou a interrupção dos trabalhos de reorganização do referido Museu, até à falta de apoio do IPPC que, solicitado a conceder um subsídio, só na véspera da abertura do Congresso respondeu dizendo precisar de mais documentação, tudo contribuiu para inviabilizar esta «iniciativa das Autarquias Locais com sucesso antecipadamente assegurado».

Ainda segundo os seus organizadores, este Congresso é um projecto adiado até que «as questões culturais passem a merecer de quem governamentalmente dirige os departamentos respectivos outra visão e outra compreensão...»

E pronto... é este o «país real» em que vivemos ■



Três das cinco balas de canhão (séc. XVIII?) exumadas aquando da intervenção na Igreja da Misericórdia (Almada).

O facto é que, por esta altura, já o chão de uma sala tinha sido rebaixado em cerca de 1 metro em toda a sua extensão, encontrando-se à vista o solo natural constituído por «argilas azuis». Restava-nos como testemunho a terra sobre a qual assentava a escada de acesso (pela Igreja) ao chamada «varandim das personalidades», um rectângulo com 4,2 x 1,2 m, sensivelmente. Daí se exumaram alguns materiais interessantes sendo os mais antigos do séc. XIV (uma moeda do rei D. Fernando) e os mais recentes do séc. XIX. De salientar também uma colecção

1.º CAMPO DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

De 20 a 25 de Setembro o concelho do Seixal, mais exactamente a freguesia da Amora, foi cenário de uma realização inédita em Portugal: o 1.º Campo de Arqueologia Industrial, este ano ainda na sua fase preparatória.

Realização da Associação de Arqueologia Industrial de Lisboa (AAIRL) com o exemplar apoio da Câmara Municipal do Seixal, Junta de Freguesia da Amora e de um grupo de Jovens da OTL,

a iniciativa teve em vista o levantamento e estudo do local onde funcionou a antiga Fábrica de Vidros da Amora, para que, no próximo ano, ai se realize o 1.º Campo de Férias de Arqueologia Industrial do País.

Esta primeira fase dos trabalhos consistiu no levantamento topográfico e análise comparativa deste com antigas plantas da fábrica, e inquérito retrospectivo do seu mundo social. Completando os interessantes testemunhos orais, a recolha de materiais de superfície forneceu válida informação, não só sobre as marcas clientes da fábrica, mas também sobre o curto período de laboração que esta teve (finais do séc. XIX a 1930).

Aguardamos com expectativa a fase seguinte do 1.º Campo de Arqueologia Industrial e louvamos a sensibilização para os problemas do património que têm demonstrado as Autarquias do Concelho do Seixal ■

G.D.

O GRUPO DE TRABALHO PORTUGUÊS PARA O ESTUDO DO QUATERNÁRIO

Criado no seio da Sociedade Geológica de Portugal, o GTPEQ tem vindo a realizar uma série de iniciativas que nos apraz registar: além de ter iniciado contactos com grupos estrangeiros congêneres e de estar a proceder à candidatura à INQUA (União Internacional para o Estudo do Quaternário), da qual Portugal é o único país europeu não membro, tem realizado diversas sessões onde se têm abordado os inúmeros problemas levantados no estudo do Quaternário. Nestas sessões, onde por vezes tem sido vivo o diálogo, têm participado pessoas que embora não directamente ligadas com o estudo do Quaternário, exercem actividades que se enquadram no âmbito desse estudo. De futuro as sessões serão, tanto quanto possível, descentralizadas de Lisboa de modo a que todos aqueles que no País estão a realizar projectos de investigação possam dar a conhecer os seus resultados ■

Os contactos com o GTPEQ poderão ser feitos para:

GTPEQ
Travessa Conde da Ribeira, 9
1300 Lisboa
Portugal

V.M.S.

PRÓXIMAS INICIATIVAS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE SETÚBAL

No âmbito do Curso de Antropologia Pré-histórica, o Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal vai realizar-se no próximo mês de Novembro, nos dias 20 e 27, um Seminário sobre o papel da fotografia aérea na prospecção arqueológica. Dirigido pelo Dr. José Manuel Mancarenhas, o seminário incluirá sessões práticas onde se procederá à análise de fotografias aéreas do Sul do país. Este seminário dirige-se não só aos elementos de referido curso, mas também a outros interessados em Arqueologia e a pilotos aviadores que, uma vez devida-

mente preparados, poderão vir a desempenhar importante papel na identificação de jazidas arqueológicas.

Ainda integrado no Curso de Antropologia, terá lugar, com início em 4 de Dezembro, um outro **seminário sobre cerâmica pré-histórica do Sul de Portugal**, orientado pelo Dr Carlos Tavares da Silva.

Está também programada para Novembro a abertura de uma **exposição temporária sobre a primeira linha de muralhas que no séc. XIV rodeou Setúbal**. A exposição será enquadrada por um ciclo de palestras sobre a Idade Média. ■

V.S.



Aspecto da intervenção do presidente da Câmara Municipal do Seixal durante a inauguração do Museu Municipal em 18/5/82.

ABRIU O MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

Embora em instalações provisórias, o Museu Municipal do Seixal abriu pela primeira vez as suas portas ao público no dia 18 de Maio de 1982.

Resultante da recolha sistemática encetada em 1979 pelo Sector do Património Histórico-Cultural da CM do Seixal, bem como de variadíssimas ofertas de municípios, ele é bem representativo da história do município na multiplicidade dos seus aspectos.

Nesta sua fase inicial, quatro secções (História e Geografia do Concelho, Etnologia, Arqueologia naval e Arqueologia industrial) formam uma divisão temática que tenta destacar as actividades económicas essenciais à formação e desenvolvimento das povoações do concelho.

De futuro o Museu será descentralizado em diversos núcleos: núcleo antigo da vila do Seixal, núcleo naval a estabelecer no Seixal com três barcos adquiridos pelo município, Forno de Cal do séc. XIX (próximo da Azinheira), moinho novo dos Paulistas (Seixal), lagar de azeite na quinta do Pinhalzinho (Paio Pires), núcleo antigo da Amora, núcleo antigo da Arrentela e moinho de maré de Corroios.

Terá também espaços para exposições temporárias no antigo mercado do Seixal, no Centro Comercial da Amora, na Nova Escola Primária, no Alto do Moinho e em Vale de Milhaços.

Constituindo-se como espaço fundamentalmente didáctico, o Museu promoverá actividades culturais onde crianças, estudantes e em geral todos os visitantes serão convidados a participar.

É caso para voltar a perguntar: para quando o Museu Municipal de Almada? ■

J.R.

1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PALEONTOLOGIA HUMANA

De 16 a 21 de Outubro passado (coincidindo portanto com o período de impressão deste nosso número), decorreu em Nîce o 1.º Congresso Internacional de Paleontologia Humana numa organização conjunta da UNESCO, Conselho Internacional de Filosofia e das Ciências Humanas e União Internacional das Ciências Pré-históricas e Protohistóricas.

Nele se reuniram especialistas de todo o mundo na tentativa de, partindo das mais recentes pesquisas sobre o homem pré-histórico, sua origem e evolução psíquica e cultural, fazer o ponto dos conhecimentos atuais de Paleontologia Humana.

Nesse sentido, foram criadas as seguintes secções:

— Primatas não humanos.

— Australopithecus e Homo habilis.

— Homo erectus, Pitécantropos, Sinantropos, Atlantropos, Antenéandertalense.

— Homo sapiens neandertalensis, Neandertalenses e Neandertalóides.

— Homo sapiens sapiens do Paleolítico Superior e do Mesolítico.

— Homo sapiens sapiens do Neolítico e das idades dos metais.

— Populações subactuais e actuais.

Integrado no Congresso, o CNRS organizou também um colóquio internacional sobre o «Homo erectus e o lugar do Homem de Tautavel entre os Hominídeos fósseis» ■

DEPÓSITO NACIONAL DE ESPÉCIES MUSEOLÓGICAS

Por decreto-lei publicado no «Diário da República» de 18/08/82 e da responsabilidade conjunta dos Ministérios das Finanças e do Plano, da Cultura e Coordenação Científica e da Reforma Administrativa, foi criado o Depósito Nacional de Espécies Museológicas.

Segundo os seus mentores, será fundamentalmente «um local onde possam ser arrecadadas espécies pertencentes aos vários museus dependentes do IPPC que, apesar do seu interesse para estudo, não merecem estar expostas».

Assim sendo, as mais diversas colecções de museus de todo o País, já existentes ou em formação, e até colecções particulares presentemente em museus, serão concentradas num depósito à escala nacional que velará pela sua segurança e conservação (com 1 carpinteiro, 2 guardas e 4 serventes?).

Estranha atitude quando se fala em descentralização cultural. Aliás a ideia não é nova; foi já tentada em diversos países (há 20 ou 30 anos atrás!) e resultou unicamente na criação de grandes «monstros» burocráticos que rapidamente se tornaram incontroláveis, a ponto de hoje em dia ser extremamente difícil aproveitar cientificamente o material ali «arrecadado» ■

J.R.

ACTIVIDADES INTERNACIONAIS

ABRIL/83

10 a 15, Reino Unido, Brighton, **Quarto Simpósio Internacional sobre o estudo do silex**. Serão abordados temas relacionados com a origem geológica, micropaleontologia e geoquímica do silex. Para informações:

Dr. R. N. Mortimore
Geotechnical Section
Brighton Polytechnic
Cockcroft Building
Moulscomb, Brighton
Sussex INGLATERRA

JULHO/83

18 a 23, França, Lyon, **1.º Congresso Internacional de Paleoecologia** sob a égide da Associação Paleontológica Internacional. Para informações:

Secrétariat du Congrès
Université Claude Bernard
Département du 11 de Novembre
F-69622 Villeurbanne Cedex
France

AGOSTO/83

14 a 25, Canadá, Quebec e Vancouver, **XI Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas**. O tema base será: «A Antropologia e o Público — A Comunicação de Ideias Académicas e o Contexto Humano da Informação».

Para informações: Executive Secretary, XIth ICAES,
Department of Anthropology and Sociology,
6303 N.W. Marine Drive,
The University of British Columbia,
Vancouver, BC, Canadá,
V6T 2BZ

SETEMBRO/83

12 a 17, Madrid, Espanha, **X Congresso Internacional de Estratigrafia y Geología del Carbonífero**. Cooperação dos Serviços Geológicos de Portugal e Universidade do Porto. Previstas duas excursões em Portugal.

Para informações: Comité Organizador del X Congr. Int. del Carbonífero,
Instituto Geológico y Minero de España,
Ríos Rosas, 23, Madrid (3),
España.

SETEMBRO/83

26 a 30, Aquileia e Veneza, Itália, **Conservation in situ of Floor and Wall Mosaics**. Organização do ICCROM e da Direção Italiana de Belas Artes.

Para informações:
Gaël de Guichen
ICCROM
Via di San Michele 13
00153 Roma, Itália

DOS JORNais

«EM ALJUSTREL IDENTIFICADOS OS VESTÍGIOS DE UM POVOADO MINEIRO»

[...] Os trabalhos da segunda fase do salvamento arqueológico das ruínas de Vipasca, em Aljustrel, decorrem actualmente com o objectivo de identificar o que resta das habitações dos mineiros de há quase dois mil anos. As escavações são promovidas pelo departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, com a colaboração do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Póritas Alentejanas e Câmara Municipal de Aljustrel. [...] (Diário Popular 15/07/82)

«FORTALEZAS ROMANAS DE CASTRO VERDE»

[...] Do concelho de Castro Verde parte uma linha destes fortins que atravessa os concelhos de Almodôvar, Mértola e Alcoutim, terminando junto ao Guadiana. [...] O «castelo» que se localiza mais a Norte fica no concelho de Castro Verde e é igualmente o maior e o de construção mais antiga. Foi edificado no Cerro das Juntas, próximo da confluência das ribeiras de Cobres e Maria Delgada. A sua ocupação situa-se entre inícios — meados do século I a.C. e o Período de Augusto, havendo a registar entre o material arqueológico recolhido, uma percentagem elevada de cerâmica fina de fabrico itálico, dita «Campa-nense», que ocorre apenas em contextos relacionáveis com as primeiras implantações romanas em território Nacional. Ainda no concelho de Castro Verde localizam-se, numa linha sensivelmente Norte-Sul, cinco outras fortalezas, de menores dimensões, mas com planta e implantação topográfica semelhantes. São elas de Norte para Sul: Amendoeira, Monte Roxo ou Vale de Mértola, Chaminé das Cabeças, Namorados e Castelinho dos Mouros. [...] (Diário do Alentejo 1/09/82)

Manuel Maia e Maria Maia
(Diário do Alentejo 1/09/82)

«NOVA ACHEGA SOBRE A ORIGEM DO HOMEM»

NAIROBI — Cientistas quenianos e japoneses anunciam ter descoberto no Quénia o maxilar de uma criatura «semelhante ao homem», com sete a nove milhões de anos, e que poderá ajudar a decifrar a origem do Homem. Richard Leakey, director do Museu Nacional do Quénia, e Hidemi Ishida, da Universidade de Osaka, revelaram a descoberta em conferência de Imprensa. Se os cálculos preliminares sobre a idade do achado se confirmarem, o fóssil fornecerá uma importante ajuda às investigações sobre a origem do Homem. [...] (o Diário 2/09/82)

«GRAVURAS PRÉ-HISTÓRICAS DESCOBERTAS EM CHAVES»

Trezentas gravuras pré-históricas foram já descobertas e inventariadas no complexo rupestre de Tripe, freguesia de Mairos, neste concelho. O trabalho de pesquisa e inventariação foi levado a cabo por uma equipa de arqueólogos, sob a orientação do dr. Baptista Martins, da unidade de arqueologia do Parque Nacional da Peneda Gerês e inseriu-se na campanha de levantamento arqueológico do concelho de Chaves, a qual teve o apoio do Município e do museu da região flaviense. [...] (Diário Popular 3/09/82)

«A ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE MIRÓBRIGA»

[...] O ano passado e este ano têm-se processado importantes pesquisas e escavações em Miróbriga, efectuadas por especialistas das Universidades de Évora e do Arizona, com o apoio directo da Câmara Municipal. Os resultados finais destes estudos deverão ser publicados em 1984, ano em que se prevê o fim da actual fase de investigações. (o Diário 4/09/82)

«VESTÍGIOS ROMANOS EM VILA POUCA DE AGUIAR»

[...] Um povoado — está já averiguado — conhecido por cidade de Conca, que remonta ao tempo do imperador Tibério, existiu no local que tem sido razoavelmente defendido. Apontam-se as áreas de Pontidão e Cidadelhe como pontos onde súbditos do referido imperador tinham domicílio e por ali têm sido encontradas muitas moedas, cunhadas por Tibério, o que reforça a verdade da presença romana nestas paragens transmontanas. [...] (Diário Popular 13/09/82)

«ARTE PRÉ-HISTÓRICA ACHADA E... PERDIDA»

Uma equipa de arqueologia sob a orientação de Francisco Sande Lemos, descobriu recentemente nas margens do rio Douro, a montante Pocinho, rochas gravadas com arte pré-histórica. As gravuras incluem animais insculpidos, nomeadamente cavalos, figuras humanas estilizadas, e numerosos motivos abstratos e esquemáticos. Este conjunto de arte pré-histórica de alto valor científico vai ser entanto submerso pela albufeira da barragem do Pocinho cujas obras estão a ser concluídas. A fim de serem registadas em fotografia, desenho e modelagem, está a ser organizada uma campanha arqueológica de emergência, que se espera venha a contar com o apoio de diversas instituições, nomeadamente a Secretaria de Estado da Cultura e a EDP. [...] (Diário Popular 14/09/82)

«PROTECÇÃO AOS MONUMENTOS EM PANÓIAS»

[...] Estudantes alemães, espanhóis e marroquinos, além de portugueses, vindos de Lisboa e Porto, participam num amplo trabalho internacional, organizado pelo FAOJ e destinado a operações de limpeza do santuário rupestre de Panóias. [...] Os trabalhos decorrem sob a

orientação do prof. dr. Carlos Ervedosa, do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto-Douro, e tem o patrocínio da Câmara Municipal de Vila Real.

(Diário Popular 16/09/82)

«SÃO CUCUFATE NO ROTEIRO OBRIGATÓRIO DA ARQUEOLOGIA MUNDIAL»

[...] A 15 de Outubro deste ano, nova equipa luso-francesa estará no terreno para explorar mais vestígios em volta da actual estação arqueológica. Com base numa carta aérea do terreno, eles irão com o objectivo de localizar outras *villae* e talvez o cemitério romano que em vão têm procurado e ainda não foi encontrado. [...] (A Capital 4/10/82)

«‘MARY ROSE’ SUBIU E TROUXE 4 SÉCULOS DE HISTÓRIA INGLESA»

Uma grua flutuante içou, ontem, para a superfície, o casco do navio de guerra inglês do século XVI, «Mary Rose», que desde há quatro séculos repousava no fundo da baía de Solent. A 19 de Junho de 1545 o rei Henrique VIII assistiu à partida do «Mary Rose» para uma batalha naval contra os franceses. Uma manobra mal feita e o navio afundou-se com toda a sua tripulação a cerca de uma milha de Portsmouth. [...] Da histórica embarcação foram já retirados 17 000 objectos que retratam a vida quotidiana na Inglaterra do tempo dos Tudor. E a culminar 17 anos de difícil e moroso trabalho de arqueólogos, mergulhadores e outros técnicos, o navio será preservado e restaurado na sua forma original. [...] (Correio da Manhã 12/10/82)

recolha de Luís F. Baltazar

1972



1982

